

Universidade Católica do Salvador  
Programa de Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento  
Social  
Edith Lemos Ornellas

**Desconstrução Teórico Contextual da Aferição do Capital Social: o  
caso de municípios no Semiárido Baiano sob política pública 2005 a  
2012**

Salvador  
2019

Edith Lemos Ornellas

**Desconstrução Teórico Contextual da Aferição do Capital Social: o caso de municípios no Semiárido Baiano sob política pública 2005 a 2012**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador, para obtenção do título de Doutora.

Área de concentração: Territorialidade e Desenvolvimento Social e Meio Ambiente.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cristina Maria Macêdo de Alencar.

Salvador  
2019

Ficha Catalográfica. UCSAL. Sistema de Bibliotecas

O74 Ornellas, Edith Lemos

Desconstrução teórico contextual da aferição do capital social: o caso de municípios no Semiárido Baiano sob política pública 2005 a 2012 / Edith Lemos Ornellas. – Salvador, 2019.

204 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Cristina Maria Macêdo de Alencar.

1. Capital Social 2. Semiárido Baiano 3. Produzir III 4. Banco Mundial 5. Educação Formal 6. Territorialidade 7. Anguera 8. Baixa Grande 9. Pintadas 10. Riachão do Jacuípe. Serra Preta 11. União Europeia 12. Pobreza Rural I. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação II. Alencar, Cristina Maria Macêdo de – Orientadora III. Título.

CDU 711.122(813.8)

## TERMO DE APROVAÇÃO

EDITH LEMOS ORNELAS

**Desconstrução Teórica Contextual da Aferição do Capital Social: o caso de municípios no Semiárido Baiano sob política pública 2005 a 2012.**


Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.


Salvador, 29 de março de 2019.

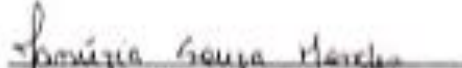
Banca Examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina Maria Macêdo Alencar  
Universidade Católica de Salvador - UCSal  
(Orientadora)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Amílcar Baiardi  
Universidade Católica de Salvador - UCSal  
(Examinador Interno)

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lúcia Yazem Mourad  
Universidade Católica de Salvador - UCSal  
(Examinadora Interna)

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Débora Carol Luz da Paçolândia  
Universidade Católica de Salvador - UCSal  
(Examinadora Interna)

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Janúzia Souza Mendes  
Universidade Católica de Salvador - UCSal  
(Examinadora externa - UNEB/Serinha)

ORNELLAS, E. L. **Desconstrução Teórico Contextual da Aferição do Capital Social**: o caso de municípios no Semiárido Baiano sob política pública 2005 a 2012 [tese]. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador; 2019.

## RESUMO

A Teoria do Capital Social tem sido utilizada em pesquisas científicas, análises espaciais, planejamento, execução e gestão de políticas públicas de espaços em desenvolvimento emergente. Apesar de haver mudanças significativas em alguns espaços rurais pobres, a partir da implantação de políticas públicas, bem como, de movimentos locais de perfil associativista, estudos mostram que o perfil socioeconômico desses espaços continua num patamar de desigualdade, de dependência do Estado, de precariedade das estruturas básicas de funcionamento das áreas urbanas e principalmente das áreas rurais, não apresentando características nas relações sociais que indiquem a aplicabilidade da Teoria do Capital Social na qualificação desses espaços. Considerando que o Capital Social está presente nas relações sociais de espaços em desenvolvimento avançado, este estudo tem como base a revisão sistemática do pensamento sociológico da Teoria do Capital Social, e tem por objetivo mostrar a inaplicabilidade universal desta teoria. O método utilizado abrange o levantamento dos principais autores desta teoria, da década de 1910 ao Século XXI, inclui as percepções das manifestações do Capital Social em 6 países da União Europeia, visitados entre 2015 e 2017 e o levantamento bibliográfico sobre o perfil rural dos países visitados, na atualidade. Utilizou-se o caso de cinco municípios do Semiárido Baiano, identificados com Capital Social, sob programa de redução da pobreza rural do Estado da Bahia e Banco Mundial, de 2005 a 2012, o Produzir III, ora avaliado pela Universidade Estadual de Campinas em 2014, com participação da autora. Os dados colhidos no caderno de campo dessa avaliação pela autora foram analisados em comparação com os resultados oficiais do Produzir III. Investigou-se próprio programa Produzir III e as suas versões anteriores, bem como o perfil dos 5 municípios, com base nos seus próprios dados socioeconômicos. A Educação Formal foi analisada sucintamente, como informação complementar sobre o Capital Social, a partir da visão dos autores que lastrearam esta tese e a partir dos dados educacionais dos 5 municípios. Obteve-se, como resultado, a constatação que a Teoria do Capital Social não se aplica em espaços em desenvolvimento emergente, como no Semiárido Baiano, pois não se encontrou, de fato, Capital Social nesses espaços.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capital Social. Semiárido Baiano. Produzir III. Banco Mundial. Educação Formal. Territorialidade. Anguera. Baixa Grande. Pintadas. Riachão do Jacuípe. Serra Preta. União Europeia. Pobreza Rural.

ORNELLAS, E. L. **Desconstrução Teórico Contextual da Aferição do Capital Social**: o caso de municípios no Semiárido Baiano sob política pública 2005 a 2012 [tese]. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador; 2019.

## **Abstract**

The Theory of Social Capital has been used in scientific research, spatial analysis, planning, execution and management of public policies of emerging development spaces. Although there are significant changes in some poor rural spaces, from the implementation of public policies, as well as local movements with an associative profile, studies show that the socioeconomic profile of these spaces continues at a level of inequality, state dependence, precariousness of the basic structures of functioning of urban areas and especially of rural areas, not having characteristics in social relations that indicate the applicability of Social Capital Theory in the qualification of these spaces. Considering that Social Capital is present in the social relations of spaces in advanced development, this study is based on the systematic review of the sociological thinking of Social Capital Theory, and aims to show the universal inapplicability of this theory. The method used includes the survey of the main authors of this theory, from the 1910s to the 21st Century, includes the perceptions of the manifestations of Social Capital in 6 European Union countries visited between 2015 and 2017 and the bibliographical survey on the rural profile of the countries visited. It was used the case of five towns of the Semiárido Baiano, identified with Social Capital, under a rural poverty reduction program of the State of Bahia and the World Bank, from 2005 to 2012, Produzir III, now evaluated by the Universidade Estadual de Campinas in 2014, with the participation of the author. The data collected in the field book of this evaluation by the author were analyzed in comparison to the official results of Produzir III. It has investigated itself Producer III program and its previous versions, as well as the profile of the 5 towns, based on its own socioeconomic data. Formal Education was briefly analyzed, as complementary information on Social Capital, based on the view of the authors who supported this thesis and from the educational data of the 5 towns. As a result, we obtained the observation that the Theory of Social Capital does not apply to spaces in emerging development, as in the Semiárido Baiano, because we did not find, in fact, Social Capital in these spaces.

**KEYWORDS:** Social Capital. Semiárido Baiano. Produzir III. World Bank. Formal Education. Territoriality. Anguera. Baixa Grande. Pintadas. Riachão do Jacuípe. Serra Preta. European Union. Rural Poverty.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Itália .....	086
Figura 2 – Mapa da França .....	092
Figura 3 – Mapa de Portugal .....	095
Figura 4 – Mapa da Inglaterra .....	100
Figura 5 – Mapa da Alemanha .....	106
Figura 6 – Mapa da Escócia .....	110
Figura 7 – Mapa da Produção Agropecuária na Europa – 2016 .....	115
Figura 8 – Pobreza Rural na Bahia – 2013 .....	121
Figura 9 – Espaço Geográfico do Semiárido Brasileiro .....	122
Figura 10 – Tipos de Atividades Associativas/Organizações que os Entrevistados Beneficiários Participaram em 2013 e Antes do Projeto– Entrevistados Controle Participaram em 2013 e 2009 .....	139
Figura 11 – Momento de Entrada dos Domicílios Beneficiários para a Associação .....	140
Figura 12 – Participação de Domicílio Beneficiário em Reunião de Escolha do Projeto .....	141
Figura 13 – Ocorrência de Problemas na Comunidade pelo Trabalho da Associação Beneficiária na Percepção dos Entrevistados .....	143
Figura 14 – Ocorrência de Problemas Durante e Após Instalação do Projeto .....	144
Figura 15 – Avaliação do Projeto na Percepção dos Domicílios Bneficiários .....	145
Figura 16 – Número de Municípios e População Afetada pela Seca e Estiagem por Estado Brasileiro, com Reconhecimento de Situação de Emergência – 2012 .....	161

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Nível de Capital Social Através do Caderno de Campo em comunidades rurais de Anguera, Baixa Grande, Pintadas, Riachão do Jacuípe, Serra Preta – 2013 .....	135
Gráfico 2 – IDH-M dos Municípios do Semiárido Baiano – 2010 .....	146
Gráfico 3 – Número de Municípios do Semiárido Baiano na Classificação do Índice de Gini da Renda Domiciliar Per Capita para Nível de Desigualdade – 2010 .....	150
Gráfico 4 – IDHM com Percentuais de Aumento dos Municípios Baianos de Anguera, Baixa Grande, Pintadas, R. do Jacuípe, Serra Preta – 2000/2010 .....	157
Gráfico 5 – PIB Per Capita com Percentuais de Aumento dos Municípios Baianos de Anguera, Baixa Grande, Pintadas, R. do Jacuípe, Serra Preta - 2000/2010 .....	158
Gráfico 6 – Renda Domiciliar Per Capita dos Municípios Baianos de Anguera, Baixa Grande, Pintadas, Riachão do Jacuípe e Serra Preta – 2010 .....	159
Gráfico 7 – Lavoura Temporária e Permanente, Plantada ou Destinada à Colheita, por Hectare (Ha), nos Municípios Baianos de Anguera, Baixa Grande, Pintadas, Riachão do Jacuípe e Serra Preta – 2005 a 2012 .....	160
Gráfico 8 – Lavoura Temporária e Permanente Destinada à Colheita, por Hectare (Ha), dos Municípios Baianos de Anguera, Baixa Grande, Pintadas, Riachão do Jacuípe e Serra Preta - 2005 a 2012 .....	162
Gráfico 9 – Valor da Produção Agropecuária em 1.000 reais nos Municípios Baianos de Anguera, Baixa Grande, Pintadas, Riachão do Jacuípe e Serra Preta - 2005 a 2012 .....	164
Gráfico 10 – Número de Matrículas no Ensino Fundamental e Médio com Percentuais de Redução nos Municípios Baianos de Anguera, Baixa Grande, Pintadas, R. do Jacuípe, Serra Preta – 2005 e 2012 .....	166
Gráfico 11 – Número de Pessoas com Ensino Médio Completo com Percentuais de Aumento nos Municípios Baianos de Anguera, Baixa Grande, Pintadas, R. do Jacuípe, Serra Preta - Anos 2000 e 2010 .....	167

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Questionário da UNICAMP Aplicado na Análise do Impacto do Produzir III – 2013 .....	023
Imagem 2 – Alexis de Tocqueville .....	032
Imagem 3 – Lyda Judson Hanifan .....	036
Imagem 4 – Centro Social em Comunidade Rural na Virgínia Ocidental – 1910 .....	039
Imagem 5 – Manual de Sugestões e Programas para Estimular o Capital Social – 1914 .....	041
Imagem 6 – Pierre Bourdieu I .....	042
Imagem 7 – Pierre Bourdieu II .....	046
Imagem 8 – James Coleman .....	048
Imagem 9 – Símbolo do Crédito Rotativo .....	051
Imagem 10 – James Coleman – 1963 .....	057
Imagem 11 – Robert Putnam .....	060
Imagem 12 – Robert Putnam – 2015 .....	064
Imagem 13 – Francis Fukuyama .....	065
Imagem 14 – Francis Fukuyama – 2015 .....	070
Imagem 15 – Silvio Salej Higgins .....	071
Imagem 16 – Silvio Higgins .....	074
Imagem 17 – Lúcio R. Rennó Júnior .....	075
Imagem 18 – Achyles Barcelos da Costa .....	077
Imagem 19 – Paulo Augusto Colaço Monte Alegre .....	078
Imagem 20 – Sanford F. Schram .....	080
Imagem 21 – Ben Fine .....	080
Imagem 22 – Valter Schneider .....	082
Imagem 23 – Horta em Vila Real – 2016 .....	096
Imagem 24 – Vila Real 2016 .....	098

Imagem 25 – Bairro Popular de Bath – 2016 .....	102
Imagem 26 – Bairro Golden’s Green – Londres 2016 .....	104
Imagem 27 – Parque da Universidade de Bayreuth – 2017 .....	107
Imagem 28 – Parque Holyrood – Edimburgo – 2017 .....	111
Imagem 29 – Barreiras-Bahia – 2017 .....	147
Imagem 30 – Feira de Santana-Bahia – 2014 .....	147
Imagem 31 – Semiárido Baiano .....	148
Imagem 32 – Parcial do Município de Anguera-Ba. ....	151
Imagem 33 – Parcial do Município de Baixa Grande-Ba. ....	152
Imagem 34 – Parcial do Município de Pintadas-Ba. ....	153
Imagem 35 – Parcial do Município de Riachão do Jacuípe-Ba. ...	154
Imagem 36 – Parcial do Município de Serra Preta-Ba. ....	155

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais Diferenças entre Correntes Epistemológicas	035
Quadro 2 – Resumo das Correntes Epistemológicas Utilizadas pelos Autores Analisados na Teoria do Capital Social	083
Quadro 3 – Enquadramento do Questionário de Avaliação do Produzir III nas Dimensões do QI-MCS do Banco Mundial	132
Quadro 4 – Perguntas do Caderno de Campo – Avaliação Produzir III	134

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População Total, Urbana e Rural dos Municípios Baianos Anguera, Baixa Grande, Pintadas, Riachão do Jacuípe e Serra Preta em 2010.....	156
Tabela 2 – Lavoura Temporária e Permanente, Plantada ou Destinada à Colheita, por Hectare (Ha), nos Municípios Baianos de Anguera, Baixa Grande, Pintadas, Riachão do Jacuípe e Serra Preta – 2005 a 2012.....	160
Tabela 3 – Lavoura Temporária e Permanente Área Colhida, por Hectare (Ha), dos Municípios Baianos de Anguera, Baixa Grande, Pintadas, Riachão do Jacuípe e Serra Preta - 2005 a 2012.....	162
Tabela 4 – Valor da Produção Agropecuária em 1.000 reais de Anguera, Baixa Grande, Pintadas, Riachão do Jacuípe e Serra Preta – 2005 a 2012.....	163
Tabela 5 – Número de Associações de Segmentos Rurais nos Municípios Baianos de Anguera, Baixa Grande, Pintadas, Riachão do Jacuípe e Serra Preta – 2017.....	165

## LISTA DE SIGLAS

CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
FED	Federal Reserve
GAL	Grupo de Ação Local
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INSA	Instituto Nacional do Semiárido
LEADER	Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Política Agrícola Comum
PAPP	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
PCPR	Programa de Combate à Pobreza Rural
PIB	Produto Interno Bruto
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PROCAMPO	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação no Campo
PRONAF	Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
UE	União Europeia
UFGRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>015</b>
1.1	Metodologia .....	027
1.2	Estrutura da Tese.....	030
<b>2</b>	<b>CAPITAL SOCIAL – HISTÓRICO CONCEITUAL E EPISTEMOLÓGICO.....</b>	<b>032</b>
<b>3</b>	<b>PERCEPÇÃO DO CAPITAL SOCIAL EM TERRITÓRIOS INTERNACIONAIS .....</b>	<b>087</b>
3.1	O Rural Europeu em Referências.....	114
<b>4</b>	<b>POSSIBILIDADE DA TEORIA DO CAPITAL SOCIAL NO CONTEXTO DE POBREZA RURAL DO SEMIÁRIDO BAIANO SOB O PCPR.....</b>	<b>119</b>
4.1	Parâmetros Utilizados na Mensuração do Capital Social.....	130
4.2	Semiárido Baiano e os Municípios Analisados Recebedores dos PCPR.....	145
4.2.1	Distribuição da População Rural e Urbana.....	156
4.2.2	Perfil Econômico.....	157
4.2.3	Perfil de Cooperação (Associações e Cooperativas).....	164
4.2.4	Perfil de Educação.....	165
	<b>CONCLUSÃO RELATIVIZANDO O USO DA TEORIA DO CAPITAL SOCIAL.....</b>	<b>176</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>181</b>
	<b>ANEXO I .....</b>	<b>199</b>
	<b>ANEXO II .....</b>	<b>204</b>

## 1 - INTRODUÇÃO

A existência do indivíduo ao longo da história não acontece de forma insociável, alheia à existência de outros indivíduos. Por si só estão todos interconectados para facilitar o trajeto da própria vida humana, formando grupos, interagindo, atuando e delegando atuações, a fim de viabilizar a dinâmica das sociedades, as quais funcionam de forma muito peculiar a cada espaço, a cada história, a cada povo.

Porém, é perceptível ao longo dos séculos, que há, em determinados períodos, maior ou menor incidência de uma onda de individualismo nas relações, provocando mudanças nos processos funcionais das sociedades. De acordo com (COSTA, 2013):

Na realidade, houve **duas revoluções individualistas**, na história do Ocidente, que resultam em **dois tipos de individualismo**:

1.a primeira revolução individualista teria sido uma **revolução na singularidade** (tradução de *singleness*), fruto do iluminismo, visando o homem em sua universalidade, o que corresponde à *concepção do indivíduo como um cidadão livre e autônomo, destacado do todo social*. A instauração do **individualismo de singularidade** tem como marco a Revolução Francesa, no final do século XVIII, quando se consolidam os *ideais de igualdade, liberdade e fraternidade*.

2.a segunda revolução individualista, promovida por meio do ideário romântico do século XIX, corresponde ao **individualismo de unicidade** (tradução de *uniqueness*), e diz respeito à *dimensão de excepcionalidade e particularidade do indivíduo moderno*. O que importava agora não era mais ser um indivíduo livre como tal, mas *ser um indivíduo particular e insubstituível* (COSTA, 2013)

O individualismo é influenciado pelo domínio da reificação das relações no capitalismo, nos moldes desenfreados e determinantes da sua condição de passar por cima da qualidade de vida do ser humano, pelo preenchimento das necessidades e pela geração de desejos, através da produção desconectada dos fatores que envolvem o indivíduo: as suas relações sociais e ambientais (JARDIM, 2004); (CABRAL, 2017); (ELLIOTT, 2017). O individualismo, que vai na contramão do perfil de cooperação, dificulta o funcionamento de relações sociais capazes de proporcionar autonomia nas sociedades.

Antes da tensão pré-guerra, na década de 1910, uma época de relações de produção e consumo relativamente estáveis permitiam que o individualismo fosse mais evidente no estilo de vida das sociedades ocidentais.

As guerras mundiais foram marcos de grandes mudanças na história das sociedades. Nas áreas rurais, a cooperação se tornou mais evidente, uma vez que, devido às crises socioeconômicas pós-guerra surgiam necessidades de apoio mútuo

para viver o cotidiano de produção, tanto para o sustento próprio, quanto para a comercialização dos excedentes (MORAES, 1997, p. 9).

Característica própria da ruralidade<sup>1</sup>, o perfil de cooperação se mostrou forte, passando pela história dos lavradores no Egito antigo, através das conquistas de boa parte da Europa, com seus camponeses unidos em comunidades rurais, bem como pelas guildas da Idade Média, que mesmo sendo de ofícios de uma época pré-industrial, tinha perfil de cooperação fortalecido entre si e atendia às necessidades das populações rurais, com melhor poder aquisitivo (RIBEIRO, 2015); (GASPARETTO JUNIOR, 2016).

No Brasil, com a migração e o crescimento das populações para as áreas urbanas, as áreas rurais perderam parte dos seus produtores, e os produtores que ainda se encontram na atividade agropecuária enfrentam as dificuldades das estruturas precárias para o processo produtivo, bem como para o escoamento da produção, pois as finanças estatais ainda priorizam as necessidades das áreas urbanas (FONSECA et al., 2015); (PORTALSAOFRANCISCO et al. 2015), apesar do volume de crédito rural estar aumentando ao longo dos anos, como o crédito pertencente ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, por exemplo, que na sua versão 2017/2018, foi considerado pelo Estado o maior volume da história, com R\$ 200 bilhões (BRASIL, 2018).

Atualmente, os produtores rurais brasileiros, através da busca de alternativas para superar essas deficiências estruturais, bem como para se munir de melhor capacidade financeira e tecnológica para aumentar as possibilidades de competir com os grandes empreendimentos, redescobrem a união na configuração de cooperativas, de associações, de arranjos produtivos locais, de consórcios de produtores rurais, entre outras configurações de cooperação (MAZZO, 2014); (WANDERLEY, 2014); (OLIVEIRA, 2017).

A modernização nos critérios de gestão da cooperação não mais permite amadorismo nem dedicação parcial aos negócios, mesmo que esses sejam de pequeno ou médio porte. Os donos, ou cooperados e associados, devem estar

---

<sup>1</sup> [...] conjunto dos fenômenos sociais que se desenvolvem num meio rural e que permitem construir identidade. É importante destacar que não existe uma definição única de ruralidade, já que a noção costuma estar em debate. Em traços gerais pode-se dizer que a ruralidade abarca os fenômenos e acontecimentos que têm lugar em zonas dedicadas às atividades agro-pecuárias (CONCEITO, 2016).

inseridos ao trabalho, para que aconteçam os processos de forma mais eficiente e eficaz, participando da competitividade mercadológica cada vez mais exigente, e agregando aos seus negócios colaboradores profissionais, com o conhecimento e com habilidades similares às das grandes organizações tradicionais, de capital aberto (MAZZO, 2014); (OLIVEIRA, 2017).

Os efeitos encadeados da ação de organizações de perfil cooperativo, tanto em comunidades rurais, quanto em centros urbanos, se mostram impactantes na economia desses espaços, através da geração de empregos, da chegada de novos negócios, atraindo novos investimentos das iniciativas pública e privada. Mas para que essas organizações existam, se faz necessário que pessoas tenham características, nas suas relações, que emanem o desejo de participar de algo significativo o suficiente, para mudar o cenário de pobreza, de abandono, como padrão de desenvolvimento (MULINARI; RITTERBUCH, 2010); (GERACAO COOPERACAO, 2013).

Por isso, historicamente, a cooperação é citada como a principal característica de espaços com desenvolvimento avançado, de potencial poder de crescimento socioeconômico, assim como é o primeiro requisito para configuração de um nível ideal de Capital Social<sup>2</sup>, de segundo grandes teóricos do assunto, como Hanifan (1916), Bourdieu (1980), Coleman (1988), Putnam (1995), fazendo-se importante saber que alguns outros aspectos, não menos importantes, precisam estar presentes numa sociedade para se chegar a considerar que exista Capital Social.

O anseio que motiva pessoas a participarem dos processos de funcionamento de uma sociedade, podem se tornar visíveis, antes mesmo de um possível impacto econômico na vida delas. Despertadas pelo desejo de participar junto à comunidade do crescimento da mesma, bem como das demandas comuns a todos (BAIARDI, 2011, p. 209), retroalimenta os processos de desenvolvimento, que vão além do crescimento econômico.

Atrelado ao perfil de cooperação, o mundo econômico e da ciência têm observado que sociedades onde as características de inclusão social, de necessidade de provocar mudanças no meio e de perfil de maior exigência de eficiência, eficácia e

---

<sup>2</sup> Conjunto de características nas relações sociais de uma sociedade, que abrange o engajamento cívico, a confiança, a solidariedade, a formação de grupos e redes, a inclusão social, a coesão, entre outros aspectos que viabilizam o desenvolvimento de um espaço (HANIFAN, 1916); (BOURDIEU, 1980); (COLEMAN 1988); (PUTNAM, 1995).

efetividade da atuação dos poderes públicos, bem como as relações sociais, são mais voltadas para o desenvolvimento, para uma estrutura socioeconômica que atende às demandas das suas populações. O conjunto dessas características compõem o Capital Social, conforme (HANIFAN, 1916), (BOURDIEU, 1980), (COLEMAN, 1988) e (PUTNAM, 1995).

Percebeu-se que condições propícias para se formentar o perfil de Capital Social podem ser criadas, devendo partir de todos os envolvidos na elaboração e na execução de projetos que visem o desenvolvimento de um território, sem esquecer que o desenvolvimento é entendido aqui como, autonomia, a liberdade e a responsabilidade de agir, para que todos possam se beneficiar de forma efetiva (SOUZA, 1995); (BRANDÃO, 2011).

Diversos conceituadores do Capital Social mostram que as mudanças socioeconômicas foram bem diversas, desde as primeiras conceituações do Capital Social, mas que o desejo de se entender o perfil das relações sociais em espaços mais desenvolvidos atravessavam o século XX, se mantendo presentes. Conforme (CREMONESE; DALLABRIDA).

Um dos primeiros teóricos a utilizar o termo "capital social" nos círculos acadêmicos foi Lyda Judson Hanifan em 1916. Mais recentemente, vários estudiosos têm contribuído para a popularização do termo, entre eles Jane Jacobs (1961), Bourdieu (1983; 1985; 1986), Coleman (1988, 1990), Putnam (1993, 1995), Narayan e Pritchett (1997), Woolcock (1998), Amartya Sen (2001), Bernardo Kliksberg (2001). Mais próximo de nós, destacam-se os estudos de Pedro Silveira Bandeira (1999), Leonardo M. Monastério (1999; 2000; 2002) e Marcello Baquero (2001; 2003), entre outros (CREMONESE; DALLABRIDA).

Alguns estudiosos, cientistas e organizações de financiamento de políticas públicas, como o Banco Mundial, passaram a utilizar o Capital Social para medir o sucesso de projetos sociais em áreas rurais pobres no Brasil, com o mesmo lastro que define as características do Capital Social em países de desenvolvimento avançado (BANCO MUNDIAL, 2003).

Desde a década de 1990, instituições dos governos estaduais brasileiros da região Nordeste, financiadas pelo Banco Mundial, através do PCPR – Projetos de Combate à Pobreza Rural, condicionaram a entrega de benefícios às comunidades rurais, como cisternas, mecanização agrícola, apiário, sanitários, etc., a um público que estivesse ativamente ligado a alguma associação comunitária, que estivesse participando do planejamento e execução desses projetos, focando, unicamente por esse viés, a criação de Capital Social nesses espaços.

Na versão do Programa de Combate à Pobreza Rural - PCPR, avaliado em 2013-2014, sob o nome de Produzir III, após o recebimento desses benefícios pesquisas foram feitas, a fim de se levantar, entre outras informações, o nível de Capital Social nas comunidades beneficiadas.

Na tese doutoral de Bicalho (2016), uma das pesquisadoras participantes da avaliação do Produzir III, afirmou-se que:

Estes fatos revelam que a participação em associações, como exigência para concessão de projetos, tem incentivado a organização comunitária, mas não necessariamente promovido a efetiva participação de seus membros na solução conjunta de outros problemas presentes na comunidade, indicando que os projetos têm falhado na promoção de capital social (BICALHO, 2016, p. 208).

Nesta tese, a opção foi recuar no ciclo de vida dos projetos avaliados, para situar a pergunta de investigação nos fundamentos teóricos utilizados para tal avaliação; optou-se por examinar se a Teoria do Capital Social é a mais adequada para avaliar o nível das relações sociais no Semiárido Baiano, mesmo que esteja sob intervenção de política pública de redução de pobreza.

A avaliação de impacto do projeto do Produzir III, muito bem elaborada pela equipe da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, tinha por finalidade identificar e mensurar os efeitos do projeto, bem como analisar se esses efeitos correspondiam àqueles esperados, sabendo-se que os efeitos acontecem de forma encadeada em diversas escalas, ou seja, sobre as famílias, sobre as comunidades, alcançando o município (UNICAMP, 2014).

A UNICAMP procurou, então, avaliar se o programa estava gerando os efeitos esperados nos domicílios, comunidades, municípios e/ou nas sub-regiões, e isso foi feito a partir da identificação de quais seriam esses efeitos e dos indicadores a eles correspondentes, sendo o domicílio o principal objeto de análise selecionado para o estudo de impactos do Produzir III, considerado o ponto comum de uma ampla gama de projetos com diferentes objetivos (UNICAMP, 2014).

Entenderam que se fazia necessário determinar os efeitos decorrentes exclusivamente das ações implementadas pelo programa, separando-os de possíveis efeitos de outros programas ou mesmo de mudanças que ocorreriam de qualquer forma, independentemente de qualquer ação particular da política pública, a fim de não levantar efeitos agregados em sobreposição de outros programas em execução, bem como, o processo de avaliação procurou estimar o que teria acontecido se o

programa não tivesse existido, dando o nome a esse grupo de “controle” (UNICAMP, 2014).

O estudo assegurou que a metodologia adotada e os procedimentos da pesquisa captaram as mudanças ocorridas nas condições de vida nos dois grupos, “tratamento” ou beneficiários e “controle” ou não beneficiários, e permitiu associá-las a ações específicas dos projetos, bem como a outras políticas públicas, utilizando os instrumentos de coleta de dados compatíveis com os dois tipos de grupos (UNICAMP, 2014).

Na avaliação investigou-se o nível de renda, as condições de vida, o patrimônio dos domicílios, a localização e condições de moradia, a segurança alimentar, a saúde, entre outras variáveis das comunidades rurais e algumas abordagens espaciais urbanas (UNICAMP, 2014).

O desenho de ambos seguiu um eixo comum de blocos e questões com o objetivo de compatibilizar os indicadores e simplificar a estrutura da base de dados, o sistema de entrada de dados e o processamento e análise dos resultados. Esse eixo comum é apresentado a seguir diferenciando-se os módulos comuns daqueles específicos, conforme (UNICAMP, 2014):

**- Módulos comuns aos beneficiários e não-beneficiários:**

- \* Capa de identificação do questionário;
- \* Ficha de dados dos membros do domicílio;
- \* Rendimento domiciliar;
- \* Patrimônio domiciliar;
- \* Condições de moradia e habitação;
- \* Segurança alimentar;
- \* Saúde dos membros do domicílio.

**- Módulos exclusivos para beneficiários:**

- \* Efeitos comuns a todos os projetos;
- \* Efeitos dos projetos de abastecimento de água;
- \* Efeitos dos projetos de sanitário;
- \* Efeitos dos projetos de moto mecanização: trator e batedeira;
- \* Efeitos dos projetos de casa de farinha/fécula.

**- Módulo exclusivo para não-beneficiários:**

\* Efeitos das políticas públicas na comunidade.

A UNICAMP iniciou o desenho da amostra a partir da seleção dos projetos atendidos para a composição do Grupo Tratamento, o qual se refere a um subconjunto de projetos e de famílias cuja inclusão não provocaria distorções nos resultados, enquanto a amostra do Grupo Controle foi definida em um segundo momento, a partir da identificação dos municípios amostrados para o grupo de beneficiários.

A UNICAMP foi criteriosa, excluindo os projetos e famílias que, apesar de serem beneficiários, os projetos ainda não haviam sido concluídos na data da definição da amostra, evitando a falta de efeito dos projetos e, conseqüentemente, a redução dos impactos observados, uma vez que os efeitos não são imediatos à aplicação dos projetos. Preocupou-se, também, em não abarcar os projetos mais recentes ou os do Produzir II, selecionando apenas os projetos assinados a partir de janeiro de 2005 e concluídos até julho de 2012.

O universo de estudo foi composto, pela UNICAMP, por um total de 1.359 projetos no estado da Bahia, definindo a amostra do grupo tratamento de forma aleatória, primeiro utilizando o critério de escolher alguns dos municípios vizinhos em cada mesorregião da Bahia, até atingir 8 projetos, depois escolhendo alguns projetos dentro desse subconjunto, e posteriormente selecionando alguns domicílios dentro de cada projeto, somando um total de 675 municípios, abarcando 132 projetos, em 42 municípios, abrangendo com maior parcela de amostra as mesorregiões de maior intensidade de projetos: Centro Sul, Centro Norte e Nordeste Baiano.

A amostra de domicílios no grupo de controle foi selecionada, pela UNICAMP, dentro dos municípios da amostra de tratamento, sendo que nesses municípios foram selecionadas algumas comunidades e dentro das comunidades foram selecionados alguns domicílios, os quais, comparando-se ao grupo tratamento, tem-se um grupo mínimo de domicílios, devido às condições de entrada no programa.

Algumas comunidades com solicitações não atendidas pelo programa foram incluídas pela UNICAMP no grupo controle, bem como escolhidas aleatoriamente, com seleção de alguns domicílios nesse subgrupo.

O número total de unidades amostrais ou domicílios, para a amostra de controle foi de 411, dentro de um número total de municípios onde ocorreu a pesquisa de 43,

representando um universo de 343 municípios, onde ocorreram entrega de benefícios no período 2005-2012.

A recuperação das informações metodológicas de cálculo amostral dessa pesquisa tem a finalidade de explicitar que se reconhece a notória seriedade da UNICAMP na avaliação do impacto do Produzir III. Portanto, o que respalda a problematização desta tese, não é de cunho metodológico ou estatísticos e sim em relação ao recorte teórico relativo às questões sobre Capital Social, as quais foram elaboradas sobre informações exclusivamente voltadas para perfil associativista daquelas comunidades pesquisadas, conforme Imagem 1. Cogita-se de que esta opção teórica de ênfase no associativismo tenha se dado por ser, o perfil associativista, a principal característica e a mais buscada num espaço de Capital Social, como será visto na configuração das Dimensões do Capital Social.

A autora desta tese já analisara o Capital Social, através de pesquisa junto aos avicultores integrados no Recôncavo Baiano, para conclusão de dissertação de Mestrado (SANTOS, 2014), a qual demonstrou não haver perfil de cooperação entre eles para crescimento comum, tampouco presença de Capital Social naquele espaço, onde a integração dos produtores familiares na cadeia produtiva se dá mediante contratos que impedem qualquer autonomia aos produtores de modo a produzir benefícios unilaterais para as indústrias avicultoras integradoras.

Procurou-se, portanto, rever e questionar outros pontos que fizessem parte de dimensões que caracterizassem a existência do Capital Social num espaço, registrando no caderno de campo da avaliação do Produzir III.

## Imagem 1 - Questionário da UNICAMP Aplicado na Análise do Impacto do Produzir III - 2013

**G – CAPITAL SOCIAL**

➤ Neste bloco de perguntas são coletadas informações sobre a experiência associativa do entrevistado, incluindo a participação em atividades comunitárias, em associações e gestão de projetos coletivos.

**Experiência associativa**

68. O(A) Sr(a) alguma vez já participou de associação, sindicato, trabalho comunitário, movimento social, ONG, partido político ou trabalho de organização da comunidade? [.....]

1-Sim  
2-Não (siga para 70)

69. De que tipo de atividade associativa comunitária/organização social o(a) Sr(a) já participou ... ?	A. Atualmente:		B. Antes do projeto:	
	1-Sim	2-Não	1-Sim	2-Não
A – Associações comunitárias, de bairro, de produtor, cooperativa	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
B – Trabalho coletivo, comunitário, mutirão	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
C – Movimento social organizado e sindicatos (ONG, MST, M.T, Sindicato, FETAG, CONTAG etc.)	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
D – Movimentos vinculados às igrejas	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
E – Outros (clubes, agremiações esportivas e sociais etc.)	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]

**Participação na associação responsável pelo projeto do Produzir**

70. O(A) Sr(a) sabe em que ano a associação foi criada? [.....]

1-Sim  
2-Não (siga para 72)

71. Qual foi o ano de criação da associação? (aaaa) [.....]

72. Quando o(a) Sr(a) entrou para a associação? [.....]

1-Antes da implantação do projeto  
2-Na implantação do projeto  
3-Depois da implantação do projeto

73. O(A) Sr(a) participou de reunião para escolher o projeto? [.....]

1-Sim  
2-Não

74. A associação realizou reuniões em 2013? [.....]

1-Sim  
2-Não (siga para 76)  
3-Não sabe (siga para 76)

75. Em quantas reuniões da associação o(a) Sr(a) participou em 2013? [.....]

1-Nenhuma  
2-Algumas  
3-Todas

76. O(A) Sr(a) se considera bem informado sobre o que a associação faz (decisões sobre o projeto, prestação de contas, execução do projeto, outras iniciativas)? [.....]

1-Sim  
2-Não

77. Além do projeto de (MENCIONAR O PROJETO DO PRODUIR DO QUAL ELE(A) É BENEFICIÁRIO(A)) a associação trouxe outros benefícios para os sócios? [.....]

1-Sim  
2-Não (siga para 79)

78. Quais outros benefícios para os sócios?

[.....]  
[.....]  
[.....]

79. Com o trabalho da associação, os problemas na comunidade diminuíram, ficaram como eram ou aumentaram? [.....]

1-Diminuíram  
2-Não mudaram  
3-Aumentaram

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

A partir das cinco primeiras entrevistas estruturadas pela UNICAMP, no estudo de impacto do Produzir III, buscou-se elaborar e utilizar algumas questões no caderno de campo, a fim de verificar a veracidade das informações contidas no questionário oficial da avaliação do Produzir III, exclusivamente relacionadas ao Capital Social, conforme Quadro 4.

De modo a não interferir nos resultados de impacto, as perguntas do caderno de campo foram feitas após cada entrevista oficial do Produzir III, aos beneficiários do programa, em formato mais casual, intercalando com conversas sobre a vida dessas pessoas.

Foi registrado no caderno de campo, que os cinco primeiros entrevistados disseram que as associações só serviam para receber e distribuir as políticas públicas para as comunidades, sem haver significativo número de reuniões em prol de quaisquer outros pleitos de melhorias para a comunidade ou município em que estavam implantadas.

Esses primeiros entrevistados disseram que todas as comunidades estavam sempre esperando por melhorias por parte do Estado, e que as relações com o mesmo aconteciam através de negociações eleitoreiras, decorrentes das eleições municipais e estaduais.

Não se identificou, no caderno de campo, iniciativa para buscar mudanças e benfeitorias para a comunidade, mas sim o desejo de se responder positivamente a quaisquer questionários, a fim de se receber mais benefícios e continuarem a participar dos projetos de redução da pobreza.

As declarações, que foram registradas no caderno de campo, referentes à maioria das residências pesquisadas nas comunidades destes cinco municípios, deixaram os resultados apurados sobre Capital Social passíveis de incompatibilidade com os parâmetros da definição de Capital Social, dos autores mais conhecidos, Hanifan (1914); Bourdier (1972); Coleman (1988); e Putnam (2005), que consideravam outros componentes importantes para se estabelecer o Capital Social numa sociedade, além das relações comunitárias, associativas e de cooperação.

O próprio Banco Mundial restringe a utilização dessa teoria, a partir da consideração de “fatores sociais, políticos e culturais, assim como [...] tipos dominantes de atividades econômicas”, a fim de se buscar a real contribuição ao ambiente investigado (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 25), demonstrando previamente que essa teoria seria inadequada para avaliação daquele espaço.

Através do relatório que acompanha o Questionário Integrado para Medir Capital Social – QI-MCS, ambos elaborados por consultores do Banco Mundial<sup>3</sup>, alerta-se para os riscos do uso desse questionário de forma generalizada:

No mínimo, tal modelo estaria sujeito a um significativo viés de especificação. É provável que o processo de criação (e destruição) de capital social possa ser melhor compreendido por meio de uma variedade de estudos qualitativos em profundidade. Métodos quantitativos multivariados poderiam ser utilizados, então, para testar empiricamente aspectos específicos do processo de criação descoberto pelos estudos qualitativos (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 26).

Entretanto, numa pesquisa de grande porte alguns critérios podem fugir do controle, eventualmente, o que não denunciam, necessariamente, descaso ou negligência por parte dos pesquisadores. Portanto, deve-se estar atento para ponderar a utilização de teorias e de instrumentos dentro da diversidade de escalas, de culturas, e de história de cada sociedade. Essa diversidade, por si só, já oferece o risco de tornar imprecisos os resultados de uma pesquisa, caso a teoria e/ou o instrumento utilizados na avaliação sejam adotados de modo universal e caso não tenham pretensão de abarcar o contexto espacial onde estão sendo aplicados.

Após o Relatório de Impacto do Produzir III ser publicado, a partir do questionamento da ferramenta utilizada na avaliação do Capital Social nesse programa, decidiu-se por uma análise mais aprofundada da Teoria do Capital Social, bem como do contexto espacial que essas relações sociais são mais evidentes, a fim de entender se essa teoria pode sustentar uma análise em espaços rurais pobres, como dos municípios do Semiárido Baiano, mesmo que ditos fomentado o perfil de cooperação, sob intervenção de ações governamentais.

Portanto perguntou-se: A Teoria do Capital Social pode ser utilizada em espaços rurais pobres, mesmo sob intervenção de ações governamentais indutoras de institucionalização de formas de cooperação?

Questiona-se, a partir desse problema, se:

- a) Qual o tipo de território onde a Teoria do Capital Social é adequada para ser aplicada?

---

<sup>3</sup> Autores: Christiaan Grootaert, Deepa Narayan, Veronica Nyhan Jones, e Michael Woolcock, elaboraram o QI-MCS. “O documento, como um todo, foi sujeito a extensivas contribuições e críticas por parte de um painel externo de consultores especializados” (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 3). Os autores efetuaram vários estudos em regiões pobres da Tanzânia, Uganda, Gana e Guatemala, para chegarem à sistematização do questionário.

- b) As ferramentas utilizadas pelo Estado para fomentar o aumento da participação das pessoas das áreas rurais pobres do Semiárido Baiano em associações e cooperativas, são válidas para caracterizar a presença de Capital Social nessas áreas?
- c) Existem formas eficazes de fomentar o Capital Social em territórios em desenvolvimento emergente?

Esta tese tem, desse modo, caráter epistemológico relativo ao uso aplicado de ciência básica (teoria), diante da pretensão assumida pela teoria em questão (universalidade ou contingencialidade). Trata-se de desvelar a indução a que a teoria se propõe e, a partir daí (uma desconstrução) avaliar se o uso da ciência básica como ciência aplicada estaria refutando, validando ou relativizando a teoria em termos de aplicabilidade universal ou contextualizada.

Delimitou-se, portanto, o objeto empírico de estudo à pesquisa realizada em conjunto com a UNICAMP, a pedido do Governo do Estado da Bahia, na Mesorregião do Centro Norte Baiano, nos municípios de Anguera, Pintadas, Serra Preta, Baixa Grande e Riachão do Jacuípe, referente ao diagnóstico do Projeto Produzir III, que é executado pelo Estado da Bahia, através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, bem como, aos registros de percepção do Capital Social em seis países da Europa, com desenvolvimento avançado, utilizados em termos de comparação.

A hipótese desta tese é, que a Teoria do Capital Social só pode ser utilizada para avaliar o conjunto de características das relações sociais em espaços de desenvolvimento avançado, onde há uma dinâmica sincronizada entre os atores da sociedade, atendendo as necessidades do povo e pontuando as obrigações do Estado, não podendo ser aplicada no Semiárido Baiano, espaço de características adversas a estas, fazendo-se necessário a utilização de uma classificação específica<sup>4</sup>, que atenda às características das relações sociais pertinentes a esses espaços.

Demonstrou-se que a Teoria do Capital Social se aplica apenas a sociedades com níveis avançados de desenvolvimento, ou seja, onde se percebe menos desigualdades socioeconômicas, maior crescimento econômico, melhor nível de Educação Formal, não podendo, portanto, utilizar-se da mensuração do Capital Social

---

<sup>4</sup> Que respeitasse o conjunto de valores, a história, os hábitos, bem como quaisquer outras variáveis que definissem a identidade de um espaço.

em pesquisas sobre espaços pobres ou em níveis ainda emergentes de desenvolvimento.

Para fundamentar esta demonstração, foi apresentada a evolução do conceito de Capital Social, desde Hanifan (1914) a autores contemporâneos do século XXI, contextualizando a dimensão epistemológica de cada conceituação; foram analisadas à luz das Dimensões do Capital Social, as percepções presenciais sobre alguns territórios internacionais rurais com maior nível de desenvolvimento, e as suas descrições bibliográficas; em seguida, descreveu-se os cinco municípios do Semiárido Baiano, apontados pela análise do Produzir III, como detentores de Capital Social. Tomando-se esses procedimentos como parâmetros analíticos, discutiu-se de modo relacional suas implicações, o que possibilitou afirmar a necessidade de contextualizar o Capital Social quando for utilizado como ciência aplicada.

## **1.1 Metodologia**

No caderno de campo, onde registrou-se a percepção da fala dos entrevistados que negava a intenção de se afiliar às associações que eram fundadas, e de ter afirmado o contrário apenas para receber os benefícios do Produzir III, percebeu-se a necessidade de se comparar o que foi falado no questionário do Produzir III com o que foi falado após a entrevista naquele instrumento.

No caderno de campo, procurou-se registrar o máximo de domicílios possível, a fim de aumentar as possibilidades de coerência dos resultados com o real perfil das relações sociais daquele espaço. Optou-se por questões de múltiplas escolhas, a fim de se conseguir administrar a aplicação do mesmo, sem comprometer o tempo utilizado com o questionário oficial da UNICAMP, a ser aplicado no domicílio seguinte.

As múltiplas escolhas das respostas foram elaboradas em três níveis: a primeira escolha num nível que expressa maior engajamento cívico, empoderamento político, confiança e solidariedade, assertividade e iniciativa para resolver os problemas da comunidade; a segunda escolha num nível voltado para um patamar intermediário entre os aspectos anteriores e o patamar do individualismo; e por último, um nível de escolha completamente despretensiosa com a resolução dos problemas em comunidade, demonstrando uma tendência a esperar que os problemas sejam

resolvidos exclusivamente pelo Estado, que denotasse perfil de completo individualismo.

Percebeu-se que, como o resultado dos dados do questionário do Produzir III foram elaborados em tabelas e gráficos, era necessário se utilizar o mesmo método de procedimento das informações contidas no caderno de campo também, a fim de se ter uma noção comparativa entre o resultado do Capital Social no relatório do Produzir III e o resultado do Capital Social factual, utilizando-se o máximo de dimensões contidas na Teoria do Capital Social, sistematizadas pelo Banco Mundial.

A partir da identificação da desconexão entre o diagnóstico de Capital Social no Semiárido Baiano no Relatório de Impacto do Produzir III, com as respostas levantadas no caderno de campo, procurou-se aprofundar na Teoria do Capital Social, se buscando entender as Dimensões do Capital Social, bem como, analisar se essas características seriam pertinentes às relações sociais em áreas rurais pobres do Semiárido Baiano.

Buscou-se analisar a Teoria do Conhecimento, ou Epistemologia, propriamente dita, até chegar na gênese do conceito do Capital Social, que foi acompanhada dos principais autores atuais, com uma breve discussão epistemológica utilizada para cada autor, e posteriormente, exibindo o corpo teórico escolhido para direcionar esta tese.

A partir de antigo hábito de registrar as percepções dos comportamentos das pessoas e das relações sociais em todas as viagens internacionais, desde 2008, procurou-se então, registrar, em alguns dos países visitados: Itália, França, Inglaterra, Alemanha, Portugal e Escócia, do ano de 2015, início desse trabalho, ao ano de 2017, época da última viagem a esse continente, antes da conclusão do mesmo, construir registros e análises à luz das seis Dimensões do Capital Social, com a finalidade de se obter informações sobre o nível do Capital Social naquelas sociedades visitadas.

Para inclusão desses registros como dados diretos nesta tese, associou-se o procedimento de levantamento bibliográfico sobre o espaço rural europeu, especificamente dos países visitados, a fim de se ratificar ou desconstruir o que se havia percebido presencialmente, a partir da visão de estudiosos sobre o assunto.

Para descrever o contexto socioeconômico dos municípios baianos pesquisados, fêz-se registro sobre a situação econômica, tanto do estado da Bahia, quanto do território a que pertencem esses municípios. Procurou-se ainda, olhando

para esse espaço, uma definição do Programa de Combate à Pobreza Rural - PCRPR, recapitulando desde a sua gênese até o último projeto, o qual deu origem ao Relatório de Avaliação em 2014, a fim de se entender a adequação do uso da Teoria do Capital Social na base desse programa, no processo para tentar reduzir a pobreza rural nesses municípios.

Sabendo-se da intenção do Banco Mundial de financiar programas que fomentassem a participação dos cidadãos em organizações associativas, para que reduzissem a pobreza em espaços rurais pobres, viu-se que era necessário registrar as mudanças das abordagens desse programa com o passar do tempo, salientando os motivos dessas mudanças feitas pelo financiador, bem como as demandas que os projetos anteriores haviam deixado sem atendimento, a fim de se entender como se chegou à modalidade atual, buscando-se então, os registros dos projetos, pelo banco financiador.

Ao se chegar no ponto da avaliação atual do Capital Social no programa, procurou-se verificar se essa avaliação estava condizente com a parametrização do próprio financiador do programa, se buscando, portanto, visualizar a parametrização utilizada à luz das seis Dimensões do Capital Social, por esse construída.

A fim de se isolar o fator “Teoria do Capital Social”, dos outros principais envolvidos no processo da Avaliação do Produzir III: as Dimensões e o questionário, confrontou-se três pontas nesta análise: as Dimensões do Capital Social construídas por consultores do financiador, o Banco Mundial; a Teoria do Capital Social propriamente dita, a partir do arcabouço escolhido para basear esta pesquisa; e as questões utilizadas no questionário da UNICAMP, para a avaliação do projeto.

A partir dessa construção, surgiu a demanda de comparação dos resultados oficiais do Produzir III com os resultados do caderno de campo, os quais precisavam também ser analisados à luz das seis Dimensões do Capital Social, a fim de se ter isonomia nos critérios de análise para ambos os instrumentos de coleta.

Essa demanda, para ser atendida, gerava a necessidade de se construir dispositivos que caracterizassem cada Dimensão do Capital Social, para que se pudesse analisar as questões utilizadas pelo questionário da UNICAMP com as questões utilizadas no caderno de campo à luz desses dispositivos.

Após essa construção, percebeu-se a necessidade de conhecer os dados dos cinco municípios avaliados pelo Produzir III, bem como levantar e analisar

informações sobre possíveis mudanças que tivessem ocorrido em seus índices socioeconômicos no decorrer do projeto, a fim de entender se os mesmos chegariam próximos a um contexto de maior desenvolvimento, em que se pudesse aplicar a Teoria do Capital Social.

Salienta-se que os dados dos gráficos dos municípios não puderam ser apresentados na sequência exata de anos de atuação do Produzir III, por não serem disponibilizados nesse formato. Porém, se procurou margear esses anos de atuação com dados disponíveis em períodos mais próximos possíveis da execução do Produzir III.

Percebeu-se, a partir do estudo da Teoria do Capital Social, que a maioria dos autores pesquisados analisam alguns instrumentos fomentadores do Capital Social numa sociedade, como Educação Formal, Agricultura Familiar, associativismo, cooperativismo, entre outros, sendo a Educação Formal o instrumento mais enfatizado por esses autores.

Portanto, com intuito puramente informativo e acessório ao conhecimento, procurou-se analisar sucintamente a Educação Formal, como instrumento fomentador de Capital Social numa sociedade, bem como o conceito de territorialidade, para contribuir para um olhar crítico sobre a diversidade nas sociedades.

Entendendo que não há uma conclusão definitiva ou permanente numa pesquisa, principalmente quando se trata das relações em sociedade, cujas mudanças acontecem muito rapidamente, procurou-se elaborar uma conclusão que oferecesse lacunas para agregar melhorias, entendendo que essas melhorias devam otimizar os recursos para a vida das pessoas, e não apenas fornecer material para pesquisas posteriores.

## **1.2 Estrutura da Tese**

No Capítulo de Introdução mostra-se a base estrutural da elaboração deste trabalho, a elaboração e interpretação do conteúdo do caderno de campo da avaliação do Produzir III, acompanhada da justificativa, hipótese e objetivos, bem como toda a engrenagem metodológica utilizada na construção dessa tese, a partir das pesquisas que deram origem ao Relatório de Avaliação do Produzir III, em 2014.

No Capítulo 2 é mostrada a trajetória conceitual do Capital Social através dos séculos, pela visão de autores de diversos países, tanto os mais conhecidos, quanto outros pouco citados, com suas contribuições agregadoras e contextualizadas em seus tempos, com uma breve discussão epistemológica sobre cada um deles.

Através do Capítulo 3 serão vistas as percepções das relações sociais em seis países visitados, de 2015 a 2017, lastreadas pelas seis Dimensões do Capital Social, bem como um breve retrato do espaço rural desses países por outros autores.

No Capítulo 4 analisa-se o PCPR, o seu instrumento de mensuração e as suas Dimensões do Capital Social, os municípios do Semiárido Baiano, onde o PCPR atuou, bem como a possibilidade da Educação Formal para fomentar uma futura formação do Capital Social num espaço rural pobre, seguido da noção de territorialidade.

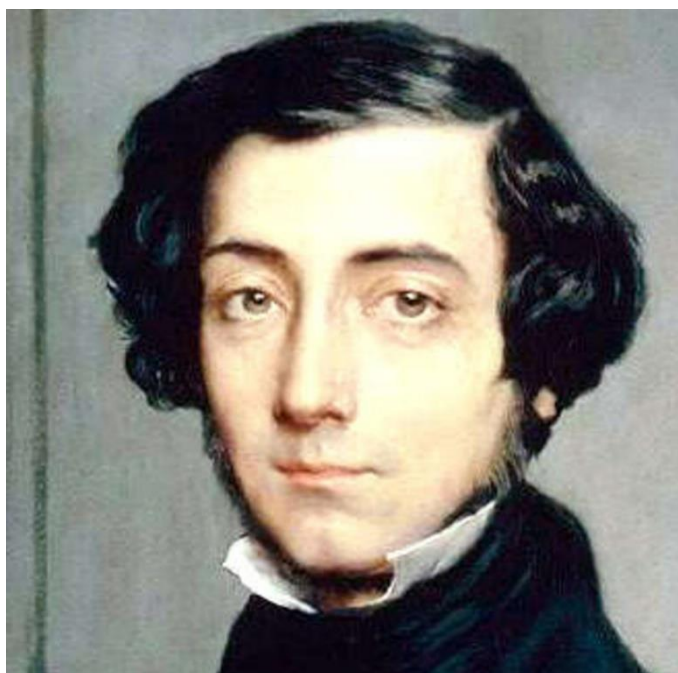
Na Conclusão, se fará as considerações sobre os resultados da tese, ligadas ao conteúdo argumentativo dos capítulos anteriores.

## 2 – CAPITAL SOCIAL – HISTÓRICO CONCEITUAL E EPISTEMOLÓGICO

Este capítulo refere-se às principais conceituações e contribuições para com a Teoria do Capital Social, com o contexto que cada autor vivia quando escreveu sobre o assunto e com o lastro epistemológico utilizado pelos mesmos.

Alexis de Tocqueville, Imagem 2, nobre francês, que viajou aos Estados Unidos e escreveu o seu primeiro volume de *La Démocratie en Amérique*, entre 1832 e 1835, é o primeiro a descrever um cenário com Capital Social, apesar de não o conceituar sistematicamente (TOCQUEVILLE, 2005, p. LV).

**Imagem 2 - Alexis de Tocqueville**



Fonte: Biography, 2016.

Partindo de sua moradia na França aristocrática para uma recente democracia nos Estados Unidos, Tocqueville, se entusiasmou com um paradigma de assertividade e engajamento cívico, para construção e melhoramento de uma nação. Conforme, Tocqueville (2005):

Por certo estou longe de pretender que, para chegar a esse resultado, deva-se conceder de repente o exercício dos direitos políticos a todos os homens; mas digo que o meio mais poderoso, e talvez o único que nos reste, de interessar os homens pela sorte de sua pátria seja fazê-los participar de seu governo. Em nossos dias, o espírito de cidadania me parece inseparável do exercício dos direitos políticos; e acho que, doravante, veremos aumentar ou

diminuir na Europa o número de cidadãos proporcionalmente à extensão desses direitos (TOCQUEVILLE, 2005, p. 276).

Tocqueville achava que para os indivíduos se interessarem por suas pátrias deveriam participar dos seus governos, a partir da sua observação do entusiasmo estadunidense pelo bem comum, como num levante em prol de todos.

À sua volta, tudo se agita: aqui, o povo de um bairro está reunido para saber se deve construir uma igreja; ali, trabalha-se para escolher um representante; mais longe, os deputados de um cantão correm a toda pressa para a cidade, a fim de providenciar certas melhorias locais; em outro lugar, são os cultivadores de uma aldeia que abandonam seus campos para irem discutir o projeto de uma estrada ou de uma escola. Cidadãos se reúnem, com a única finalidade de declarar que desaprovam os passos do governo, enquanto outros se reúnem para proclamar que os homens no poder são os pais da pátria (TOCQUEVILLE, 2005, p. 283).

Tocqueville descreveu um ambiente com forte presença do atualmente chamado Capital Social, que o impressionou, devido à discrepância diante da realidade em que ele vivia na França de meados de 1830. Porém, a adequação do movimento da sociedade estadunidense em prol do bem comum, do paradigma de politização generalizada, no arcabouço conceitual chamado Capital Social, ainda não havia acontecido.

Se faz pertinente, então, que o conceito do Capital Social seja analisado, desde à sua gênese, porém, lançando vistas à própria Teoria do Conhecimento ou Epistemologia, para que se lastreie de informações sobre o nascimento e modificações de uma teoria, para um acompanhamento mais eficaz do desenvolvimento das conceituações que serão analisadas neste capítulo.

- **Epistemologia**

A Epistemologia ou Teoria do Conhecimento lastreia toda a construção da ciência, dos caminhos percorridos para a formação do conhecimento, analisando minuciosamente os critérios utilizados, o ambiente detentor da formação do conhecimento. Discute as nuances que delinearão a formação de uma teoria, permitindo entender o arcabouço de nascimento do conhecimento como um todo, possibilitando, inclusive, se refazer os passos ora percorridos, para entender os resultados anteriormente alcançados.

Segundo Tesser (1994):

A tarefa principal da epistemologia consiste na reconstrução racional do conhecimento científico, conhecer, analisar todo o processo gnosiológico da ciência do ponto de vista lógico, linguístico, sociológico, interdisciplinar, político, filosófico e histórico. [...] Podemos considerar a epistemologia como o estudo metódico e reflexivo do saber, de sua organização, de sua formação, de seu desenvolvimento, de seu funcionamento e de seus produtos intelectuais. A epistemologia é o estudo do conhecimento (TESSER, 1994).

Entende-se, portanto, que a Epistemologia é útil às sociedades, e com o passar da história, as formas de se enxergar as teorias são modificadas, gerando necessidades de adaptações aos novos contextos de vivência.

Sempre houve e sempre haverá mudanças significativas da sociedade na história, em todos os seus aspectos. As teorias, portanto, precisam ser atualizadas, se adequando aos novos contextos, para melhor enquadramento de suas contribuições, sob pena de serem relegadas ao esquecimento, ou serem substituídas por novas teorias.

A utilidade da Epistemologia para a sociedade, portanto, perpassa pela importância de base e de correção das diretrizes da ciência, nos ditames de sua própria existência, refletindo seus resultados no desempenho de atuação para a sociedade. Tesser (1994), esclarece algumas dessas utilidades, quando afirma que:

Ocupa-se de problemas filosóficos que se apresentam no curso da investigação científica ou na reflexão sobre os problemas, métodos e teorias da ciência. [...] É capaz de criticar programas e mesmo resultados errôneos, como conseguir novos enfoques promissores. [...] Reconstruir teorias científicas de maneira axiomática, pôr a descoberto seus pressupostos filosóficos (TESSER, 1994).

A busca dessa lógica no entendimento de uma teoria, da lógica das sistematizações feitas sobre fatos e fenômenos analisados em espaços e em tempos diversos, a partir de vivência, de observação ou de leitura, também são conhecidas como “correntes epistemológicas”, há séculos classificadas, utilizadas e discutidas por inúmeros pesquisadores e estudiosos, nomeadas de Empirismo, Racionalismo, Utilitarismo, Positivismo, Funcionalismo, Sistemismo e Dialética (MELO, 2013; MELO et al, 2015).

De acordo com o Quadro 1, pode-se analisar as principais diferenças entre essas correntes no fazer da ciência, baseado em (MELO, 2013; MELO et al, 2015):

**Quadro 1 – Principais Diferenças Entre Correntes Epistemológicas**

<b>Correntes</b>	<b>Principais Diferenças</b>
Empirismo	Rigor com a experiência, com o real, com classificações e mensurações através dos experimentos, fatos observáveis, orientado pela indução.
Racionalismo	Guiado pela razão humana, sem desconstrução do empirismo, mas com intervenção da razão do cientista, análise dos princípios e fundamentos do conhecimento, orientado pela dedução.
Utilitarismo	Foco na dor ou no prazer causado por decisões, no aumento ou diminuição da felicidade, na utilidade que uma ação possa ter para as pessoas.
Positivismo	Direcionado pelos dados positivos da experiência, demonstração de dados sensíveis, confluência do empirismo com a teoria, evitando a subjetividades do metafísico.
Funcionalismo	Guiado pela função dos fatos, indivíduos, instituições, etc. Vai além da existência de tudo, interdependência entre tudo, função de tudo para todas as estruturas.
Sistemismo	Focado na organização das partes de um sistema para alcance de objetivos, continuidade do Funcionalismo, interdependência das partes, ajuste com o ambiente externo.
Dialética	Direcionado pela ideia de processo, de inacabamento, formação constante, interação entre as pluralidades, movimento para surgir o novo, partes que se dialogam e são interdependentes.

Elaborado por Edith Ornellas

Fonte: (MELO, 2013); (MELO et al, 2015)

A Teoria do Capital Social surge para descrever o conjunto de características ideais das relações sociais, como fator ideal e organizador da vida em sociedade, de forma que mobilize e responsabilize os indivíduos pelos processos de funcionamento dessa sociedade, tanto de forma direta, quanto de forma indireta, ou seja, por si próprios, quanto através dos seus representantes ou instituições que atuam para executar essas mudanças, acompanhando e cobrando o desempenho necessário

para que esses processos aconteçam democraticamente. Essa visão acontece dentro de cada espaço/tempo vivido pelo teórico, ou seja, de forma específica à visão de cada um.

Porém, segundo Melo et al (2015): “[...] os princípios epistemológicos que têm sido utilizados para guiar os investigadores em suas pesquisas, refletem uma visão de mundo que é anterior aos conceitos que estão tentando definir.”

Dentro dessa perspectiva, os princípios epistemológicos que baseiam a Teoria do Capital Social, necessitam serem estudados, uma vez que os registros dos principais teóricos estão contidos num intervalo de tempo de quase um século, ou seja, contextos históricos e socioeconômicos discrepantes lastreando a visão dos pesquisadores, e gerando princípios diferenciados nessa construção conceitual.

#### **a) Gênese da Conceituação – Lyda Judson Hanifan (Estados Unidos)**

Hanifan (1879 – 1932), Imagem 3, nascido no West Virgínia, ou Virgínia Ocidental, Estados Unidos da América, saiu para graduar e fazer mestrado em Artes, voltando em seguida para atuar como supervisor de escolas estaduais rurais.

**Imagem 3 - Lyda Judson Hanifan**



Fonte: IPFS, 2017.

Lyda Judson Hanifan iniciou algumas pesquisas e registros sobre um conjunto de características das relações sociais em espaços em desenvolvimento avançado, o que ele chamou de Capital Social, aplicados em escolas na área rural do Oeste dos Estados Unidos no início da década de 1910. Apesar de Hanifan ter sido mencionado no início da obra de Putnam, *Bowling Alone* (1995), não se encontrou outras obras que o citasse.

Através da posição de supervisor, Hanifan constatou que, naturalmente, as pessoas das comunidades rurais não se uniam para melhorar as condições de vida em que se encontravam. Conforme Hanifan (1916):

Que há hoje quase um total falta de tal capital social nas zonas rurais em todo o país não precisa ser recontada neste artigo. Todo mundo que tem feito cuidadoso estudo ou observações próximas das condições de vida no campo sabe que isso é verdade<sup>5</sup> (HANIFAN, 1916, p. 131, tradução nossa).

Hanifan percebeu e registrou que essas pessoas das comunidades rurais, quando em contato constante entre si, fosse por reuniões sociais, por eventos religiosos, eventos das escolas, ou simples encontros de vizinhos, manifestavam a vontade de melhorar o meio em que viviam. Porém, se fazia necessário, também, que para que ocorresse a vontade de mudar, alguém com perfil de liderança fosse agregado ao grupo (HANIFAN, 1916, p. 130).

O teor dos registros de Hanifan, denota similaridade com uma situação do Brasil entre 1960 e 1980, quando um terço da população brasileira migrou das áreas rurais para as áreas urbanas (ALVES, et al, 2011, p. 81), sendo por ele descrita:

Portanto, o campo, apenas, não consegue fornecer alguns meios de proveito social, os meninos e meninas continuarão a ir para as cidades em grandes números. Esta migração para a cidade não seria tão ruim se a cidade fosse o melhor lugar do mundo para estes jovens viverem. De fato, nenhuma cidade é completamente boa ou ruim. Mas em cada cidade existem chances para os jovens se tornarem ruins<sup>6</sup> (HANIFAN, 2014, p. 6, tradução nossa).

Hanifan passou a traçar planos para estimular o Capital Social naquelas comunidades rurais, mesmo com ínfimos resultados, com o apoio dos outros professores que atuavam em 53 km<sup>2</sup> de área rural da Virgínia Ocidental, todos

---

<sup>5</sup> That there is today almost a total lack of such social capital in rural districts throughout the country need not be retold in this article. Everybody who has made either careful study or close observations of country life conditions knows that to be true (HANIFAN, 1916, p. 131).

<sup>6</sup> Therefore, just as long as the country fails to provide some means of social enjoyment the boys and girls will continue to go to the cities in large numbers. This migration to the city would not be so bad if the city were the best place in the world for these young people to live. As a matter of fact, no city is either all good or all bad. But in every city there is opportunity for young people to be bad (HANIFAN, 1914, p. 6).

empregados pelo Estado, convidados e envolvidos pelos planos de Hanifan, os quais fizeram acontecer a presença dos moradores daquelas comunidades rurais em sucessivas reuniões e diversos eventos de cunho social, religioso, esportivo e acadêmico, tanto para os adultos, quanto para crianças e adolescentes (HANIFAN, 1916, p. 131).

Após um ano com esse trabalho de coesão, Hanifan registrou a iniciativa de alguns poucos moradores para pleitear melhorias estruturais nas suas comunidades, diante do Estado (HANIFAN, 1916, p. 132-138).

Todos os escritos<sup>7</sup> produzidos por Hanifan, encontrados até o momento, além de ratificar a necessidade de possuir Capital Social nas áreas rurais, tinham formato de cartilha, de manual para trabalhar a coesão das comunidades rurais através das escolas, principalmente, bem como a utilização de outras instituições como igrejas, times de futebol, associações, etc.

As indicações eram para o aproveitamento das datas comemorativas, que juntassem as pessoas estimulando-se as conversas sobre os problemas da comunidade e sobre assuntos que levassem ao desenvolvimento local, segundo Hanifan (1914; 1916).

Conforme Hanifan (1914; 1916), não aconteceria o desenvolvimento nas áreas rurais sem o engajamento das comunidades em prol das mudanças necessárias.

---

<sup>7</sup>(Hanifan, L.J. (1912). "The Rural School and Rural Life". West Virginia School Journal (4):204-7.  
(1913). District Supervision: West Virginia and Oregon as Examples. National Society for the Study of Education, Twelfth Yearbook. Chicago, University of Chicago Press.  
(1913). A Handbook Containing Suggestions and Programs for Community Social Gatherings at Rural School Houses Charleston, WV, State Department of Education.  
(1913). A Supplement to the State Manual of the Elementary Course of Study. Charleston, WV, Department of Free Schools.  
(1914). Facts and Fallacies About Consolidation of Schools in West Virginia. Charleston, WV, Department of Free Schools: 16.  
(1914). "Social Centers and Rural Schools." Atlantic Educational Journal 10: 62-65.  
(1916). Evening Classes for West Virginia Elementary Schools. Charleston, WV, Department of Free Schools.  
(1916). "The Rural School Community Center". Annals of the American Academy of Political and Social Science 67: 130-138. [doi:10.1177/000271621606700118](https://doi.org/10.1177/000271621606700118).  
(1920). The Community Center. Boston: Silver, Burdett & Company.  
(1920). The Difficulties of Consolidation. The Consolidated Rural School. L. W. Rapeer. New York, Charles Scribner's Sons: 475-496.

- **Discussão Epistemológica**

O contexto de Lyda Judson Hanifan, quando iniciou a escrita sobre Capital Social era a década de 1910, nos Estados Unidos da América, conforme Imagem 4, época em que, por trás da sua visão de educador de área pobre rural, havia um “pico migratório da Europa para os Estados Unidos”, bem como grandes movimentos tecnológicos do cinema, de construção do prédio mais alto do mundo em Nova Iorque e de reivindicação de direito ao voto, pelas mulheres, segundo a Biblioteca Digital Mundial, (WDL, 2017).

**Imagem 4 - Centro Social em Comunidade Rural na Virgínia Ocidental - 1910**



Fonte: Hanifan, 1914.

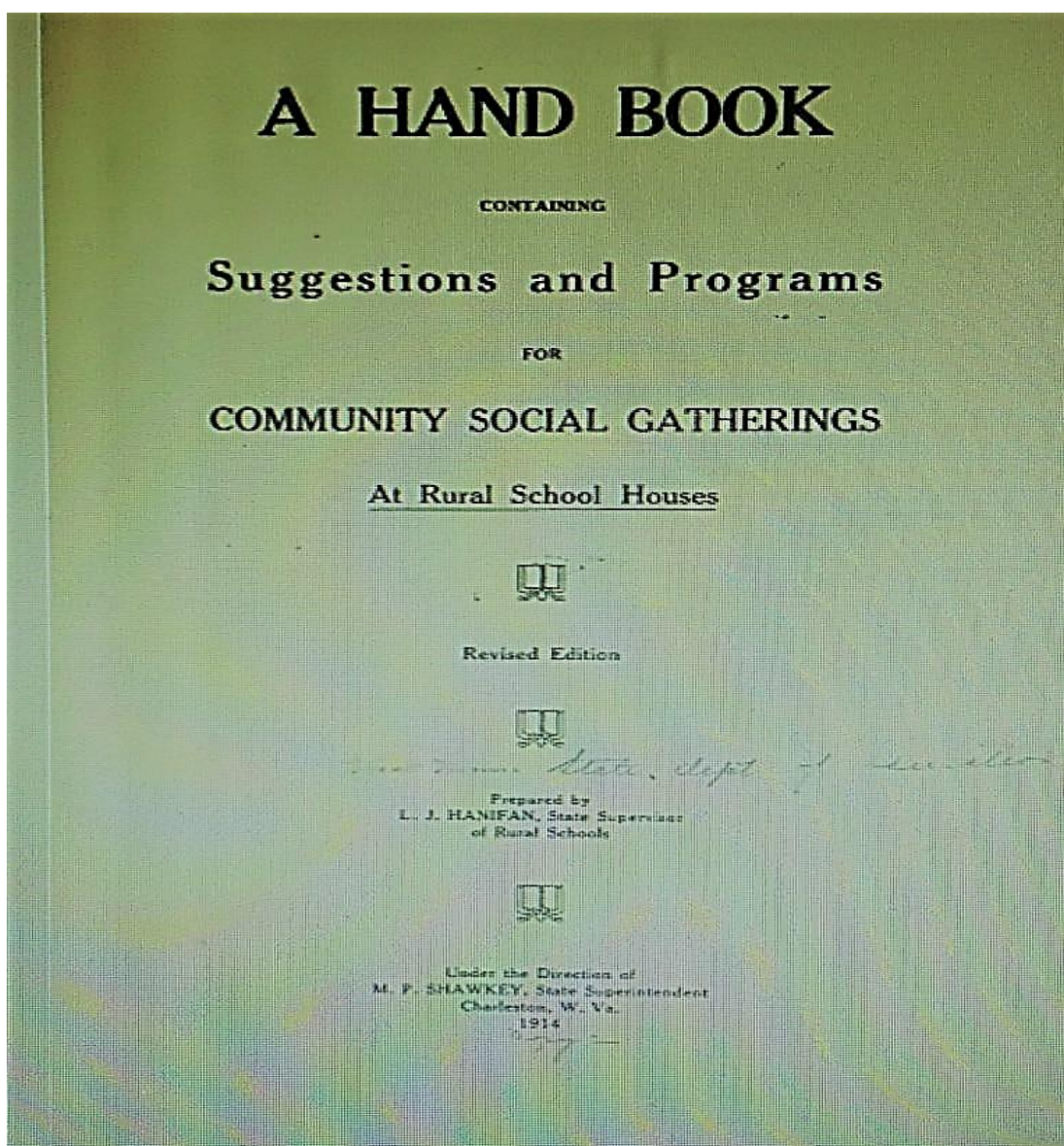
Na Virgínia Ocidental, entre 1900 e 1910, estado pobre em comparação com os outros estados estadunidenses, ocorreu um crescimento populacional de 27,4%, passando de 958.800 pessoas, para 1.221.119 pessoas, das quais, em sua maioria, eram imigrantes europeus. Atualmente, conforme o censo estadunidense de 2010, os maiores grupos étnicos são formados por descendentes de irlandeses, escoceses, alemães, ingleses e italianos, US Census (2010).

Atrelado a esse fator, a ida de Hanifan para estudar na Universidade de Harvard, deve tê-lo influenciado nas comparações entre os paradigmas socioeconômicos do estado da Virgínia Ocidental com o estado de Massachusetts, onde está localizada essa universidade.

Recentemente, em 2010, no ranking dos 51 estados dos Estados Unidos, o Produto Interno Bruto - PIB de Massachusetts estava em 13º lugar, com PIB similar ao da Áustria, enquanto a Virgínia Ocidental alcançou o PIB no 40º lugar nacional, se equiparando ao PIB da República do Uzbequistão, conforme o Fundo Monetário Internacional, IMF (2010).

A partir dos seus métodos de observação e de construção de cartilhas com diretrizes para estimular a movimentação de moradores daquelas comunidades rurais, conforme Imagem 5, para se unirem em prol do desenvolvimento local, Hanifan utilizou, também, da sua experiência de vida profissional e acadêmica em outras cidades estadunidenses, com perfil diferenciado de desenvolvimento socioeconômico, podendo-se afirmar que o Empirismo foi a maior corrente epistemológica utilizada nesses estudos e experimentos de Hanifan.

Imagem 5 - Manual de Sugestões e Programas para Estimular o Capital Social -  
1914



Fonte: Hanifan, 1914.

Reconhece-se o Racionalismo na organização do conhecimento por Hanifan sempre que, ao estabelecer contato com outras realidades, ele deduzia que seria possível intervir no estado da Virgínia Ocidental.

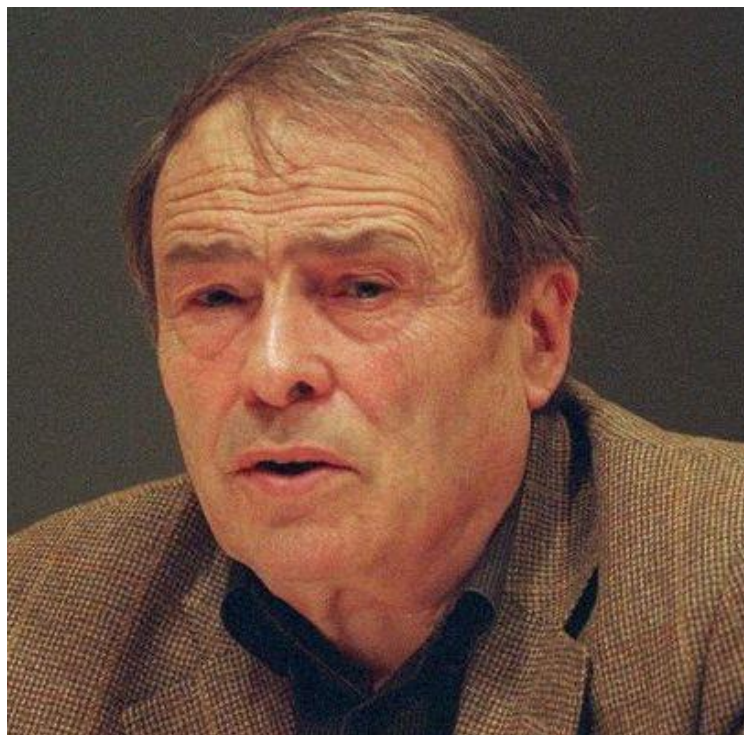
Quando da sua intervenção nas comunidades, quando planejou vantagens econômicas para essas comunidades, através da reunião de pais dos alunos em ambientes escolares, pode-se dizer que Hanifan assumia o conhecimento do Funcionalismo ao entender que poderia ajustar os mecanismos daquele sistema de

relações, através dos quais os pais dos alunos, os professores e o governo cumpriam funções necessárias à formação do Capital Social.

### **b) Pierre Bourdieu (França)**

Bourdieu (1930-2002), Imagem 6, nasceu em Denguin, na França, cursou Filosofia na Faculdade de Letras em Paris, foi militar na Argélia, depois retornou à academia revolucionando a Sociologia com suas pesquisas na Europa, como etnólogo. Lecionou nas Universidades de Harvard e de Chicago, entre outras, bem como tornou-se referência nas áreas de Antropologia e Sociologia (FRAZÃO, 2015).

**Imagem 6 - Pierre Bourdieu I**



Fonte: Economicsociology, 2017.

A lacuna entre a conceituação de Hanifan e a abordagem de Pierre Bourdieu, sugere um vácuo na discussão do tema, durante mais de 60 anos, os quais presenciaram muitas mudanças socioeconômicas nas áreas rurais estadunidenses e francesas, cenário de vivência pessoal e profissional de Bourdieu.

Bourdieu, que antes de ser específico no tema Capital Social, discorreu sobre as “ações coletivas”, na década de 1970, como relações de interesses pragmáticos, afirmou:

É tão verdadeiro quanto falso dizer que as ações coletivas produzem o acontecimento ou que elas são seu produto. Na verdade, elas são o produto de uma conjuntura, isto é, conjunção necessária das disposições e de um acontecimento objetivo. A conjuntura política (por exemplo, revolucionária) só pode exercer sua ação de estímulo condicional atraindo ou exigindo uma resposta determinada dos que a apreendem enquanto tal, sobre aqueles que estão dispostos a constituí-la enquanto tal porque são dotados de um determinado tipo de disposições passíveis de serem redobradas e reforçadas pela "tomada de consciência", quer dizer, pela posse, direta ou mediata, de um discurso capaz de assegurar o domínio simbólico dos princípios praticamente dominados do *habitus* de classe (BOURDIEU, 1972, pp. 25-26).

O *habitus* ora constituído, cria, transforma e regula a vida em sociedade, e pode ser entendido como gatilho para modificação de realidades territoriais rurais pobres.

Segundo Bourdieu (1972):

[...] enquanto produto da história, o *habitus* produz práticas, individuais e coletivas, produz história, portanto, em conformidade com os esquemas engendrados pela história. O princípio da continuidade e da regularidade que o objetivismo concede ao mundo social sem poder explicá-lo é o sistema de disposições passado que sobrevive no atuar e que tende a perpetuar-se no futuro, atualizando-se nas práticas estruturadas segundo seus princípios – lei interior através da qual se exerce continuamente a lei das necessidades externas irredutíveis às pressões imediatas da conjuntura (BOURDIEU, 1972, p. 25).

Coaduna com o pensamento de Bourdieu, a ratificação da possibilidade de construção de práticas sociais contínuas, originadas em instituições públicas ou privadas, voltadas para o estímulo a perfis de cooperação nas relações sociais, que se vem pontuando nessa pesquisa.

Na visão de Bourdieu (1972), as ligações entre as pessoas têm como base o retorno material, ou trocas materiais, que apesar de reificar a fundamentação das relações, tem a sua mensuração baseada no tamanho das relações efetivamente firmadas. Nesse viés, ele conceitua o Capital Social como pertencente à mesma tipificação relacional, delegando aos interesses individuais a cooperação mútua.

O Capital Social é conceituado por Bourdieu como:

[...] o conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo

observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis<sup>8</sup> (BOURDIEU, 1980, p. 2, tradução nossa).

O pragmatismo do lucro à frente da mobilização das relações de cooperação, mesmo parecendo um fruto negativo do individualismo, é uma constatação que poderá estimular a motivação para defender interesses afins. E Bourdieu (1980) entendeu esse pragmatismo como um fato natural que lastreia a artificialidade do ato de cooperar, do fato de constituir relações que lastreiam e movem atitudes de comum conveniência, de um grupo de selecionados para tal. Conforme Bourdieu (1980):

A existência de uma rede de ligações ou de “determinado grupo social” não é um dado natural, criado para sempre por um ato social de instituição (como no exemplo de um grupo familiar, que por definição genealógica das relações de parentesco, definem uma formação social), mas o produto da criação e manutenção de trabalho necessário para produzir e reproduzir ligações duradouras, úteis, com finalidade de obter benefícios materiais ou simbólico<sup>9</sup> (BOURDIEU, 1980, p. 2, tradução nossa).

Bourdieu entendeu que se fazia necessário estimular essas relações, uma vez que elas gerariam e aumentariam impactos positivos para esses grupos.

Ao se aumentar as relações entre os indivíduos, se entraria num grupo e se aumentaria os limites desse grupo, e esses novos laços também se ampliariam, gerando conhecimento suficiente para que cada célula do grupo, representada por cada indivíduo, se reconhecesse no pertencimento e pudesse buscar melhorias para seu grupo. Seria uma maximização das buscas de melhorias e dos frutos dessas buscas, como as conquistas dos times de esportes, dos clubes, equipes de trabalho, etc. (BOURDIER, 1980, p. 3).

Complementando-se e ampliando-se os exemplos de Bourdieu, as associações, os sindicatos de classes e as cooperativas, são instituições que buscam atender aos interesses coletivos, mas que têm em cada indivíduo a representação do todo, o pertencimento e essa busca para atender aos interesses comuns.

---

<sup>8</sup> [...] l'ensemble des ressources actuelles ou potentielles qui sont liées à la possession d'un *réseau durable de relations* plus ou moins institutionnalisées d'interconnaissance et d'interreconnaissance; ou, en d'autres termes, à l'appartenance à un groupe, comme ensemble d'agents qui ne sont pas seulement dotés de propriétés communes (susceptibles d'être perçues par l'observateur, par les autres ou par eux-mêmes) mais sont aussi unis par des *liaisons* permanentes et utiles (BOURDIEU, 1980, p. 2).

<sup>9</sup> L'existence d'un réseau de liaisons n'est pas un donné naturel, ni même un «donné social», constitué une fois pour toutes et pour toujours par un acte social d'institution (représenté, dans le cas du groupe familial, par la définition généalogique des relations de parenté qui est caractéristique d'une formation sociale), mais le produit du travail d'instauration et d'entretien qui est nécessaire pour produire et reproduire des liaisons durables et utiles, propres à procurer des profits matériels ou symboliques (BOURDIEU, 1980, p. 2).

Bourdieu (1980, p. 3) salientou a necessidade de se incentivar a criação de relações de cooperação, com benefícios tanto para a economia, quanto para a reprodução do próprio Capital Social, que se faz mais importante que o próprio capital econômico, uma vez que oferece apoio interno nos grupos, principalmente aos mais economicamente desprovidos.

O Capital Social pode ser transformado em outros capitais, como no capital econômico (imóveis, salários, rendas), no capital cultural (certificados de cursos e saberes) e no capital simbólico (poder, prestígio), por exemplo, o que o faz ser o mais importante de todos os capitais. Porém, Bourdieu (1980) considerou que o Capital Social não pode se reduzir aos outros capitais, bem como não pode ser visto independente desses, uma vez que esses podem estimular o surgimento e aumento do próprio Capital Social.

Estratégias, investimentos, relações utilizáveis, aproveitando sentimentos de reconhecimento, de respeito, de direitos e regulação do grupo, bem como seus limites guardados por cada membro do grupo, é revertido em favor de todos. Investe-se tempo, trabalho e dinheiro, e aguarda-se reconhecimento. Caso não haja uma instituição liderando, se apropriando e respondendo por tal Capital Social, todos os membros do grupo, através de representação, assim o fazem, mesmo com divergências, diferenças e conflitos internos.

O Capital Social estimulado pode ser veículo tanto para ascender socialmente, quanto para se manter em uma posição social já estabelecida. Porém, a estratégia que o acumulou é a mesma que tem que continuar o fazendo, não existindo facilidade em modificar esse capital com outras distintas estratégias, porque estas diferentes estratégias podem gerar questionamentos sobre o valor do Capital Social (BOURDIEU, 1980).

O Capital Social é configurado como tal através da sua construção pelos membros de um grupo, o qual percebe esse capital dentro das suas relações, e constata a aquisição dos benefícios que ele gerou. No entanto, ele é muito mais gerador de possibilidades de benefícios futuros, do que de benefícios imediatamente proporcionais ao que se investiu no presente. Mas apesar dessa temporalidade mais distante, Bourdieu acreditava que através do “habitus” as pessoas desempenhariam as suas funções normalmente, ou seja, as pessoas são capazes de incorporar essa ou quaisquer outras estruturas sociais com normalidade (BOURDIEU, 1986).

Ficou entendido todo o tempo em que se analisa Bourdieu, que o Capital Social vai além de uma simples dicotomia entre uma possível abrangência de um viés econômico e um viés social, com perspectivas de transformações e ressignificações para atender aos interesses dos grupos que desenvolvem o Capital Social, tendo ele sua origem, individual.

A origem campesina de Bourdieu, bem como os seus trabalhos de pesquisas, lhe forneceram experiência para entender os fenômenos que derivam dos interesses de grupos que se situam no campo, porém com menor vivência e aprofundamento, como Hanifan, um teórico de imersão.

- **Discussão Epistemológica**

A primeira escrita de Bourdieu sobre o Capital Social, no ano de 1979, referiu-se aos fins de cada capital, tanto cultural, quanto econômico e social, não o conceituando ainda, mas se lastreando da corrente epistemológica Utilitarista para registrar sua análise, segundo Melo (2013, p. 10); Melo et al. (2015).

### **Imagem 7 - Pierre Bourdieu II**



Fonte: Lifeder, 2018

Em 1979, Bourdieu estava numa França impactada por instabilidades políticas e socioeconômicas, ou seja, ruptura entre os partidos Socialista e Comunista, vitória dos conservadores em eleições parlamentares, bem como, segundo Thury (2011):

[...] nesse mesmo ano, o segundo choque do petróleo, mais a elevação da taxa de juros norte-americana a partir de setembro e a adoção de políticas

monetárias ainda mais restritivas nos EUA e na RFA repercutiram fortemente na economia francesa. Nesse cenário internacional, o então primeiro-ministro Barre viu que a França não poderia mais manter políticas monetárias expansivas, visto que tais medidas iriam gerar uma espiral inflacionária nos preços franceses e gerariam um novo déficit em conta corrente (THURY, 2011).

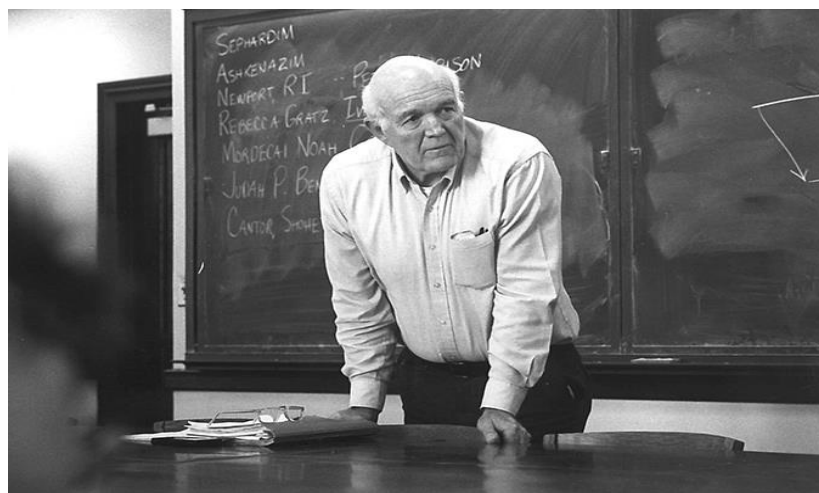
A influência de muitos problemas da sociedade em que estava vivendo entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, de certo influenciou nas reflexões e análises de Bourdieu, sobre as formas de reagir para combater esses problemas. Essas reflexões e pensamentos, fundamentados pelas suas experiências incitaram na criação, gerando um olhar sobre a Teoria do Capital Social, diferenciada dos outros autores, mostrando a parte desconhecida que estava no todo conhecido.

Evidencia-se o Sistemismo na configuração do conhecimento de Bourdieu sobre o Capital Social, quando argumentou sobre as formas de mantê-lo e multiplicá-lo, conforme Melo (2013, p. 11): “A predominância do sistemismo na concepção de Bourdieu sobre Capital Social é observável quando ele discute a manutenção e a reprodução do capital social nas estruturas sociais [...]”. São revisões interpretativas de Bourdieu que puderam expandir o olhar sobre o Capital Social no espaço e com influência do próprio espaço, numa sincronia interdependente.

### **c) James Coleman (Estados Unidos)**

Coleman nasceu em Bedford, Indiana, Estados Unidos da América. Era Sociólogo e um influente estudioso da sociologia matemática. Fez seu doutorado na Universidade de Colúmbia e elaborou significativos trabalhos da Matemática com as Ciências Comportamentais. Foi professor e pesquisador, principalmente, das Universidades de Chicago, Colúmbia e John Hopkins, Imagem 8. Considerou que seu trabalho com o comportamento das comunidades era o mais importante da sua vida (BRITANNICA, 2018, tradução nossa).

## Imagem 8 - James Coleman



Fonte: Educationnext, 2016.

Coleman (1926-1995), numa configuração diferente de Bourdieu, que concentrou a origem do Capital Social no indivíduo e suas buscas do sucesso e fracasso no próprio indivíduo, concentrou a sua procura do Capital Social nas relações interpessoais, bem como na diferenciação do sucesso e do fracasso das comunidades e dos bens coletivos, nessas relações.

Coleman (1988), trabalhou o conceito de Capital Social de forma mais abrangente, envolvendo muitos atores da sociedade, como indivíduos comuns, comerciantes, corporações, estudantes, grupos jovens e rebeldes, entre outros.

As relações entre esses atores foram explicadas através de exemplos de grupos e dos efeitos que as relações entre eles exercem sobre a vida econômica dos mesmos e o impacto socioeconômico de forma geral.

Para Coleman (1988):

Capital social é definido por sua função. Não é apenas uma simples entidade, mas uma variedade de diferentes entidades com todos elementos incomuns: todos eles consistem em algum aspecto de estruturas sociais, e eles facilitam certas ações dos atores – independente dos personagens e dos atores corporativos – com sua estrutura. Como outras formas de capital, capital social é produtivo tornando possível o atingimento de certos objetivos, que em sua ausência não seriam possíveis. Como o capital físico e o capital humano, o capital social não é completamente fungível, mas pode ser específico para certas atividades<sup>10</sup> (COLEMAN, 1988, p.98, tradução nossa).

---

<sup>10</sup> Social capital is defined by its function. It is not a single entity but a variety of different entities, with two elements in common: they all consist of some aspect of social structures, and they facilitate certain actions of actors – whether persons or corporate actors – within the structure like other forms of capital, social capital is productive, making possible the achievement of certain ends that in its absence would not be possible. Like physical capital and human capital, social capital is not completely fungible but may be specific to certain activities (COLEMAN, 1988, p.98).

Coleman diz que outros cientistas erram por procurar apenas entender as pessoas como seres sem vontade própria, mas como fruto de ações do sistema social e do sistema econômico a que estão submetidas numa sociedade. Ele procura encontrar um equilíbrio entre a vontade do indivíduo e a vontade do conjunto social, nas suas explicações. O objetivo não foi trabalhar debruçado somente sobre uma abordagem do funcionalismo das relações, que ele entendia como simplista, mas sim de se apropriar do estilo racional que esta carrega, com o suporte do conceito de Capital Social, para depois levar esse arcabouço para a educação. Coleman (1988, p. 96, 97)

Antes de aprofundar no viés educacional, Coleman procurou comparar o Capital Social nas relações dos atores, encarnados na pessoa física, com os ditos “atores corporativos<sup>11</sup>”, ou pessoa jurídica. O Capital Social nas relações destes “atores corporativos” se mostra através da troca de informações para formar parcerias entre empresas, bem como para a fixação de preços em indústrias, por exemplo (COLEMAN, 1988, p. 98, tradução nossa).

Coleman (1988, p. 99) salientou o Capital Social em diversos grupos, como propulsor do funcionamento de estruturas de negócios, de ideais, de vivência comum da rotina diária das pessoas, se consolidando através dos exemplos de comunidades judaicas de venda em atacado de diamantes no Brooklyn, bem como em grupos de estudantes ativistas radicais da Coreia do Sul, e de pais de família que se mudam de um país para outro para oferecer um ambiente mais seguro para seus filhos.

Esses são alguns exemplos de pessoas preocupadas em assegurar algum direito ou algum pleito, que seja de interesse comum no grupo, demonstrando o poder da informação, da confiança, da atenção para com o outro, que transpõe o perfil individualista. São ações que, de certa forma, também fazem parte das grandes sociedades, e que facilitam as ações simples e rotineiras, inerentes à vida, como trabalhar, estudar, se divertir, produzir, consumir, entre outros (COLEMAN, 1988. p. 99).

---

<sup>11</sup> [...] corporate actors [...] (COLEMAN, 1988, p.98).

## - Capital Social nas Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas

Apesar de ser o Capital Social o mais intangível dos capitais, considerando a comparação com os capitais físico e humano, por ser perceptível apenas nas relações entre as pessoas, é o mais facilitador das atividades produtivas, considerando quaisquer outros capitais, conforme Coleman (1988, p. 100). E o entendimento dessa importância, pode ser percebida quando o Capital Social existente nas relações consegue prover algum indivíduo, do capital físico ou humano, que satisfaz as suas necessidades, e que foi manifestado nas relações, nos contatos, na rede, na confiança, formando conexões de apoio mútuo, muito maiores do que na condição de individualista.

Essas relações estão presentes em quaisquer escalas, e os recursos fornecidos pelo Capital Social podem ser de interesse de atores diversos, apesar de não serem bem perceptíveis nas macroestruturas sociais, e são essas mesmas relações e seus recursos que dão o valor ao conceito do Capital Social (COLEMAN, 1988, p. 101)

A partir desse raciocínio consegue-se perceber tangibilidade, principalmente ao se pensar a repercussão dos efeitos do Capital Social nos fenômenos de larga escala nas sociedades, como movimentos de trabalhadores se transformando em partido político, pequenos produtores rurais e suas famílias se transformando na Agricultura Familiar, responsável pela maior fatia de produção agropecuária do mundo, bem como pequenos negócios entre amigos que se tornam grandes cooperativas, etc. Silva (2013); Comitê Brasileiro (2014).

Nas relações de confiança no cotidiano da vida estão contidas as trocas de favores, e dentro dessas trocas há fortes expectativas que os indivíduos nutrem pela retribuição futura desses possíveis favores. Esses favores são como “créditos<sup>12</sup>” que se formam, e que se possui na quantidade proporcional ao número de “favores<sup>13</sup>” cedidos, e que se pode utilizar quando necessário. Caso não se receba a reciprocidade, bloqueia-se a confiabilidade que poderia alimentar essa relação, conforme Coleman (1988, p. 101).

---

<sup>12</sup> [...] credits [...] (COLEMAN, 1988, p. 101).

<sup>13</sup> [...] favors [...] (COLEMAN, 1988, p.101).

Dentro da diversidade de sociedades, há estruturas sociais em que as pessoas são mais propensas à confiabilidade, onde se tem a sociabilidade mais aguçada e a sensação de que o favor será retribuído de alguma forma, num momento futuro, e existem estruturas sociais, onde os atores são mais independentes, mais autossuficientes, segundo Coleman (1988, p. 101).

Coleman utilizou um exemplo, referente um grupo de pessoas no Sudeste da Ásia, que se juntam para, mensalmente arrecadar um determinado valor, em dinheiro, e sortear a alguns poucos membros do grupo o montante do valor todo mês. É o sistema equivalente utilizado no Brasil por algumas instituições financeiras, conhecido como crédito rotativo, com símbolo na Imagem 9, bem como no interior da Bahia, utilizado informalmente, sem aval de uma instituição financeira, conhecido como sistema de “caixa”.

**Imagem 9 – Símbolo do Crédito Rotativo**



Fonte: Tudofinancas, 2017.

Os problemas e as necessidades movimentaram estes grupos, e a confiança os mantiveram a suprir as suas próprias necessidades. E, conforme (COLEMAN, 1988, p. 103, tradução nossa), “[...] não se poderia imaginar uma associação de crédito rotativo operando com sucesso nas áreas urbanas, construídas em alto grau de desorganização social – ou, em outras palavras, sem capital social<sup>14</sup>”.

A intensidade da manifestação do Capital Social varia de acordo com diversas características na formação das populações. Segundo Coleman (1988, p. 103), entre

---

<sup>14</sup> [...] one could not imagine a rotating-credit associating operating successfully in urban areas marked by a high degree of social disorganization – or, in other words, by a lack social capital (COLEMAN, 1988, p. 103).

a área rural e a área urbana as diferenças do Capital Social se manifestam de forma intensa, por conta da satisfação das necessidades estruturais serem atendidas de formas e de cronologias diferentes. Dentro de cada área, tem-se as estruturas familiares, que no seu interior também demonstram diferenças de manifestação do Capital Social, de acordo com o poder que cada membro possui, bem como a sua hierarquia.

Fazendo uma analogia às instituições legislativas, Coleman (1988, p. 104) menciona o uso do Capital Social entre os legisladores, a fim de aprovar ou refutar determinadas leis que interessem a alguns blocos fechados de indivíduos, e a informação se faz significativamente presente nesse meio, se mostrando uma outra característica do Capital Social.

As informações fluem em canais de relacionamentos, de forma muitas vezes mais eficaz do que através dos canais de informações mais comuns, como a mídia, os informativos de publicidade, entre outros, fazendo com que, de rodas de amigos, parentes e familiares surjam grandes decisões baseadas em informações trocadas entre os mesmos.

Em comunidades menores e de relações mais próximas, os membros das famílias têm relacionamento com membros de outras famílias, como pais de colegas de escola, esposas de colegas de trabalho, do que nas grandes aglomerações populacionais ou cidades maiores.

A falta dessa proximidade, nos grandes espaços, gera a necessidade de “normas e sanções”, a fim de regular os comportamentos, diminuindo a expectativa de Capital Social nas relações de todos. Em comunidades menores, em que os familiares e parentes de alguns se relacionam com os parentes e familiares dos outros, os laços se estreitam, ao ponto de pais cuidarem dos filhos dos outros como cuidam dos seus próprios, em ambientes de escola, de lazer, ou outros. Essas relações, assim como em outras de estruturas sociais mais fechadas, dão uma significativa importância à confiabilidade, à reputação, ao senso de obrigação e à reciprocidade nas relações, os quais fazem parte do conjunto e salientam a sua importância, o Capital Social, segundo Coleman (1988, p. 106- 108).

Porém, à medida que o Capital Social proporciona facilidades nas relações dos membros de um grupo, poderá levar a restrições de outros membros que se encontram fora desse grupo. Enquanto há facilidades para uns, se nega essa mesma

facilitação a outros, podendo coibir ações para um bem maior, inerente a toda uma comunidade, segundo Coleman (1988, p. 105).

Na criação de uma organização de cunho social, é de hábito que os objetivos a serem alcançados estejam de acordo com o desejo de quem os criou. Porém, o acúmulo de Capital Social é tão significativo, que muitas vezes, após serem alcançados aqueles objetivos pré-determinados, há um excedente de Capital Social sobrando, o qual poderá ser utilizado em novos objetivos a serem criados ali, Coleman (1988, p. 108).

A maior vantagem do Capital Social está na geração do capital humano, que além de alavancar as pessoas de forma individual, auxilia no Capital Social das comunidades, num círculo que se retroalimenta entre Capital Social e capital humano, podendo se estender às gerações futuras, Coleman (1988, p. 109).

O estímulo ao Capital Social numa comunidade, organização ou em grandes cidades pode acontecer via leis ou normas, como por exemplo: o fortalecimento da segurança pública, para que possibilite que as pessoas se relacionem em espaços públicos; através de recompensas por formar associações, bem como por facilitar o trabalho comunitário. Com o passar do tempo, o enraizamento dos hábitos tornará desnecessárias as normas e sanções, uma vez que os indivíduos as internalizam, se esquivando de ações que não priorizem o bem comum, ou que priorizem mais o bem-estar comum do que o individual, Coleman (1988, p. 109).

### **- Capital Social na Estrutura Familiar**

O capital humano, apesar de poder ser gerado por ele mesmo e pelo capital físico, como em casos de famílias que possuem grande acervo de títulos e diplomas, bem como patrimônio sólido de imóveis, terras, entre outros bens, se faria necessário a existência do Capital Social dentro do núcleo familiar, para que os demais capitais, principalmente o capital humano, se solidificassem nos descendentes também, Coleman (1988, pp. 109-113).

A presença física dos pais ou responsáveis junto aos filhos se faz condição necessária para que o Capital Social se configure na projeção do capital humano, porém não é o único quadro ideal para tal configuração.

Segundo Coleman (1988):

É óbvio que as crianças são afetadas fortemente pelo capital humano possuído pelos seus pais. Mas este capital humano deve ter resultados irrelevantes para as crianças se os pais não são parte importante na vida delas, se o capital humano deles está empregado exclusivamente no trabalho ou em qualquer lugar fora de casa. O capital social da família é a relação entre pais e filhos [...]. Isto é, se o capital humano possuído pelos pais não é complementado pelo capital social corporificado nas relações familiares, é irrelevante para o desenvolvimento educacional da criança que o pai tenha um grande negócio, ou uma pequena quantidade do capital humano<sup>15</sup> (COLEMAN, 1988, p. 110, tradução nossa).

Um relacionamento de interação significativa entre pais e filhos, conseqüentemente gera adultos com capital humano satisfatório, bem como cidadãos que se preocupam e fomentam o crescimento das suas comunidades, pois a perda deste Capital Social, segundo Coleman (1988, p. 111), além de desacelerar o desenvolvimento educacional dos filhos de uma família, poderá gerar evasão escolar, e uma massa de pessoas de baixa escolaridade, a qual configura uma das características do subdesenvolvimento de um território.

Dentro da defasagem de Capital Social no núcleo familiar, variáveis diversas minimizam o desempenho escolar de crianças, assim como aumentam a evasão escolar das mesmas: o grande número de filhos, os quais, recebem atenção mínima pulverizada dos seus pais; a falta de preocupação dos pais com o futuro pessoal, profissional ou acadêmico dos filhos, devido à falta de tempo, de interesse ou de hábito (COLEMAN, 1988, pp. 113).

Porém se faz pertinente entender que alguns fatores externos à família também interferem no desempenho escolar dos filhos: como a quantidade de vezes que a família se muda de bairro ou de comunidade; a escola ser pública ou privada; se no universo das escolas privadas estas pertencem a um segmento religioso ou não. Todo esse escopo de características ditam o Capital Social a que pertencem os estudantes em uma análise, por exemplo, (COLEMAN, 1988, pp. 113-115).

Nas escolas públicas as relações dos estudantes tendem a ser menos sólidas, porque o perfil desses estudantes é mais individualista. Nas escolas privadas

---

<sup>15</sup> It is of course true that children are strongly affected by the human capital possessed by their parents. But this human capital maybe irrelevant to outcomes for children if parents are not an important part of their children's lives, if their human capital is employed exclusively at work or elsewhere outside the home. The social capital of the family is the relations between children and parents [...]. That is, if the human capital possessed by parents is not complemented by social capital embodied in family relations, it is irrelevant to the child's educational growth that deal, or a small amount, of human capital (COLEMAN, 1988, p. 110).

os estudantes recebem uma maior atenção para com as suas relações, estimulando a socialização, e no âmbito das escolas privadas de segmento religioso as relações são ainda mais intensificadas, devido aos outros contatos relacionados entrelaçados por atividades religiosas diversas, que acabam por envolver os pais e os filhos, de forma geral nessas atividades, configurando o perfil próprio para a expansão do Capital Social e conseqüente melhor desempenho e menor evasão escolar, segundo (COLEMAN, 1988, p. 114).

### **- Reflexo do Capital Social nos Outros**

Diferentemente dos capitais físicos e humanos, o investimento em Capital Social dá retorno direto a quem investiu e a quem estiver se relacionando com o investidor, como no exemplo dado por Coleman (1988, p. 116), quando se refere a uma escola, em que algumas mães e pais desempregados, de estudantes que se relacionam fortemente, e investem seu tempo para discutir melhorias no ensino e melhorias no comportamento dos filhos, mas que com o possível retorno ao mercado de trabalho, por parte desses pais, apesar desta ser uma boa perspectiva financeira de futuro para as famílias, tanto a escola quanto aquela rede de pais ficará com déficit de Capital Social, podendo comprometer o desempenho do grupo, daí para frente. Porém, faz-se pertinente lembrar, que dependendo da faixa etária do estudante, uma demanda da atenção dada pelos pais será gerada, representando rupturas sobre as quais, muitas vezes não se tem controle, e se desenvolve uma perda do Capital Social em família também.

Alguns componentes do Capital Social podem existir nas relações, não somente pelo benefício de outras, mas principalmente por benefício próprio de quem os usufrui, ocasionalmente, podendo gerar Capital Social.

A “confiabilidade”, é um exemplo, que assim como outros componentes do Capital Social, podem acontecer entre as pessoas espontaneamente, e que poderá ser classificada como “não voluntária”, ou seja, um indivíduo poderá optar por confiar em alguém, mesmo após avaliar os riscos do ato, mas sem pensar no reflexo que esse ato poderá causar nas atitudes das outras pessoas. Assim como poderá acontecer com a “informação”, que pode ser passada da pessoa A para a pessoa B, mas não para que seja útil à pessoa B, e sim para que a pessoa B seja

reconhecidamente um líder, com status de detentor de informações valiosas. Aplicável também às “normas”, que podem atender muito mais às necessidades de quem as elaborou do que o público alvo, o qual foi colocado como beneficiário, por Coleman (1988, p. 117).

A intenção nas ações dos indivíduos é mais voltada para os outros capitais do que para o Capital Social, assim como é desproporcional o resultado dos investimentos feitos. Apesar disso, o Capital Social é um recurso de grande importância para a qualidade de vida das sociedades, mesmo que as pessoas não o fomentem de forma voluntária e não o perceba nas relações, de forma explícita. Às vezes a provocação do Capital Social não acontece, porque o indivíduo percebe que não será o único beneficiário, e não pratica a ação que beneficiará a outras pessoas. Porém, se não houver outro recurso, a ação será executada a contragosto do indivíduo.

A implicação desses comportamentos inibidores de Capital Social, passam a ser refletidos nos outros capitais, diminuindo o capital humano em gerações futuras e potencializando os problemas nas comunidades. A solução se encontra na oferta de Capital Social para os jovens e crianças, a fim de reverter o quadro negativo implantado, Coleman (1988, p. 118).

- **Discussão Epistemológica**

Coleman trabalhou sobre o tema de Capital Social nos Estado Unidos, na década de 1980, época de deslumbramento daquela sociedade com as novas tecnologias, forte crise econômica e endividamento, fruto de significativo crescimento econômico de outros países, bem como no momento da sua necessidade de atender às demandas de melhoria das políticas públicas no país.

Conforme Sousa (2015):

Contudo, o já citado desenvolvimento de novos e fortes concorrentes comerciais, força o governo americano a apertar as suas contas. Dessa maneira, o Estado reduziu significativamente seus gastos com os campos do bem-estar social e aumentou os benefícios para os grandes grupos econômicos e o mercado financeiro. Sob esse delicado quadro, a população norte-americana passa a vivenciar índices preocupantes de desemprego e concentração de renda (SOUZA, 2015).

O trabalho feito por Coleman, na análise do Capital Social, partiu da sua relação mais próxima com a Sociologia, mais especificamente de recorrentes e antigos estudos empíricos dos comportamentos das comunidades, Imagem 10, conforme mencionado anteriormente, mas também de estudos feitos sobre vastas e diversas referências bibliográficas.

**Imagem 10 - James Coleman - 1963**



Fonte: Education Next, 2016

Segundo Melo et al, (2015):

Ao explicar como as normas sociais constituem o capital social, Coleman (1988) busca sinalizar para elementos que caracterizam tanto uma análise sistêmica, ao considerar uma análise que passa de um nível micro para o nível macro da sociedade, quanto elementos que caracterizam o utilitarismo, uma vez que se reporta à satisfação dos indivíduos como elemento central das suas afirmações. [...] No próprio conceito de capital social de Coleman (1988), é possível encontrar características que associam esse tema tanto às correntes utilitarista e funcionalista nas ciências sociais, quanto à concepção

teleológica da organização no paradigma funcionalista. A discussão sobre o conceito de capital social de Coleman (1988) também apresenta características que o aproxima das abordagens sistêmicas, uma vez que considera diferentes níveis de análise da sociedade de maneira interdependente (MELO et al, 2015, p. 149-150).

Coleman analisou, a partir de tabelas e pesquisas bibliográficas de outros pesquisadores, relações e comportamentos de pessoas, de instituições, em escolas, em residências, de indivíduos, de grupos, com vastos perfis, como famílias de perfil padrão (pai, mãe e filhos), incomuns (mãe e filhos), diversidade no número de filhos, nas atividades das mães, escolas públicas, particulares, particulares religiosas, entre outros dados, os quais Coleman analisava minuciosamente até entender os que influenciavam e justificavam o nível de Capital Social.

Conforme Melo et al, (2015):

Coleman (1988) traz características da fuky, especialmente a revelação de contradições, para discorrer sobre as normas sociais e as sanções efetivas como forma de capital social, ao afirmar que essa forma de capital social facilita certas ações e restringe outras. As normas prescritivas que recompensam certas ações direcionam as ações para longe de outras atividades. As normas desse tipo são importantes na superação dos problemas relacionados ao bem público na coletividade, independentemente de serem suportadas por sanções internas ou externas. [...] O efeito do capital social na criação de capital humano inter-geracional é particularmente importante, considerando o capital social na família e na comunidade (COLEMAN, 1988). Coleman (1988) apresenta o empirismo fortemente nessa discussão ao tratar do papel do capital social na criação de capital humano, considerando os ambientes familiares e comunitários para o desenvolvimento dos jovens (MELO et al, 2015, p. 150-151).

A abordagem de Coleman se aproxima mais da abordagem de Hanifan, do que daquela de Bourdieu, talvez devido à vida de ambos estar pautada em questões socioeconômicas e políticas nos Estados Unidos da América, enquanto Pierre Bourdieu atuava sob as mesmas questões em espaço diferenciado, na França, cujas características das relações sociais carregava grandes diferenças históricas.

Mesmo sendo o tempo de pesquisa de Hanifan muito aquém do tempo de Coleman, algumas questões espaciais podem não ter sofrido grandes modificações, entre a década de 1910 e de 1980, nos Estados Unidos, como a Educação Formal, tema em que Coleman e Hanifan apontam mais nas suas análises sobre o Capital Social.

Reconhece-se o Empirismo na configuração rigorosa de Coleman com a realidade, com foco em dados representativos de experimentos sobre a dinâmica da vida em sociedade, tanto levantados por ele próprio, quanto por fontes secundárias.

O Utilitarismo também esteve presente na ordenação do conhecimento sobre o Capital Social, por Coleman, quando focou os benefícios e as desvantagens socioeconômicas na vida prática cotidiana dos cidadãos, com maior ou menor nível de Capital Social nos seus espaços. Conseqüentemente, o Funcionalismo se configurou, a partir da evidenciação de uma relação social praticável e operacionalmente viável para toda a sociedade, quando lastreada no Capital Social, salientando as funções do Capital Social sobre a própria teoria.

#### **d) Robert David Putnam (Estados Unidos)**

Putnam nasceu em Rochester, Nova Iorque em 1941. Se formou na Universidade de Yale e atua na Universidade de Harvard. É um cientista político e leciona políticas públicas. Sua dedicação em estudar as relações na sociedade rendeu várias obras, que são referências na academia (NORRIS, 2018, nossa tradução).

Putnam, um dos mais conhecidos autores sobre Capital Social, de origem estadunidense, Imagem 11, escreveu obras sobre o assunto ao longo do século XX e atualmente, no século XXI, sempre defendendo o Capital Social como chave principal para o desenvolvimento de comunidades, em obras como: *Hanging Together: Cooperation and Conflict in the Seven-Power Summits*, de 1984; *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy* 1993; *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*, 2000; *Democracies in Flux: The Evolution of Social Capital in Contemporary Society*, 2002; *Better Together: Restoring the American Community*, 2003; *Pluribus Unum: Diversity and Community in the Twenty-first Century*, 2007 (HARVARD, 2016), entre artigos também sobre o assunto.

### Imagem 11 - Robert Putnam



Fonte: Chronicle, 2012.

A ratificação da sua abordagem de “redes de engajamento cívico”, como vias de sucesso de comunidades, surge também de outros pesquisadores estadunidenses que tiveram a mesma percepção de Alexis de Tocqueville, quando pesquisou os problemas que cercam as populações, como desemprego, drogas, crimes, doenças, baixa escolaridade, entre outros (PUTNAM, 1995, p. 65).

Putnam delegou às redes de relações uma importância significativa para o abastecimento do mercado de trabalho, bem como para o desenvolvimento de centros industriais e de tecnologias. A exemplo de Detroit da década de 1970, Vale do Silício da década de 1990, países em desenvolvimento como na Ásia Oriental, todos se apropriando das redes de colaboração entre as pessoas, bem como entre pessoas e organizações.

Com essa base social de cooperação multilateral prevalecendo em alguns meios sociais, foi percebido um maior engajamento cívico dessas populações para com a performance dos seus governos, em diferentes regiões da Itália, percebendo a variação de intensidade da atuação governamental diretamente relacionada com a variação da intensidade do engajamento cívico populacional (PUTNAM, 1995, P. 66).

Como resultado desse perfil, as sociedades mais “bem sucedidas”, ou seja, com escolas mais eficientes, com nítido desenvolvimento econômico e com menor índice de criminalidade, com uma vida social organizada sobre alicerces de normas, confiança, cooperação, reciprocidade, entre outros atributos, demonstrava também um cenário em que se priorizava os benefícios comuns às populações, reduzindo-se as possibilidades de oportunismos na política e na economia (PUTNAM, 1995, p. 66).

A ideia de estudar o Capital Social, para Putnam, na década de 1990, não significou voltar à uma nova conceituação ou a uma nova contribuição para teorizar sobre o tema, mas sim analisar algumas evidências empíricas que estavam ocorrendo nos Estados Unidos, e que eram diretamente ligadas ao nível de desenvolvimento de cada espaço.

Partiu-se, então, das mudanças nos padrões da participação política dos estadunidenses, através do declínio acentuado dos votantes entre as décadas de 1960 e 1990, demonstrando, que o engajamento cívico deficitário tem ligação direta com involução no desenvolvimento do país, uma vez que, de forma concomitante, neste mesmo período, a economia sofreu desaceleração.

Aliado a esse processo, identificou-se, além do decréscimo da confiança na presidência do país, o decréscimo na participação do povo estadunidense, também nas reuniões escolares, em reuniões públicas para resolver problemas comuns das comunidades, em comícios, em reuniões de partidos políticos, ou similares, bem como diminuição das afiliações religiosas, que eram os grupos mais comuns no país, declínio das afiliações sindicais, diminuição do envolvimento dos pais na educação formal dos filhos, nessas mesmas três décadas (PUTNAM, 1995, pp. 67-69).

Esse autor entende, que como consequente reflexo a esse processo individualista, nos jogos de boliche, entre as décadas de 1980 e 1990, foi constatado a diminuição de 10% no número de jogadores e 40% no número de ligas do esporte (PUTNAM, 1995, p. 69).

Entendeu-se, naquele levantamento, que as associações que não exigiam participação de contato entre pessoas, eram as que mais tinham crescido, naquele momento, bastando apenas algum pagamento ou contribuição, como de profissionais ou de interesses afins, demonstrando um déficit de associações físicas, que representam a expressão do Capital Social. Esse decréscimo do Capital Social,

também estava se refletindo através do afastamento entre vizinhos de um mesmo bairro, por exemplo, que, juntando todo esse movimento, se teria consequências negativas na participação política das populações (PUTNAM, 1995, pp. 70-72).

Na busca por causas da erosão do Capital Social, Putnam elegeu, em primeiro lugar, o movimento feminino para o mercado de trabalho, desde a década de 1970, considerando-o o maior causador do aumento das horas trabalhadas semanais nos Estados Unidos, e conseqüente afastamento entre as pessoas. Em virtude desse motivo surgiu o aumento dos divórcios, em seguida, as transformações demográficas, migração de populações para os subúrbios, menor número de casamentos, menor taxa de natalidade, bem como menores salários, compras à distância em casa, empresas multinacionais atuando em detrimento de empresas locais, ou seja, movimentos que afastaram as pessoas, e incitaram a diminuição do engajamento cívico (PUTNAM, 1995, pp. 72-73).

E já predizendo onde iria chegar esse afastamento, e conseqüente diminuição do Capital Social, Putnam, levantou um questionamento referente a um provável afastamento entre as pessoas, através do avanço da tecnologia, ainda no século XX. Conforme Putnam (1995):

Os novos capacetes de "realidade virtual" que em breve divertirão pessoas num total isolamento, são apenas as mais recentes extensões desta tendência. É a tecnologia, assim, dirigindo um afastamento entre os nossos interesses individuais e os nossos interesses coletivos?<sup>16</sup> (PUTNAM, 1995, p. 73, tradução nossa).

Putnam passou a buscar em que tipos de organizações encontraria perfil de relações horizontalizadas, uma vez que as sociedades de pequeno porte, com suas relações de confiança se extinguíam, mas que também levavam a intensidade da intolerância e preconceitos. Entendia-se que deveria se preocupar em resgatar a participação na vida, e que se pagaria essa ausência com uma maior incidência de corrupção na política (PUTNAM, 1995, p. 73).

As políticas públicas deveriam contemplar o Capital Social em seus projetos, desde a construção de moradias, com desenho que proporcionasse o contato entre as pessoas, até instituições de ensino de porte comunitário, para a possibilidade de

---

<sup>16</sup> The new "virtual reality" helmets that we will soon don to be entertained in total isolation are merely the latest extension of this trend. Is technology thus driving a wedge between our individual interests and our collective interests? (PUTNAM, 1995, p. 73).

intensificar as relações e intensificar os debates democráticos, gerando autonomia e responsabilidade nas populações (PUTNAM, 1995, p. 74).

Em 1996, procurou-se justificar o desempenho mais desenvolvimentista do Norte da Itália à resposta satisfatória do governo ao engajamento cívico do povo, que atua de forma assertiva e cobra o mesmo perfil do governo. Esse arcabouço relacional, estaria pautado nas relações de confiança e de reciprocidade, que Putnam mencionou em toda a sua obra (PUTNAM, 2005).

Apesar de Hanifan, já haver identificado essas variáveis anteriormente, Putnam se aprofundou numa diferenciada realidade social, política e econômica, lançando-as como universalmente aceitável, quando se referia ao Capital Social numa sociedade.

Putnam deixa uma reflexão sólida, em relação a espaços de alto nível de Capital Social, como sendo um lugar de menor desigualdade, facilidade na sustentação da cooperação, bem como otimização das relações políticas na sociedade. Por outro lado, os espaços sem evidente Capital Social, demonstram com maior nitidez as relações desiguais, as quais impedem a sustentação de acordos de cooperação. Por isso, no afã de manter os privilégios políticos, a camada rica da população, evocará manobras para fomentar a divisão dos pobres, ou seja, impedir as relações de cooperação, se perpetuando o estado de desigualdade permanente. Esses dois ambientes são visualizados na comparação entre o norte e o sul da Itália, segundo Putnam, na década de 1990 (PUTNAM, 2005).

- **Discussão Epistemológica**

O contexto em que Putnam vivia, nos Estados Unidos da América, quando iniciou a sua escrita sobre o Capital Social, na década de 1980, foi o mesmo contexto de James Coleman. E assim como esse, Putnam teve uma construção teórica mais voltada para “ações coordenadas”, que influenciariam diretamente na construção e manutenção do Capital Social (BOEIRA; BORBA, 2006).

## Imagem 12 - Robert Putnam - 2015



Fonte: Mindingthecampus, 2015

Como já visto, Putnam, Imagem 12, delegou a uma sucessão de acontecimentos, a diminuição do Capital Social nos Estados Unidos: a era do feminismo, que teria aumentado os divórcios, que transformou demograficamente os espaços, que aumentou as migrações, que diminuiu os casamentos, que diminuiu os nascimentos, desembocando na diminuição dos salários, que aumentou a quantidade de compras à distância, que teria aumentado as empresas multinacionais, diminuindo as empresas locais, salientando o individualismo (PUTNAM, 1995).

Constata-se o Funcionalismo e o Sistemismo na experiência de criação e de transformação sobre a Teoria do Capital Social por parte de Putnam, a partir da sua visão de causa e consequência no encadeamento de fatos ocorridos em espaços como a Itália e os Estados Unidos, que geraram mudanças nos níveis de Capital Social nestes países.

O Empirismo também caracteriza a formação das contribuições de Putnam, conforme Boeira e Borba (2006):

Na perspectiva de Putnam, o capital social é entendido como um conjunto de características da organização social – confiança, normas e sistemas – que tornam possíveis ações coordenadas. Utilizando este conceito, desenvolve instrumentos empíricos para examinar a tese de que o capital social promove cooperação social e de que esta se reflete no desempenho das instituições. Esta tese foi testada em seu famoso livro "*Making democracy work*", no qual

o autor, com base em um exaustivo estudo sobre a Itália, conclui que o capital social é um fator explicativo da comunidade cívica, que, por sua vez, constitui o contexto do bom desempenho institucional (BOEIRA; BORBA, 2006).

Putnam, Segundo Melo et al. (2015, p. 152): “[...] aproxima a sua definição de capital social para os princípios do funcionalismo, enfatizando o caráter produtivo do capital social fazendo comparações com o capital físico e humano, [...]”. Abordagem ratificada em (BOEIRA; BORBA, 2006); (MELO et al., 2015, p. 158).

#### **e) Francis Fukuyama (Estados Unidos)**

Francis Fukuyama, de ancestralidade japonesa, Imagem 13, nasceu em Chicago, Estados Unidos em 1952. É um economista e doutor em Ciências Políticas pela Universidade de Harvard, de atuação acadêmica, influente figura do conservadorismo e de influência para alguns políticos, presidenciais, como Ronald Reagan, em Washington, Estados Unidos (BIOGRAFIASYVIDAS, 2017).

**Imagem 13 - Francis Fukuyama**



Fonte: Sydneytrads, 2016

Fukuyama entende que Capital Social não tem uma definição única que poderá ser utilizada em pesquisas ou em aplicações de políticas públicas. Para ele Capital

Social está vinculado à cultura dos espaços, portanto a sua existência é compatível a cada sociedade (FUKUYAMA, 2002, p. 27). Assim ele afirma:

Aqui vou usar a minha própria definição - que o capital social são normas compartilhadas ou valores que promovem a cooperação social, instanciados em relações sociais. O capital social nesta visão é uma maneira utilitária de olhar para a cultura. A cultura tende a ser vista como um fim em si mesma (a qual é) ou como uma forma de expressão criativa. Contudo, também desempenha um papel funcional muito importante em qualquer sociedade, meios pelos quais grupos de indivíduos comunicam e cooperam em uma grande variedade de atividades. Embora seja difícil quantificar cultura como um fim em si, a funcionalidade da cultura na economia em termos é muito mais mensurável. Nem todas as normas e valores, e portanto, nem todas as culturas, estão igualmente equipadas para o crescimento. Ou para colocá-lo no jargão da economia, nem todas as sociedades têm estoques iguais de capital social<sup>17</sup> (FUKUYAMA, 2002, p. 27, tradução nossa).

Se faz necessário estar atento ao contexto do Capital Social, ao estudá-lo, porque, ele está incorporado em valores, em culturas específicas, bem como ser pragmático, a fim de se levantar com precisão a correlação do Capital Social com a política, com as instituições públicas e privadas, com a corrupção, bem como com a situação econômica de uma sociedade. Na ausência desses cuidados depara-se com problemas, como o fracasso do Consenso de Washington<sup>18</sup>, que não obteve sucesso, por não ter considerado o Capital Social, as culturas, valores e as instituições dos países alvos daquelas propostas de reforma (FUKUYAMA, 2002, pp. 23, 24).

A configuração do Consenso de Washington impactava diretamente na redução da influência do Estado na organização e regulação das sociedades, objeto das suas

---

<sup>17</sup> One of the weaknesses of the concept of social capital, as we will see, is that there is still no general agreement as to what it is. Here I will use my own definition—that social capital is shared norms or values that promote social cooperation, instantiated in actual social relationships. Social capital in this view is a utilitarian way of looking at culture. Culture tends to be seen as an end in itself (which it is) or as a form of creative expression. However, it also plays a very important functional role in any society, being the means by which groups of individuals communicate and cooperate in a wide variety of activities. While it is difficult to quantify culture as an end in itself, the functionality of culture in economic terms is much more measurable. Not all norms and values, and hence not all cultures, are equally equipped to foster economic growth. Or to put it in economics jargon, not all societies have equal stocks of social capital (FUKUYAMA, 2002, p. 27).

<sup>18</sup> Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID - especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo Institute for International Economics, sob o título "Latin American Adjustment: How Much Has Happened?", era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subseqüentemente, a denominação informal de "Consenso de Washington". Embora com formato acadêmico e sem caráter deliberativo, o encontro propiciaria oportunidade para coordenar ações por parte de entidades com importante papel nessas reformas (BATISTA, 1994, p. 5).

medidas, tendo como foco o mercado, que ditava as regras desses países latino-americanos.

O Estado deve ser o provedor da política econômica, pois a ele foi concedido a “competência e transparência” para atuar e decidir sobre os espaços comandados. E as instituições desses espaços, para serem desenvolvidas precisam de Capital Social, que é quem promove a força e a eficiência das instituições estatais, (FUKUYAMA, 2002, pp. 24, 25).

O Capital Social, dentro do “processo de desenvolvimento”, tem papel fundamental para uma sociedade ser democrática. Assim, por Fukuyama:

O capital social é fundamental para o sucesso da democracia. O sociólogo Ernst Gellner disse sem rodeios: sem sociedade civil, sem democracia. O capital social é o que permite aos indivíduos defender seus interesses e organizar-se para apoiar as necessidades coletivas; [...] o capital social é fundamental para a força e a saúde dessas políticas. Democracias mais fortes e bem consolidadas são mais capazes de enfrentar os desafios do desenvolvimento. [...] O capital social influencia diretamente a capacidade das pessoas a se organizarem para fins econômicos; apoia a criação de instituições e do Estado de Direito; e é um suporte vital da democracia, que é a fonte de legitimidade para o quadro político em que o desenvolvimento se amplia cada vez mais<sup>19</sup> (FUKUYAMA, 2002, pp. 26, 27, tradução nossa).

Fukuyama, após várias visitas à América Latina, percebeu que a maioria das pessoas não acreditavam possuir confiança entre elas, e que este perfil se manifestava na economia. No perfil das empresas, em sua maioria de perfil familiar, existe a falta de confiança que levanta barreiras para receber profissionais externos ao círculo familiar, mesmo quando do crescimento dessas organizações, dificultando o crescimento próprio e da economia no geral.

Esse perfil, que Fukuyama chama de “familismo<sup>20</sup>”, não está presente só nas sociedades latino-americanas, mas também nas “partes chinesas da Ásia<sup>21</sup>”, e podem ser “uma resposta racional a uma sociedade em que o Estado é arbitrário e voraz<sup>22</sup>” (FUKUYAMA, 2002, pp. 27, 28).

---

<sup>19</sup> Social capital is critical for successful democracy. The sociologist Ernest Gellner put it bluntly: no civil society, no democracy. Social capital is what permits individuals to band together to defend their interests and organize to support; [...] social capital is critical to the strength and health of that political framework. Stronger and well-consolidated democracies are better able to confront the challenges of development. [...] Social capital directly affects the ability of people to organize for economic ends; it supports the creation of institutions and the rule of law; and is a vital underpinning of democracy, which is the source of legitimacy for the political framework in which development increasingly takes place (FUKUYAMA, 2002, pp. 26, 27).

<sup>20</sup> [...] familism [...] (FUKUYAMA, 2002, p. 28).

<sup>21</sup> [...] Chinese parts of Asia [...] (FUKUYAMA, 2002, p. 28).

<sup>22</sup> [...] a rational response to a society in which the state is arbitrary and rapacious (FUKUYAMA, 2002, p. 28).

Fukuyama acreditava que não havia como se implantar ou fomentar valores que levassem eras para se consolidarem, como o Capital Social, pois através de “um conjunto relativamente simples de intervenções de política econômica, ou mesmo esforços de construção e reforma<sup>23</sup>”, não se conseguiria modificar modos de viver que já se encontravam enraizados profundamente numa sociedade. O próprio Estado não demonstraria segurança e transparência suficiente para estimular a iniciativa da sociedade. E numa sociedade que não há Capital Social, o Estado deveria dar o exemplo, para que se iniciasse um processo de mudanças em prol da cooperação. Porém, seria difícil esse processo, uma vez que, sem o engajamento cívico, dificilmente se teria uma administração pública eficaz. (FUKUYAMA, 2002, pp. 32, 33).

O Capital Social está em países com desenvolvimento avançado e lá é fácil de estimular a sua potencialização. Porém, se faz necessário estudar e divulgar casos desses países, onde cresceram associações e cooperativas, por exemplo, a fim de se analisar as características dos ambientes que facilitaram esse perfil. A partir daí o Estado poderá estimular o surgimento do Capital Social, através de uma junção de fatores, como: educação formal, governo transparente, combater o nepotismo, segurança pública eficaz, ou seja, no reforço às leis e normas nas sociedades (FUKUYAMA, 2002, pp. 34, 35).

Antes de se posicionar de forma mais sistemática na conceituação do Capital Social, Fukuyama já havia discorrido sobre a influência do Estado e do Capital Social numa sociedade. Segundo Fukuyama (2001), a religião podia exercer uma influência maior no Capital Social do que o Estado, devido às experiências compartilhadas, às tradições, entre outros fatores que fogem do poder de influência dos governantes.

Se o Estado torna uma prática o ato de estimular o Capital Social numa sociedade, ou seja, se passa a organizar a cooperação, ou outras atividades que poderiam ser melhor executadas pela própria sociedade civil ou pelo setor privado, o impacto passa a ser negativo, a sociedade por si só perde seus laços e relações horizontalizadas, esperando sempre que o Estado exerça esse papel, e isso faz com que o Capital Social demonstre uma característica paradoxal no desenvolvimento das sociedades. Ao mesmo tempo que se manifesta benéfico através da assertividade de populações para alavancar melhores atividades de crescimento socioeconômico, ele

---

<sup>23</sup> [...] a relatively simple set of economic policy interventions, or even efforts at institutional building and reform [...] (FUKUYAMA, 2002, p. 29).

se mostra fator de fechamento de círculos, deixando outros grupos de fora, os quais poderiam formar parcerias na mesma direção desenvolvimentista (FUKUYAMA, 2001).

- **Discussão Epistemológica**

Francis Fukuyama iniciou suas publicações de análise sobre a Teoria do Capital Social no final do século XX e início do século XXI, quando também estava vivendo num contexto socioeconômico estadunidense difícil, como Hanifan, Coleman e Putnam. Segundo D'Alesandro (2008):

Durante os últimos anos da década de 1990, o FED<sup>24</sup> reduziu a taxa de juros aos seus índices mínimos históricos. A partir dessa época e até julho de 2004 os tipos de juros da FED eram de 1%. A razão? Injetar “dinheiro barato” no sistema financeiro para promover uma reativação após a crise provocada pela queda das “ponto com”. A injeção de “dinheiro fácil” expandiu o crédito e, com isto, o consumo e a economia tiveram uma reativação, mas criando uma nova bolha que relançou o sistema: a “bolha sub-prime” a dos “bônus hipotecários lixo”: a bolha imobiliária (D'ALESANDRO, 2008).

Para Fukuyama, Imagem 14, que trabalhava na equipe de governo dos Estados Unidos, a influência para com a sua construção de análise do Capital Social foi intensa, a partir da sua realidade profissional, dos fatos que observou na elaboração e execução de políticas públicas estadunidenses, entende-se que este setor organizou a sua contribuição teórica sobre o Capital Social com lastro empírico.

---

<sup>24</sup> É o sistema de banco central dos Estados Unidos da América (FEDERAL RESERVE, 2018).

### Imagem 14 - Francis Fukuyama - 2015



Fonte: GORLICK, 2015

Segundo Melo et al. (2015):

É possível associar a conceituação e as considerações iniciais de Fukuyama aos princípios do sistemismo, pois ressalta que a sociedade é um sistema constituído por subsistemas que se referem a grupos sociais em diferentes níveis, bem como trata o capital social como algo que é criado, ou nos termos do sistemismo, é o produto ou resultado e um processo cultural que se realiza dentro de um sistema social (MELO et al. 2015, p.153).

O Sistemismo também é evidente, quando das afirmações de Fukuyama em relação à capacidade de criação de “organizações privadas lucrativas” estarem presentes em sociedades que possuem alta confiança em seu meio, assim como a presença de associações voluntárias, levando a uma eficaz manutenção do sistema econômico (MELO, 2013); (MELO et al, 2015).

Fukuyama também configura a contribuição teórica do Capital Social a partir do Utilitarismo, quando enfatiza os benefícios das organizações associativas ao indivíduo, assim como à sociedade (BOEIRA; BORBA, 2006); (MELO, 2013); (MELO et al., 2015).

Quanto ao Funcionalismo, segundo Melo et al. (2015):

Assim, o autor também recorre aos princípios funcionalistas nas suas ideias, uma vez que atribui a função de facilitar a superação de dificuldades do capital social, bem como de garantir vantagens econômicas às nações. [...] Nessa discussão, o autor também recorre aos princípios funcionalistas ao

destacar que o capital social está relacionado à eficiência das organizações econômicas (MELO et al., 2015, p. 154).

As discussões de Fukuyama, quando se aprofundam nas características do Capital Social, proporcionam, também, alguns contrapontos às benéfcies desse conjunto de características das relações sociais, abordando os fechamentos de círculos de indivíduos a outros grupos e a outros indivíduos (MELO, 2013); (MELO et al., 2015).

#### **f) Sílvio Salej Higgins (Colômbia)**

Higgins, Imagem 15, graduado em Filosofia em Bogotá, na Colômbia, é Doutor em Sociologia pela Universidade de Paria Dauphine, na França e em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, no Brasil. Tem experiência profissional na área de Desenvolvimento Regional e é professor associado no Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (LATTES, 2018).

**Imagem 15 - Silvio Salej Higgins**



Fonte: GIARS-UFMG, 2018.

O Capital Social através da visão de Higgins tem uma conceituação diferenciada, com perspectivas sociológicas mais condizentes com as causas e efeitos das relações em que as pessoas se beneficiam dos favores trocados.

Higgins (2005, p. 9) alertou para a necessidade de se prestar atenção nos movimentos das pessoas, em relação à satisfação, “em termos de gozo e realização” para com os efeitos de políticas públicas e de impactos da governança numa escala macroeconômica, pois aí está a possibilidade do Capital Social estar implantado de forma mais coerente com o bem-estar do povo.

Higgins ainda foi de encontro com a “*rational choice*” de Coleman (1994), devido à mesma se mostrar “utilitarista”. Ele resistiu a outros autores internacionais, os quais criticou por não acolherem outras questões importantes no arcabouço do Capital Social, que são: “cooperação social”; o “senso de justiça distributiva” e os possíveis conflitos que esta poderá gerar na sociedade. Para Higgins não há espaço para se projetar um indivíduo fora de um contexto de lutas e dilemas que não esteja dentro de um campo sociológico, pois a necessidade do sentido de justiça distributiva só acontecerá nesse campo sociológico, não encontrado nas escolhas racionais e utilitaristas.

Higgins (2005, p. 11) questionou o fato de que, possivelmente, num cenário europeu milenar, como o estudado por Putnam, a justiça distributiva é simétrica, levando facilmente a situações de civismo, entre outras características de um Capital Social mais solidificado. Saliou que, as pessoas mais pobres precisam sentir a vontade de cooperar para que haja eficácia nesse processo, criando frutos na coletividade, e que se faz necessário um incentivo, como a possibilidade de ascender social e financeiramente, além de perceber uma governança clara, justa e mais voltada para o social.

Para Higgins (2005):

Porém, consideramos que uma pesquisa alternativa sobre capital social deve concentrar-se nas seguintes formas organizativas: (a) aquelas com poder de fazer pressões redistributivas das vantagens sociais, tanto em termos de geração de renda como na garantia e ampliação de direitos e capacidades (organizações terciárias) e (b) nas formas de ação coletiva que se formalizam a partir da negociação de interesses sociais, ali onde convergem as burocracias públicas, o movimento trabalhista e os interesses privados (neocorporativismo) [...] nós acrescentamos que a cooperação deve oferecer incentivos baseados no senso da justiça. Em outros termos, só uma cooperação justa resulta confiável. Em virtude de todo o anterior, entendemos por capital social o conjunto de recursos que conduzem de forma simultânea à melhoria dos níveis de equidade social e de eficiência econômica e administrativa (HIGGINS, 2005, p. 12).

Isso implica que, para que se efetive o Capital Social satisfatório, através da cooperação, é necessário a criação de arcabouço de benefícios aos segmentos diversos da sociedade, extensivos aos mais pobres.

No estudo do Capital Social, são necessárias algumas verificações que envolvem dados estatísticos das comunidades cívicas e a relação destas com alguns indicadores de igualdade e desigualdade, assim como, é pertinente verificar se a “cooperação vertical” está vinculada a uma visão positiva destes cidadãos para com o seu governo, e se há uma relação entre o Capital Social, o passado e tradições culturais de um povo e a realidade das suas instituições públicas (HIGGINS, 2005, p. 13).

Higgins (2012, p. 84), afirmou que “[...] o conceito de capital social veio a ser considerado como a descoberta do elo perdido na formulação de programas de desenvolvimento.”, o que passou a atender aos anseios mercantis e conseqüentemente o “crescimento econômico” das sociedades.

Segundo Higgins (2012):

Por isso, não faltam motivos para que Fine (1999) denuncie que a formulação da sociabilidade em termos de “capital social” não passa de uma tentativa de querer refundar a análise social nos axiomas da microeconomia de cunho neoclássico (HIGGINS, 2012, p. 85).

O autor interpretou a conceituação de Coleman, no contexto de vida do mesmo, de história estadunidense de soberania das grandes corporações sobre a sociedade, apontando aquela realidade como causa da busca de Coleman por um conceito que proporcionasse uma “revolução marginalista” Higgins (2012, p. 85).

- **Discussão Epistemológica**

A atuação profissional de Higgins, em Desenvolvimento Regional no seu país - Colômbia, indica que ele tratou criticamente e historicamente, utilizando um materialismo histórico nas suas análises sobre o Capital Social, bem como a sua formação em Filosofia e Sociologia o auxiliou nas críticas a outros autores.

A década de 1990 e de 2000, época em que Higgins se graduou na Colômbia, e época em que fez o mestrado no Brasil, respectivamente, foram décadas de grandes inquietações políticas e socioeconômicas naquele país. Na década de 1990, havia

grandes turbulências e combate à democracia da Colômbia, por parte de grupos armados, assim como na década de 2000, o governo dos Estados Unidos da América anunciou combater o narcotráfico nesse país, enviando tropas a esse país, deixando entender que as intenções eram de “bases capitalistas” (MINIWEB, 2000); (HISTORIANET, 2002).

Em 2003, Higgins, Imagem 16, publicou sua dissertação de mestrado, sobre o tema de Capital Social, passando a publicar diversas análises sobre o mesmo.

**Imagem 16 - Silvio Higgins**



Fonte: UFMG, 2018

Higgins se identificou mais com a conceituação de Capital Social de Bourdieu, criticando duramente o Utilitarismo e o Racionalismo de Coleman, bem como criticando levemente as abordagens de Putnam, por esse adotar discussões mais empíricas, apesar de Putnam ter se lastreado por Coleman (BOEIRA; BORBA, 2006).

Apesar de Higgins ter criticado o Utilitarismo de alguns autores, ele próprio relacionou a presença do Capital Social à ascensão financeira e social dos pobres, bem como a uma governança justa e efeitos em boas políticas públicas, se apropriando do tema pela Dialética (BOEIRA; BORBA, 2006); (VIEIRA, 2008).

## **g) Contribuição de Outros Autores**

- **Lúcio Rennó Júnior**

Lúcio Rennó Júnior, Imagem 17, brasileiro, é graduado e mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília, é doutor em Ciência Política pela Universidade de Pittsborough, Pensilvânia, Estados Unidos. É professor associado do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília e está como Presidente da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (LATTES, 2018).

**Imagem 17 - Lúcio R. Rennó Júnior**



Fonte: DCI, 2014.

Rennó (2003), mostrou um lado negativo do Capital Social, quando sinalizou para a possibilidade de o Capital Social de um grupo ser utilizado para excluir o Capital Social de outros grupos.

Contrariamente ao que diz Putnam, o Estado pode ter papel positivo na geração de ação coletiva independente na sociedade civil. A intervenção estatal pode até mesmo estimular o ativismo cívico, principalmente quando tal intervenção diz respeito a garantir o acesso irrestrito e igualitário a um sistema legal eficiente. Instituições podem fomentar ação coletiva criando estruturas de oportunidades políticas para grupos sociais (RENNO, 2003, p. 74-75).

Porém, ele entende que, um dos alicerces de sustentação da cooperação se encontra na confiança, no acreditar que o outro pode e vai ser colaborativo com as suas obrigações de solidariedade e companheirismo, que é a base do Capital Social.

A falta dessa confiança gera uma vulnerabilidade, que provoca também uma parcela da sociedade dependente de políticas assistencialistas, que passam a depender de favores eleitoreiros.

Rennó, (2003), afirmou que:

O que aparentemente condiciona o ativismo da sociedade civil nesses países é muito mais a existência de aberturas e garantias oferecidas por instituições formais dos que os indicadores do capital social. Portanto, o Estado e a ordem estabelecida externamente à sociedade civil têm um importante impacto no fortalecimento da sociedade civil. [...] trata-se, sim, de um Estado que limite a prevalência de comportamentos oportunistas – dessa forma gerando incentivos indiretos ao fortalecimento de movimentos sociais independentes (RENNO, 2003, p. 80).

Ele ressaltou, então, uma responsabilidade do Estado para a existência do Capital Social, quando acreditou que requer leis e regulações do Estado, coibindo ações oportunistas, e que estimulam a existência de estruturas que permitam a participação popular em ações prol do desenvolvimento de toda a sociedade. Segundo Rennó (2003):

Para coibir comportamentos oportunistas, o Estado precisa gerar um certo nível de previsibilidade de comportamentos e expectativas, voltados para o crescimento de atitudes que prejudiquem quem busca soluções coletivas. Para estimular participação em forma de ação coletiva da sociedade civil, o Estado precisa indicar que está aberto à participação de grupos independentes (RENNO, 2003, p. 75).

- **Discussão Epistemológica**

Acredita-se que a construção das análises feita por Rennó foi organizada sobre o lastro dos princípios epistemológicos do Utilitarismo, Funcionalismo, Sistemismo e Dialética, devido à sua abordagem que inclui o Estado como fomentador de comportamentos de cooperação e civismo de uma sociedade, gerando interdependência e utilidade de ações, assim como, Rennó delegou ao Capital Social a exclusão de grupos externos, discordando de Putnam, em muitas das suas análises. Rennó entendeu a “confiança no próximo” como “alicerce” do Capital Social.

Rennó sequenciou um diálogo entre algumas partes do Capital Social, bem como, explicou a interdependência entre partes e a utilidade desse conjunto de características das relações em uma sociedade, sempre com base na sua formação de cientista político.

- **Achyles Barcelos da Costa**

Achyles Costa, Imagem 18, brasileiro, é Economista, Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, é professor aposentado e convidado da UFRGS. Tem experiência na área de Economia, principalmente em Organização Industrial e Estudos Industriais (LATTES, 2017).

**Imagem 18 - Achyles Barcelos da Costa**



Fonte: Youtube, 2011.

Costa e Costa (2005), argumentaram através de forma mais abrangente, que o ser humano faz parte de um todo, sem perder suas características individuais, mas que o relaciona a grupos, num caminho de modelagem do perfil individual para o bem coletivo. Costa e Costa (2005), compreenderam da seguinte forma:

O auto-interesse não é o único guia na condução dos indivíduos em sua atuação no mercado, como têm mostrado estudos na área da sociologia econômica. A cooperação, a confiança e a reciprocidade, por exemplo, podem do mesmo modo, se constituir em normas a orientar o comportamento dos agentes do mercado e serem, assim, capazes de gerar progresso e bem-estar. Ou seja, o homo economicus atua mediado por instituições e relações sociais (COSTA, COSTA, 2005, p. 3).

Porém, esses autores pareceram simplistas e lineares, alheios à existência de fatores inerentes aos paradigmas do subdesenvolvimento, quando entenderam que se fazia necessária a coordenação de recursos e o fluxo de informações para que se criasse e otimizasse de forma efetiva a cooperação: protegida pelo capitalismo;

inerente aos mercados (preços, marketing, alocação de recursos); nas maiores empresas do mercado (pelo processo de trabalho, divisão de trabalho, normas burocráticas estabelecidas pelas gerências (COSTA; COSTA, 2005, p. 11).

- **Discussão Epistemológica**

Percebeu-se que as análises de Achyles Costa sobre o Capital Social, devido à sua formação e atuação, percorrem caminhos voltados para função do indivíduo nos mercados de uma sociedade, nas manifestações do Capital Social voltadas para interesses do indivíduo e no reflexo dessas manifestações na economia. Acredita-se, portanto, que Costa organiza o seu conhecimento sobre os princípios epistemológicos do Utilitarismo, Sistemismo e Funcionalismo, nessas análises.

- **Paulo Augusto Colaço Monte Alegre**

Paulo Augusto, Imagem 19, brasileiro, é Mestre em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo - USP, é Especialista em Revisão Cognitiva da Iguale Comunicação de Acessibilidade, que trabalha com recursos para os portadores de limitações físicas (BLOG DA AUDIODESCRIÇÃO, 2015).

**Imagem 19 - Paulo Augusto Colaço Monte Alegre**



Fonte: Estadão, 2015.

Monte Alegre, (2009), afirmou ser a cooperação inerente ao estado natural do ser humano: “A moralidade humana pode ser pensada como uma categoria bastante sofisticada de processos cooperativos e os nossos aspectos ‘ímorais’ como atividades mais ou menos desarmônicas” (p. 193). Monte Alegre, (2009), afirmou ainda que:

As funções instintivas afetivas do cuidado são bastante presentes em diversas espécies, assim como as funções de alimentação, reprodução, etc. O carinho, a comoção, a empatia, e as ações decorrentes destes afetos são notáveis já em crianças bastante pequenas. Isto pode ser compreendido como possuindo uma origem parcial em sistemas afetivos inatamente estruturados e passíveis de transformações e variações psicogenéticas, cognitivamente construídas. Os sistemas afetivos no cuidar dos amiguinhos, dos bonecos, etc., devem originar-se parcialmente em sistemas inatos, com a capacidade de comover e ser comovido, alegrar e ser alegrado, etc. (MONTE ALEGRE, 2009, p. 197).

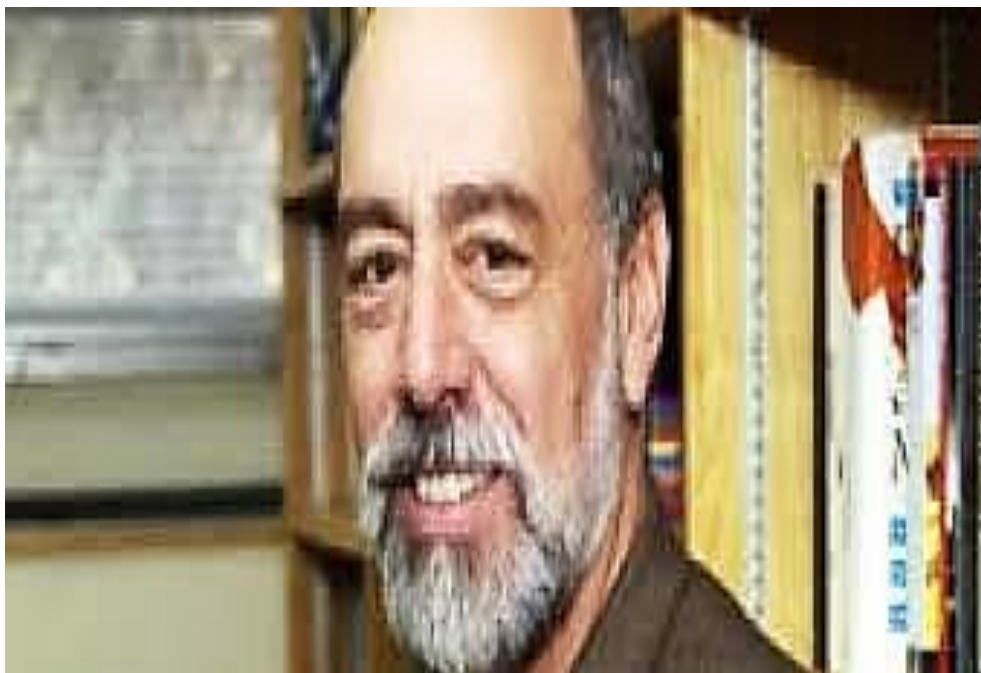
- **Discussão Epistemológica**

Entende-se o Racionalismo como norteador da configuração do conhecimento por Paulo Monte Alegre, a partir das suas análises do Capital Social à luz da sua formação em Psicologia Social, centrado na razão. A vertente empírica também se encontra presente nessa construção, devido às suas experiências como portador de deficiência visual e a partir das suas análises de trabalho que envolvem o cognitivo e as limitações físicas dos seres humanos.

- **Sanford Schram – Ben Fine**

Sanford Schram, Imagem 20, estadunidense de Nova Jersey, tem doutorado em Ciência Política na Universidade Estadual de Nova Iorque, em Albany, estado de Nova Iorque, é professor de Ciência Política no Hunter College, na cidade de Nova Iorque e recebeu vários prêmios na sua área, em assuntos como pobreza, bem-estar social, raça, entre outros (HUNTER, 2018, nossa tradução).

### Imagem 20 - Sanford F. Schram



Fonte: Roosevelthouse, 2018.

Ben Fine, Imagem 21, nasceu na Inglaterra, se graduou em Matemática na Universidade Oxford, onde depois se graduou em Economia. Fez o doutorado em Economia na Escola de Economia de Londres, sob a orientação de Amartya Sen, na década de 1970. Atualmente é professor de economia na Universidade de Londres. Escreveu várias obras, tradicionalmente voltadas para a economia marxista (SOAS, 2018, nossa tradução).

### Imagem 21 - Ben Fine



Fonte: Researchgate, 2018.

Schram (2011), comentou Ben Fine (2010), que também trabalhou na argumentação contra o Capital Social, devido a esse entender que a culpabilidade pela pobreza recairá sobre os pobres, quando estes não responderem positivamente aos estímulos de produção do Capital Social:

Políticas públicas destinadas aos pobres a adquirir mais capital social para que possam melhorar a si mesmos são apenas a mais recente forma de ignorar o poder das estruturas econômicas que oprimem os pobres. Como conceito, capital social foi reduzido para a versão mais recente do argumento cultural de que a pobreza e os pobres têm apenas a si mesmos e a culpa por sua pobreza<sup>25</sup> (SCHRAM, 2011, p. 157, tradução nossa).

- **Discussão Epistemológica**

Schram, procurou em Fine argumentos para justificar a sua posição de negação da utilidade do Capital Social como forma de fomentar o desenvolvimento.

Fine tem uma formação mais voltada para as Ciências Exatas, o que torna compreensível a animosidade ao tema, mas Schram, que possui uma vivência de pesquisa sobre pobreza e bem-estar social, parece ter se inclinado sobre os princípios da Dialética e Racionalismo, para analisar o Capital Social, elaborando um pequeno diálogo entre prováveis “intenções das estruturas econômicas” com a responsabilidade dos “pobres” pela sua própria pobreza, deixando lacunas nas discussões sobre esse tema.

- **Valter Schneider**

Valter Schneider, Imagem 22, brasileiro, é formado em Administração, com mestrado em Desenvolvimento Local, tem experiência de 30 anos na área de gestão de empresas, em segmentos diversos, atuando, atualmente, na área acadêmica em Mato Grosso do Sul (LATTES, 2015).

---

<sup>25</sup> Public policies designed to get the poor to acquire more social capital so that they can better themselves are just the latest way to ignore the power of economic structures that oppress the poor. As a concept, social capital has been reduced to the newest version of the culture-of-poverty argument that the poor have only themselves to blame for their poverty (SCHRAM, 2011, p. 157).

## Imagem 22 - Valter Schneider



Fonte: Lattes, 2015.

Para Schneider, a formação e a sistematização de coletividades dentro das populações, têm finalidade de atender e manter os seus próprios interesses, que normalmente se iniciam para resolver crises e fragilidades que acometem pessoas em geral. Essas ligações, que perpassam fortemente pelo lado emocional do ser humano, envolvem motivação, como grande propulsor da iniciativa (SCHNEIDER, 2010, p. 45).

Essa força, se fomentada na sociedade, poderá provocar o chamamento do Estado às suas responsabilidades para com o trabalho em prol do desenvolvimento, de fato, não em prol de momentos ininterruptos de crescimento voltados para partidarizações (SCHNEIDER, 2010).

Em territórios que se consolidam perfis de cooperação, de confiança e de reciprocidade, o envolvimento das pessoas com o bem comum, com causas sociais, é muito maior do que em territórios com perfil individualista. Surge uma provocação de encadeamento desse perfil a outros territórios, que podem ecoar no planejamento de políticas públicas não mais focadas no assistencialismo (SCHNEIDER, 2010).

- **Discussão Epistemológica**

Schneider, em sua análise, demonstrou a utilização dos princípios epistemológicos do Utilitarismo, do Funcionalismo e do Sistemismo, quando aborda o Capital Social como conjunto de características que atende aos interesses dos indivíduos, evidenciando uma interdependência e inerência dos níveis de Capital Social a questões espaciais e temporais.

- **Resumo das Correntes Epistemológicas Sobre a Teoria do Capital Social**

Esses autores construíram, a partir dos seus arcabouços epistemológicos, suas contribuições sobre a Teoria do Capital Social, os quais estão condensados no Quadro 2.

**Quadro 2 - Resumo das Correntes Epistemológicas Utilizadas pelos Autores Analisados na Teoria do Capital Social**

<b>Autores</b>	<b>Correntes Espistemológicas</b>
Hanifan	Empirismo, Funcionalismo, Racionalismo
Bourdieu	Sistemismo, Utilitarismo
Coleman	Empirismo, Funcionalismo, Utilitarismo
Putnam	Empirismo, Funcionalismo, Utilitarismo
Fukuyama	Empirismo, Funcionalismo, Sistemismo, Utilitarismo
Higgins	Dialética, Utilitarismo
Rennó	Dialética, Funcionalismo, Sistemismo, Utilitarismo
Achyles Costa	Funcionalismo, Sistemismo, Utilitarismo
Monte Alegre	Empirismo, Racionalismo
Schram / Fine	Dialética, Racionalismo
Schneider	Funcionalismo, Sistemismo, Utilitarismo

Elaborado: Edith Ornellas, 2018

Fonte: (BOEIRA; BORBA, 2006); (MELO, 2013); (MELO et al., 2015).

Considera-se que a Teoria do Capital Social, desde a sua configuração inicial, aos tempos atuais, sofreu vários acréscimos de releitura, de acordo com cada momento e cada contexto espacial dos autores, mas não deixou de descrever

espaços de desenvolvimento avançado, em que a sociedade funciona de forma mais satisfatória para todos.

Foi uma teoria redigida com base no olhar sobre esses espaços desenvolvidos, mas sendo experimentada, na sua gênese, e sem sucesso, em espaços rurais pobres, focando promover características que os desenvolvessem também, com Hanifan. Algumas décadas depois, essa teoria recebeu a percepção do pragmatismo individual do ser humano, para o seu lastro de validação nas relações sociais, por parte de Bourdieu, enquanto foi profundamente analisada em várias escalas de grupos da sociedade, e seus impactos na economia geral e na economia dos próprios grupos, por parte de Coleman, que também indicava possíveis caminhos de fomento ao Capital Social, como Hanifan.

A Teoria do Capital Social recebeu a ênfase no engajamento cívico e na cooperação, de forma mais didaticamente ilustrada, por parte de Putnam, quando da análise sobre a Itália, enquanto despertou o pensamento sobre a possível ligação de alguns movimentos sociais no nível de Capital Social, corroborando para a contribuição posterior de Fukuyama, que citou o Capital Social como diretamente relacionado à cultura e ao espaço. Porém, Fukuyama alertou para possíveis posturas excludentes entre grupos, na prática dessas características relacionais e para a necessidade da presença do Estado e da iniciativa privada onde o Capital Social não estiver presente, delegando um poder simbólico de maior dimensão à essa teoria.

No século XXI, algumas análises da Teoria do Capital Social focaram a influência do mesmo no mercado de capital, as questões naturais no comportamento cooperativo do ser humano, os riscos de se culpar os pobres pela sua própria condição, bem como a importância do Capital Social para o planejamento de políticas públicas não assistencialistas, por Costa, Monte Alegre, Schram/Ben Fine e Schneider, respectivamente.

Essas leituras e contribuições sobre a Teoria do Capital Social, ratificam a sua existência em espaços de desenvolvimento avançado, mesmo que em contextos espaciais e históricos diferenciados, mas que não impedem a necessidade de se delimitar a base teórica a ser utilizada nesta tese.

- **Base Teórica da Tese**

Optou-se por basear esta pesquisa na revisão sistemática do pensamento sociológico sobre a Teoria do Capital Social, utilizando a visão do seu primeiro conceituador: Lyda Judson Hanifan, porque a sua conceituação foi elaborada sobre tentativas de levar o conjunto de características de espaços desenvolvidos para comunidades rurais pobres, que ofereciam semelhança com as relações sociais encontradas nas áreas rurais pobres do Semiárido Baiano, espaço pesquisado nesse trabalho.

Segundo L.J. Hanifan (1916):

O uso da frase capital social, não faz qualquer referência à aceitação habitual do capital a longo prazo, a não ser em sentido figurado. Não me refiro ao setor imobiliário, ou a bens pessoais ou a dinheiro frio, mas sim o que tende a fazer com que essas substâncias tangíveis façam sentido para a maioria, para o cotidiano de um povo, ou seja, boa vontade, companheirismo, simpatia mútua e intercâmbio social entre um grupo de indivíduos e famílias que compõem uma unidade social, a comunidade rural, cujo centro da lógica é a escola (HANIFAN, 1916, p. 130, tradução nossa).

Hanifan sentiu a necessidade de usar escolas públicas numa área pobre, para provocar uma maior sensibilização das pessoas, para que buscassem melhorias para suas comunidades, baseados na cooperação e através da prática cívica. Mesmo num espaço de desenvolvimento emergente, ele percebeu que pessoas que se dispunham a confiar e cooperar, construíam com maior facilidade patrimônio material pessoal, mas principalmente um patrimônio coletivo muito mais extenso e de repercussão voltada para o desenvolvimento socioeconômico daquelas comunidades rurais (HANIFAN, 1916).

Escolheu-se Hanifan, porque seu trabalho foi feito sobre uma sociedade pobre, de pouca atuação do Estado, onde as estruturas educacionais eram precárias, num país de exacerbado consumismo, com inexpressivos resultados positivos da sua aplicação do Capital Social. Uma realidade que tem similaridades à realidade brasileira, apesar de possuir gênese e histórias diferentes.

Escolheu-se também James Coleman, porque, como Hanifan, também se concentrou nas relações interpessoais, porém num contexto espacial com mais de meio século após a realidade de Hanifan, com maior diversidade dos grupos e com

maior consciência de direitos e deveres dos indivíduos, com análises comparativas de dados de espaços menos e mais desenvolvidos.

Coleman também introduziu uma sequência de escalas para a percepção do Capital Social, a partir das famílias, com as relações entre pais, filhos e a escola, no interior de cada grupo, de vizinhos, de profissionais, alcançando maiores domínios, como entre comunidades e cidades, demonstrando o equilíbrio entre a vontade do indivíduo e a vontade do conjunto social.

Ambos aplicaram a Teoria do Capital Social, e conheceram a inadequação da mesma em alguns espaços, apesar de não terem registrado literalmente essa inadequação, fato que gerou nesta tese a necessidade de se observar as relações sociais em alguns espaços rurais de desenvolvimento avançado.

### **3 PERCEPÇÃO DO CAPITAL SOCIAL EM TERRITÓRIOS INTERNACIONAIS**

Alguns países da Europa foram visitados pela autora entre 2015 e 2017, conforme Anexo I, quando considerando-se as perspectivas dos teóricos do Capital Social, foram registradas percepções das relações sociais nesses espaços, lastreadas pelas seis Dimensões do Capital Social do Banco Mundial (2003), tanto das referências dadas em áreas urbanas sobre o estilo de vida nas áreas rurais, quanto percebidas nessas próprias e em áreas periurbanas.

Por isso, nesta tese, optou-se por delimitar essas percepções nas relações sociais nos espaços rurais e periurbanos, em alguns países do continente europeu, visivelmente enquadrados no patamar de desenvolvimento avançado.

#### **a) Itália – Roma, Florença – Fevereiro/2015**

Na Itália, Figura 1, percebeu-se o Capital Social de forma nítida. Um diferencial, comparado com outros países europeus, como será visto mais à frente, e que ratifica a percepção de Putnam (1995); (2005).

Figura 1 – Mapa da Itália



Fonte: FACCAT, 2017

Em Florença, em alguns espaços periurbanos, havia um relevante número de supermercados e mercados menores ou mercearias com grandes quantidades de produtos agropecuários e de “pequenos fabricos” de artesanato, bem como de empregados, pertencentes a cooperativas e associações rurais.

Há no comércio de alimentos naturais, uma significativa presença de associações e cooperativas de produtores agropecuários orgânicos, assim como evidente relação mais próxima entre essas instituições rurais e urbanas, na produção e comercialização desses produtos.

Em bairros mais afastados do centro da cidade, em paisagens rurais mescladas com as urbanas, encontrou-se produção local de azeite e vinho, com inserção no mercado local de consumo pelas vias associativas e cooperativas. A interação entre

os vizinhos/comerciantes/produtores é constante, através da qual, eles negociam as suas produções, comercializações e problemas a serem resolvidos na vizinhança.

A evidente interação entre as associações e cooperativas, bem como entre outros grupos e redes, demonstrando ligações de extensão entre eles, mostra uma significativa diversidade de segmentos e densidade dos mesmos.

Muitas pessoas diziam confiar nas instituições públicas e privadas, apesar de estarem dispostas a cobrar melhor desempenho, se fosse preciso.

O Parlamento Rural Europeu é conhecido pelos produtores, que ora reclamam ora elogiam o seu desempenho, mas sempre de forma ciente da importância de estarem acompanhando as políticas de desenvolvimento que são destinadas ao segmento em que atuam.

As pessoas, na condição de consumidores, de produtores rurais, de cidadãos, não demonstram constante sobressalto ou medo, quando do relacionamento do com o fornecedor de bens e serviços e com o Estado, como no Brasil. Afirmam não ter o sobressalto de serem ludibriados com produtos de qualidade duvidosa, apesar de afirmarem ser, a conferência, atividade rotineira no trabalho.

Foi dito por alguns cidadãos, que se parte do pressuposto que haverá cumprimento da obrigação de cada lado das relações, que o incomum é não se cumprir as regras, conforme o acordado. Cada um sabe o seu próprio papel na sociedade e se entende como obrigado a desempenhá-lo da melhor forma possível.

Com o aumento da entrada de imigrantes e refugiados, alguns cidadãos italianos afirmaram ter se tornado difícil ajudar as pessoas e a vida ficou mais trabalhosa para ser organizada, mesmo no campo. Mas as comunidades rurais, através de grupos de apoio local, bem como do Parlamento Rural Europeu, se movimentaram para tentar realocar algumas dessas pessoas em possíveis vagas de trabalho, como será visto adiante.

Ficou bem evidente o engajamento das pessoas para resolverem problemas das suas ruas, das suas comunidades, das pequenas plantações de olivas, de uvas, em hortas e no comércio. Alguns pequenos comerciantes disseram se envolver em tudo que se refere às comunidades a que pertencem.

A união entre as pessoas não acontece sem discussões para resolver os problemas comuns. Não há apenas concordância pacífica com tudo a ser feito. Havia

resolução dos problemas ou impasses, mas a partir da discussão e da exposição de opiniões.

Uma governanta de hotel, brasileira, residente na Itália desde a década de 1980, casada com italiano, explicou que não enxerga nos italianos uma corrida por ter muitos bens materiais, eles possuem o básico para uma vida simples, como uma casa por exemplo. Porém, existe a necessidade de manter as suas comunidades funcionando de forma “confortável” para todos, sendo esse um comportamento extensivo aos moradores das áreas rurais.

Foram avistados cartazes, panfletos, quadros de avisos em casas comerciais, supermercados, mini-mercados, onde os grupos formais avisam de reuniões políticas, de decisões das comunidades, bem como de encontros e eventos em que os cidadãos são convidados a participar para interagir sobre as decisões da sociedade. Essas reuniões eram setoriais, ou seja, em grupos rurais, tratavam de interesses rurais, o que não impedia de abordar interesses comuns entre as áreas urbanas e rurais.

Esses avisos, conforme explicado por alguns comerciantes, vêm após os avisos verbais e as explicações de quem o afixa. Esse movimento foi mais evidente em Florença, na região Toscana, do que em Roma.

Florença, talvez por ser menor do que Roma, com seus cidadãos mais próximos entre si, demonstrava uma atmosfera social mais provinciana e mais engajada nas questões comuns entre as áreas rurais e urbanas. A região da Toscana, onde várias paisagens urbanas se misturam com imensas paisagens rurais, são evidentes algumas características da presença do Capital Social nas relações sociais.

Alguns conflitos relatados, foram gerados pelo aumento da população pobre e vulnerável, decorrentes da entrada de muitos refugiados nas fronteiras italianas. Foram ouvidas falas de insatisfação de moradores, estudantes e comerciantes, bem como de possíveis delitos provocados por esses imigrantes, nessas cidades

Em algumas áreas periurbanas de Roma e Florença, algumas pessoas entre 40 e 60 anos, aproximadamente, falavam do aumento das cobranças que os cidadãos estão exercendo sobre o Estado e sobre os políticos, referente melhorias estruturais, devido à citada entrada de refugiados.

Alguns jovens, numa aparente faixa de 15 a 30 anos, pareciam ter menos interesse em participar das questões comuns das comunidades. Eles pensavam mais em ir para outros países para estudar e trabalhar. Já alguns comerciantes na faixa

entre 40 e 75 anos, afirmavam que poucos amigos tinham para quem passar o legado do comércio e o gosto pela participação nas decisões da cidade ou das comunidades, uma vez que seus filhos e netos têm outros desejos para o futuro.

Alguns idosos se referiam ao futuro do país como sendo “um país dos outros”, devido às incertezas diante da mistura de etnias.

### **b) França – Paris – Fevereiro/2015**

Apesar de serem próximas, conforme Figura 2, ao atravessar da Itália para a França, as diferenças nas relações são significativamente evidentes.

Apesar de não se ter visitado pessoalmente as áreas rurais, alguns parisienses que a conhecem afirmaram que o campo francês é um destaque em tecnologia, cooperação e produtividade, mas apenas em algumas regiões. Há regiões deixadas de lado pelo Estado, e com dificuldades de interação pelo Parlamento Rural Europeu, devido a um grau maior no perfil individualista, se comparado a outros países da UE. O entendimento de alguns cidadãos é que as campanhas eleitorais e a atenção do Estado devem ser maiores para as áreas rurais e para os problemas que nelas existem, como má administração das produções agropecuárias, e pouca divulgação do turismo rural.

Por outro lado, outros cidadãos de Paris afirmaram que as áreas rurais francesas estão cada vez mais abandonadas e perdendo o valor para os ditames do consumismo citadino, mas que há cooperativas de grande atuação no mercado agropecuário, demonstrando destaque em escala europeia.

A presença da diversidade étnica nas áreas rurais é significativamente menor do que nas áreas urbanas, o que gerou dúvidas em relação à uma pacífica convivência social, a partir de tamanha diversidade. Apesar disso, sabe-se em Paris, da existência de grandes projetos do Parlamento Europeu, para migrar alguns estrangeiros para as áreas rurais, a fim de minimizar os problemas gerados pelo êxodo rural.

**Figura 2 – Mapa da França**



Coordenadas: 46 00 N, 2 00 E

Fonte: Google, 2018

Os parisienses disseram estar as áreas rurais com um grande número de associações e cooperativas, com esse perfil presente em quase todos os segmentos da sociedade, como comércio, serviços, turismo, ajuda humanitária, saúde, expatriados, entre outros.

As áreas rurais, não possuem significativas divisões étnicas, porém, algumas pessoas afirmaram que esses grupos interagem e cooperam, quando do interesse em resolver os problemas comuns a ambos, na configuração de grupos de etnias diferentes, grupos de profissões diferentes e grupos de produção agropecuária diferentes.

As pessoas pareciam adotar uma conduta quase mecânica de respeito ao espaço do outro, mas quando se perguntou a algumas pessoas sobre os refugiados, percebeu-se a falta de confiança delas, apesar de ser de entendimento de muitos que “aceitar e até ajudar o próximo é o correto a ser feito”. Essas pessoas afirmaram que

nas áreas rurais alguns imigrantes já estão sendo inseridos como trabalhadores, à medida que o governo libera suas licenças de trabalho.

Policiais estão sendo mais presentes em áreas turísticas rurais, de forma mais constante e ostensiva do que em 2014, ano em que a autora havia visitado essa cidade, demonstrando uma maior preocupação do Estado com o aumento de imigrantes e com a tranquilidade da população.

Viu-se maior engajamento e iniciativa de atuar coletivamente, tanto por parte dos franceses, quanto por parte dos muitos estrangeiros moradores mais antigos. As escolas, apesar de respeitarem as crenças religiosas e culturais diversas, desde o ensino fundamental, ensinam os valores e o jeito de ser do cidadão francês, a fim de padronizar os comportamentos básicos de convivência comunitária.

Os recentes imigrantes parecem estar se ambientando com um novo “contrato social” o qual lhes foi incorporado ao se mudar para França. O Estado, segundo alguns moradores, dispõe de seus recursos para ensinar as novas normas sociais da cidade, como treinamento, cursos e palestras, que setores de assistência social se encarregam de inserir os novos imigrantes.

Encontrou-se evidências de que os grupos e redes eram munidos de informações sobre segmentos de mercado e sobre as ações do Estado, pois essas ações insidem na permanência dos imigrantes, na qualidade de vida e na rotina dos cidadãos franceses.

A própria condição multicultural recente das áreas rurais, gera a demanda de informações rápidas e sempre atualizadas, para atender a questões socioeconômicas de múltiplos interesses.

Alguns cidadãos informaram que, atualmente, esta sociedade está mais preocupada com conflitos e violência. O fato de se ter mais refugiados nas ruas, e mais mendicância do que em 2014, sugere a necessidade de reorganização do Estado para com a realocação dessas pessoas, tanto em moradia quanto em atividades laborais, o que alguns setores do governo já estariam planejando para as áreas rurais, também.

Há uma preocupação com o turismo nas áreas rurais francesas, pois algumas dessas áreas não são propícias à produção agropecuária. Em castelos, palácios e outros imóveis em áreas rurais, o policiamento foi intensificado, segundo alguns moradores, de forma bem sutil, devido o aumento de alguns delitos no local.

A fala das pessoas francesas denotava um perfil participativo e preocupado com o destino do país, principalmente devido a condição de receptor de tantas nacionalidades com estrutura ainda inadequada, principalmente nas áreas rurais, que suporte o aumento dessas populações.

Os cidadãos falavam de muitas cobranças, tanto aos políticos, como às organizações governamentais e não governamentais, devido à tensão da imigração que está na rotina do parisiense. Segundo alguns jovens, essa tensão nas áreas rurais estimula mais ainda uma reação dos cidadãos e produtores a se movimentarem para fazer algo em prol de melhorias das políticas públicas.

### **c) Portugal – Porto e Vila Real – Outubro/2016**

Em Porto, na costa oeste de Portugal, conforme Figura 3, foram encontradas várias organizações de perfil associativo e cooperativo, como confederações, sindicatos, associações, cooperativas, sociedades beneficentes, clubes, grêmios, entre outras.

Esse perfil, provavelmente, é posterior ao século XVI, no início da história do Brasil, quando Portugal, na condição de colonizador, influenciou o perfil individualista brasileiro, conforme Santos (2016, p. 782).

**Figura 3 - Mapa de Portugal**



Fonte: Facts, 2017

Para os segmentos observados, conforme questionamentos feitos a alguns moradores de Porto e Vila Real, como hotelaria, agropecuária, comércio de vestuário, finanças, cultura, educação e indústria, havia a influência ou atuação direta de organizações de perfil associativo ou cooperativo, com características de significativa densidade e diversidade, bem como extensão e relacionamento entre grupos. Em algumas áreas rurais e periurbanas de Vila Real, Imagens 27 e 28, encontrou-se características similares, no que se refere à organização e fluxo do funcionamento das estruturas das cidades.

As pessoas demonstravam confiança na maioria das instituições públicas e privadas, mas com pouco ímpeto de reclamar, de pleitear, caso os serviços não fossem prestados como deveriam, ou os produtos não estivessem condizentes com o anunciado. Encontrou-se relatos de predileção por produção e comércio local, para parceiros de negócios, devido à confiança nos mesmos. Eles sempre estão privilegiando essas relações locais, para focar no desenvolvimento dos seus espaços, sem perder a noção da importância que têm para a sociedade portuguesa, na escala internacional.

Alguns jovens demonstraram ter opinião formada sobre economia, política e sobre o futuro do país, ligando esses assuntos com o futuro deles próprios. Porém alguns afirmavam ter o sonho de ir morar em outro país da Europa, pois querem explorar outras culturas antes de escolher alguma específica para morar e trabalhar, de forma efetiva.

A população idosa também demonstrava interesse em assuntos de economia, política, saúde, meio ambiente e com o destino que o país estava tomando dentro da União Européia, demonstrando confiar no trabalho desenvolvido no país, tanto pelo segmento público, quanto privado. Alguns idosos mostravam satisfação em apresentar suas hortas em áreas periurbanas, como na Imagem 23, como fator de participação na melhoria do meio ambiente e num modo de vida saudável

**Imagem 23 - Horta em Vila Real – 2016**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2016.

Não se levantou quais as atividades a população desenvolve coletivamente, porém, encontrou-se evidências de cooperação no comércio de rua, entre os lojistas, quando há necessidade de melhorias na estrutura das ruas, quando há necessidade

de se protegerem contra eventual ataque de algum golpista no comércio. Há redes, tanto formais, quanto informais, principalmente entre os produtores de uva e de oliva, quanto na indústria de vinho e de azeite. Eles procuram promover um mercado equilibrado nos ganhos e nas perdas financeiras, apesar de serem bastante resistentes para a entrada de novos produtores.

Percebeu-se algum entrosamento entre os comerciantes, entre esses e os fornecedores, bem como com alguns, através do qual vendem produtos e serviços de forma interligada em rede, de acordo com as demandas dos cidadãos e turistas. Há um entrosamento na movimentação de algumas lideranças rurais, para levar soluções às áreas de baixa produtividade, diversificando o uso dos espaços rurais em turismo rural, produção agropecuária e implantação de indústrias.

Alguns jovens disseram que faz parte de entrevistas de emprego, de qualquer segmento, saber se o candidato pertence a alguma associação ou trabalho voluntário, denotando ser essa uma atividade que depõe em favor do perfil de um cidadão.

Foram encontradas pessoas, em Vila Real, bem informadas sobre governo e setores econômicos, assim como, é comum os vizinhos se reunirem para conversar sobre as demandas da sociedade, alguns problemas do Estado e das suas comunidades.

Em uma tarde foram encontrados dois grupos, com uma média de seis pessoas, cada, discutindo interesses da população e demandas da estrutura da comunidade rural e da cidade. Eram taxistas, comerciantes e pessoal de hotelaria, pessoas conversando em lojas de souvenirs e lanchonetes.

Em Porto, foi perguntado a alguns idosos moradores, comerciantes e atendentes de hotelaria, e todos afirmaram ser comum a comunicação em volta do que se passa com a comunidade ou com a cidade, com a região e com todo o país. Eles afirmaram que essa comunicação se dá em seus lares, entre os amigos, entre associados comerciantes ou associados de outra profissão e em sindicatos.

Encontrou-se similaridade entre Portugal e Itália, em relação à coesão social, porém, com menos reatividade nas relações sociais portuguesas diante das contingências políticas.

Os vizinhos se preocupam com os outros, quando uma casa está fechada por muito tempo, conforme Imagem 24, por exemplo, procurando saber do ocorrido com os moradores, num comportamento bem parecido com as cidades interioranas

brasileiras, porém focando uma possível contaminação, tubulação deteriorada, entre outros efeitos negativos que uma casa abandonada pode causar na comunidade.

**Imagem 24 - Vila Real 2016**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2016.

Percebeu-se uma maior preocupação na fala de alguns portugueses em relação ao futuro da economia do país, que se encontrava em “crise” e “estagnada”. Muitas casas e sobrados antigos estavam sendo comprados e restaurados por pessoas e empresas belgas, inglesas, bem como de outros países mais abastados do que Portugal.

Encontrou-se processos bem estruturados de produção agrícola, tanto para os grandes produtores, quanto para os pequenos, da agricultura familiar local. Esses produtores são assertivos no pleito aos seus direitos, perante o Estado e o Parlamento Rural Europeu.

No período da viagem, 10 dias, não se encontrou nos noticiários muitos problemas com violência, apenas um crime de assassinato foi acompanhado nos noticiários nacionais, que se tratava de um cidadão português com transtornos

mentais foragido de hospital psiquiátrico. Como os crimes não são comuns, a mídia explora exaustivamente o assunto, também em caráter de alerta para a população.

Um padre português, residente no Brasil, no Maranhão, falou que quase todas as cidades portuguesas possuem uma associação de desenvolvimento local. Essas associações, entre outras organizações civis, provocam discussões e estimulam o engajamento cívico das populações, para alavancar a economia local.

Portanto, percebeu-se que as pessoas, na sua maioria, são ativamente engajadas, elevando o nível de empoderamento da população e otimizando as ações políticas, em prol de desenvolver os seus espaços e entornos, sem esquecer da escala nacional e o papel do país no cenário da União Européia.

#### **d) Inglaterra – Londres e Bath – dezembro-2016 a janeiro-2017**

Visitou-se as cidades de Londres, Manchester e Bath. Londres, mais cosmopolita, visivelmente preocupada com a imagem do país e da sua monarquia, Manchester, cidade voltada para as indústrias e Bath, que apesar de ser inglesa, conforme Figura 4, fica mais próxima do País de Gales, demonstrando algumas características do estilo de vida desse país, conforme alguns moradores. Porém em Londres e Bath, pôde-se analisar com mais tempo a dinâmica das pessoas vivenciando o cotidiano e as suas relações sociais em áreas periurbanas e rurais.

**Figura 4 - Mapa da Inglaterra**



Fonte: Wp, 2017

Londres e Bath, deram evidências de que boa parte da economia da Inglaterra é baseada no turismo, e as pessoas dessas cidades mostram interesse em valorizar esse segmento. Mesmo em áreas remotas, elas dirigem a fala ao turista como se trabalhassem para o órgão público de turismo, como se fossem funcionários públicos. Elas carregam a satisfação de serem visitadas e de possuírem uma história interessante para o mercado turístico. Sugerem visitas às áreas rurais inglesas mais distantes e demonstram satisfação em afirmar que essas áreas não vivem só da agropecuária, que possuem grandes e rentáveis indústrias, onde o solo e o clima dificultam a produção.

Nas áreas de subúrbio e em outras não turísticas, a rotina diária flui normalmente, como em qualquer espaço residencial e comercial de algumas grandes cidades brasileiras, porém, com uma população diferente, no que se refere ao

relacionamento, ao perfil comportamental. São pessoas discretas, que não possuem o hábito brasileiro de andar olhando para as outras pessoas que passam por elas. Cada um segue seus objetivos sem se ater à vida das outras pessoas.

Em muitas casas, os quintais possuem cultivo de hortaliças e flores, para consumo próprio, independente do nível social do bairro. Apesar da visível satisfação de alguns moradores de áreas periurbanas, que se dizem serem urbanos e industrializados, alguns cidadãos londrinos falam das áreas rurais como inerentes às áreas urbanas, como mantenedoras do fluxo da vida na cidade de Londres.

Percebeu-se nas áreas rurais o mesmo perfil de população mais envelhecida, como em áreas rurais de outros países, do que nas áreas urbanas. O jovem tem migrado para os centros urbanos em busca de novas oportunidades de projeção social e profissional, conforme muitos moradores.

O povo Inglês tende a se juntar em associações e cooperativas e que essa é uma prática de alguns séculos, que se intensificou após a Revolução Industrial. Confirmado por Jesus et al (2011):

Porém, apesar dos registros de existência de outras cooperativas o marco inicial do cooperativismo moderno se dá com a fundação, na data de 21 de dezembro de 1844, em Rochdale, Manchester (importante centro têxtil), na Inglaterra, também conhecido como “Beco do Sapo” (Toad Lane), a primeira cooperativa de consumo, constituída por 27 homens e uma mulher, a grande maioria tecelões, com o intuito de sobreviver aos problemas causados pela Revolução Industrial [...] (JESUS et al, 2011).

Tanto em Londres quanto em Bath, foram encontradas muitas associações e cooperativas, de muitos anos de fundação e com conexão com muitas outras organizações, tanto de perfil associativo e cooperativo, quanto de empresas e instituições públicas e privadas, que apesar de serem de origem rural, são estabelecidas em áreas urbanas, a fim de atender aos interesses de comercialização dos seus produtos.

Algumas pessoas demonstravam satisfação de se autodeclararem com perfil de cooperação e pertencentes à alguma instituição com esse perfil. Essas pessoas moram em bairros muito bem estruturados, mesmo chamados de bairros populares, conforme Imagem 25, e se dizem satisfeitas com a organização de seus espaços comunitários. Não se percebe nitidamente onde termina a área urbana e se inicia a área rural, porque esses bairros mais distantes dos centros integram bem as duas áreas.

## Imagem 25 - Bairro Popular de Bath - 2016



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017

A fala, a palavra tem valor substancial para os ingleses, tanto quanto o de um documento assinado. A famosa rigidez no cumprimento de um horário marcado tem por base o valor do que foi acordado previamente. A confiança é algo comum para os ingleses, principalmente em áreas rurais, que segundo alguns moradores, ainda não estão tão tomadas pelas culturas de outros países.

Nessa mesma configuração se dava a confiança nas intuições públicas e privadas, que já que são formadas por pessoas, que devem seguir o “mesmo padrão de confiabilidade”, segundo alguns cidadãos ingleses.

Os cidadãos demonstram satisfação em quererem se ajudar, apesar de serem muito sérios e discretos, em participarem de algum projeto juntos, e segundo algumas pessoas, a própria monarquia estimula esse perfil solidário.

A monarquia é um motivo de orgulho para a população inglesa, assim como o fato de estarem prontos para se ajudarem e de cooperarem para o bem daquele país, para o bem comum.

Foram encontradas algumas propagandas, as quais falam da importância de ajudar ao próximo. Segundo algumas pessoas, também com a finalidade de diminuir

as taxas de suicídio, segundo outras pessoas, devido a alguns conflitos com imigrantes refugiados.

Levantou-se evidências de que alguns grupos e redes existentes alimentavam seus integrantes de informações, pertinentes ao bem-estar e crescimento econômico, porque entendiam que o bem-estar, mesmo que de poucos integrantes de um grupo seria vantajoso para todos os outros integrantes, seria estímulo motivacional para todo o grupo.

Diferentemente das áreas urbanas de Londres, nas áreas rurais é mais evidente a inclusão social e a coesão, mas com menor número de diversidade étnica, e um menor número de registros de violência.

Porém, em áreas periurbanas de estrutura e residências simples, encontrou-se mais pessoas nativas ou antigos imigrantes e seus descendentes, com pessoas aparentemente mais sociáveis, menos conflitos e menos registros de violência, provavelmente pelo longo tempo de convivência dos moradores naqueles espaços.

Os grupos de diferentes etnias, associações de moradores de comunidades de comerciantes e de produtores são engajados na rotina social, política e econômica desses espaços, procurando alternativas para melhorar seus bairros e suas comunidades, a fim de servir ao turismo e a qualquer outro segmento que gere receita para si e para seus espaços.

No Bairro Golden's Green, Imagem 26, os moradores se reúnem para melhorar os espaços públicos de lazer, levando aos poderes públicos seus pleitos, sempre respeitados.

## Imagem 26 - Bairro Golden's Green – Londres 2016



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.

Nessa visita, de 2016/2017, visivelmente diferente da visita anterior em 2014, os londrinos estavam mais preocupados com o atendimento ao turista, pois foi comum ver um significativo número de mendigos brigando em disputa de esquinas e cantos de rua para dormir, enquanto os noticiários falavam da morte de um mendigo por dia naquele inverno.

Em algumas áreas rurais inglesas, assim como nos outros países visitados, havia a expectativa de receber imigrantes para o trabalho na produção agropecuária, no turismo e nas indústrias ali instaladas, para suprir a demanda gerada pelo êxodo rural e pelo envelhecimento das populações rurais.

### **e) Alemanha – Nuremberg e Bayreuth – janeiro-2017**

Nuremberg e Bayreuth estão situadas na região sudeste da Alemanha, ou a conhecida região da Bavária, conforme Figura 5.

Nessas áreas, apesar de se ter observado um tratamento mais frio e até hostil com alguns turistas, completamente diferente da Inglaterra, percebeu-se que entre os moradores há um ajuntamento para se resolver interesses comuns. Evidências de que

aquelas populações cuidam de si e das suas demandas de forma unificada, foram encontradas.

A preocupação em cumprir horário marcado, apesar de não ser de conhecimento turístico, como o hábito dos ingleses, faz parte do perfil alemão, assim como a preocupação com a organização das rotinas da vida cotidiana e com os negócios. Segundo alguns alemães, algumas características do povo alemão foram adquiridas nas dificuldades enfrentadas nos períodos pós-guerras, a fim de fazer a vida voltar ao seu curso natural, proporcionando melhor qualidade de vida da população.

O espaço rural alemão, segundo algumas pessoas, detém a maior extensão de terra do país, como também definiu os hábitos e cultura desse país. Apesar disso, os jovens preferem migrar para as áreas urbanas, em busca de uma vida mais “moderna”, mesmo tendo grandes indústrias e tecnologia agropecuária de ponta nos espaços rurais.

São muitos povoados rurais, com populações mais envelhecidas do que nas áreas urbanas, e um decrescente número de habitantes, inspirando pensamentos e projetos para estreitar os limites entre a cidade e o campo, a fim de resolver as demandas de operacionalização do espaço rural e os crescentes problemas da concentração urbana.

Figura 5 – Mapa da Alemanha



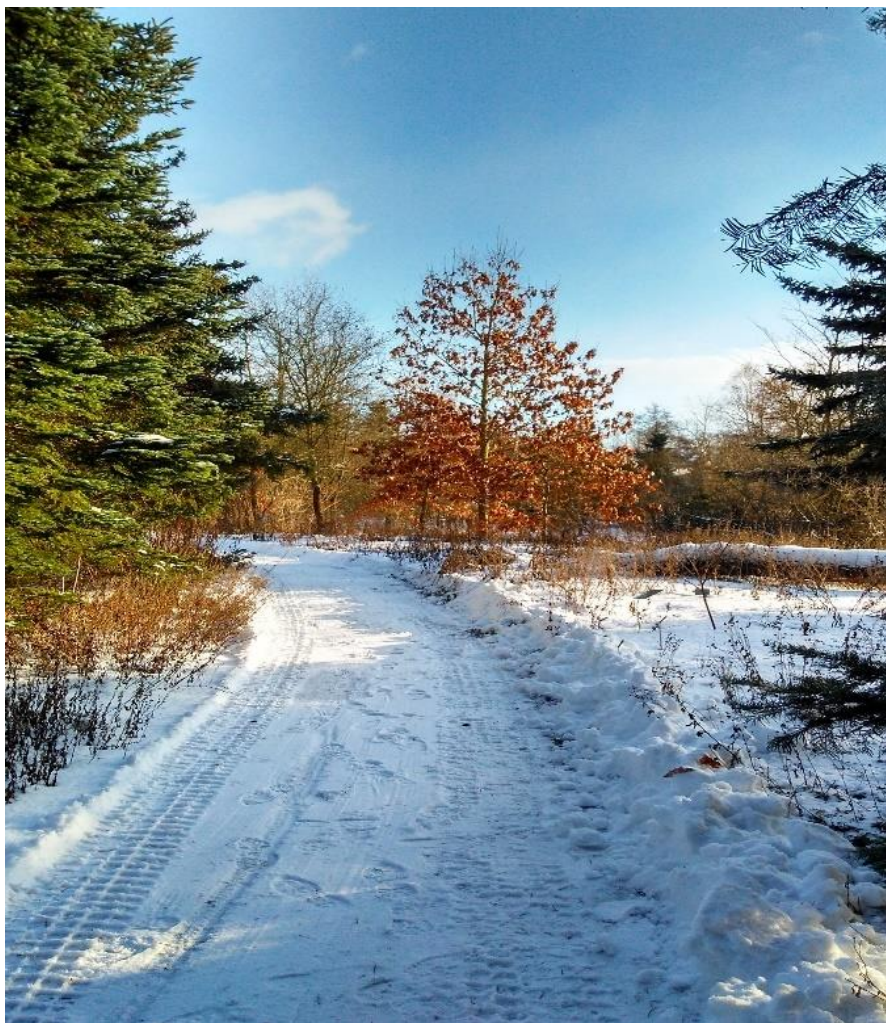
Fonte: Portal São Francisco, 2017

Analisando as percepções sobre as relações sociais naqueles espaços, pode-se dizer que há significativas evidências da existência de grupos e redes, que estes são perceptivelmente densos e que possuem uma diversidade de gênero, de religião, etnia, sexualidade e de raça, apesar de se ter encontrado evidências de preconceitos étnicos e raciais.

Algumas pessoas disseram ter associações para quase tudo, como música, futebol, para as mulheres, para os trabalhadores, para pessoas que gostam de cozinhar, e como tradição, para estudantes.

Os estudantes se reúnem para resolver questões sociais, do meio ambiente, de segurança, da Universidade de Bayreuth, Imagem 27, bem como outras questões que, por ventura, dificultem a vida pessoal ou profissional deles no espaço onde vivem.

### Imagem 27 - Parque da Universidade de Bayreuth - 2017



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.

Os alemães levam a sério o trabalho associativo, cooperativo, assim como atividades sindicais, de grupos representativos de profissões e mesmo numa simples equipe de trabalho em alguma pequena empresa distante de áreas urbanas.

É evidente o perfil de confiabilidade entre os habitantes, a partir da conversa com estudantes de graduação do curso de Economia, na Universidade de Bayreuth, comerciantes e trabalhadores do setor de cervejaria e de fabricação de pianos. Algumas dessas organizações ficam em áreas rurais, não propensas à produção agropecuária.

Apesar de alguns temerem a violência e a perda da tranquilidade, devido às numerosas pessoas que têm imigrado e se refugiado no país, entendem que a Alemanha é um “Estado social” e que sua relação com o resto do mundo deve alcançar caminhos da solidariedade para com populações de outras nacionalidades.

Alguns dizem que esse perfil de ser solidário tem mais importância em algumas regiões alemãs e menos em outras, citando Berlim como não sendo forte esse perfil.

Alguns meses após essa viagem, encontrou-se alguns anúncios anteriores à viagem, do Parlamento Europeu, da comissão alemã, os quais dão indícios de que aquele país tem, de fato, uma preocupação com a inclusão social. Destaca-se aqui, conforme (UNIÃO EUROPEIA, 2017):

Imigrantes para áreas rurais. Em 26 e 27 de abril de 2016, a unidade de rede rural alemã, juntamente com a Agência Südwestfalen, organizou um workshop em Arnsberg (Sauerland) focado na perspectiva de médio e longo prazo para a migração para as áreas rurais. O objetivo do workshop foi desenvolver soluções concretas relacionadas à integração de imigrantes em áreas rurais (UNIÃO EUROPEIA, 2017).

Em relação às instituições públicas e privadas, a confiança parece ser grande, apesar de que alguns estudantes universitários de Bayreuth disseram que decresceu muito essa confiança, em virtude da crise com refugiados e aumento da pobreza na faixa populacional mais idosa.

Porém, alguns disseram querer ensinar viver de forma educada, solidária e cooperativa, e as escolas se encarregam de incluir na grade curricular, desde os primeiros nos escolares, material que fomente esse perfil, principalmente nas áreas rurais.

O próprio período pós-guerras demonstrou como aquela sociedade se uniu em prol de refazer a estrutura das suas cidades, bem como das suas áreas rurais. Segundo a fala de alguns moradores, a forma como esse processo de reconstrução aconteceu, criou ou potencializou o hábito de se unir para reconstruir, justificando uma cultura de iniciativa para cooperar, que no presente foi percebida nas relações entre vizinhos.

Independente dos grupos e redes serem formais, as informações sobre ações dos governos ou sobre os mercados econômicos, rurais ou urbanos, também fluíam entre os vizinhos de rua, de comunidades rurais, de bairro, fosse residencial ou comercial.

Encontrou-se algum número de pessoas, grupos formais e informais com foco mais nacionalista e extremista. São pessoas que alimentam algumas ideias de origem nazista e que não gostam das diferenças étnicas e raciais. Esse público é citado em instituições de ensino, assim como em algumas empresas e hotéis de turismo rural, a fim de que os universitários e trabalhadores de origem estrangeira tomem alguns cuidados, enquanto na sua permanência no país.

As vertentes nacionalistas são dotadas de mais iniciativa para participar das lutas políticas, para cobrar dos políticos as suas promessas de campanha, bem como de comparecer em reuniões, de elaborar petições de interesse público e exercer a cidadania de forma proativa.

Algumas pessoas disseram que a intensidade do interesse em resolver os problemas das suas comunidades é diretamente proporcional ao nível de escolaridade formal, ou seja, quanto maior o nível de escolaridade formal maior a assertividade para ações políticas e vice-versa. Entendeu-se que o nível de empoderamento e ação política é satisfatório para o funcionamento daquelas áreas.

#### **f) Escócia – Edimburgo - janeiro-2017**

Da Alemanha, partiu-se para Escócia, situada entre a Inglaterra e a Irlanda, conforme Figura 6.

Encontrou-se alguma similaridade entre as relações sociais do povo de Edimburgo com as relações sociais de Bath, e olhando superficialmente, com o povo de Manchester, na Inglaterra, porém, como menor ênfase em viver do trabalho nas indústrias.

As áreas rurais de Edimburgo ficam no seu entorno, as quais podem ser vistas dos pontos mais altos da cidade. São integradas ao funcionamento da cidade, no que se refere à logística da entrada da produção agropecuária para comercialização nos centros de distribuição.

Algumas pessoas de Edimburgo disseram ser de origem rural, a grande parte das famílias que compõem essa cidade, as quais levaram seus hábitos e valores para os espaços urbanos.

Algumas famílias que permanecem nas áreas rurais, apesar dos mais jovens estarem num movimento migratório para os espaços urbanos, mencionaram sobre o estilo de vida de cooperação, de proatividade para com o desenvolvimento local, mas principalmente, da similaridade entre os padrões da vida das áreas urbanas e rurais.

**Figura 6 - Mapa da Escócia**



Fonte: Cafeytren, 2017.

Edimburgo é uma capital em que o comércio é regido para o turismo, que é um dos segmentos de maior relevância na economia escocesa, levando os padrões das estampas dos tecidos escoceses, o xadrez preto e vermelho, à maioria dos produtos vendidos no comércio varejista.

Nas áreas rurais, há um orgulho pela criação de gado leiteiro, e isso se reflete nos diversos tipos de doces de leite que são comercializados nas áreas rurais e urbanas voltadas para o turismo.

No segmento industrial, que também está presente em algumas áreas rurais não produtivas, o setor têxtil também se destaca na economia do país, segundo alguns comerciantes de Edimburgo, tendo os seus empregados como integrantes de muitos sindicatos, associações e cooperativas, inclusive rurais, que se interligam em parcerias, demonstrando densidade dessas organizações.

Não foi percebida grande diversidade étnica, como em Londres, porém é visível o número de indianos na população, e esses estão em muitos comércios varejistas do centro turístico. Segundo alguns vendedores, 90% daquelas lojas de souvenirs e presentes, pertencem a uma só família indiana, que emprega muitos outros imigrantes indianos, e poucos imigrantes de outras nacionalidades.

Conheceu-se significativo número de pequenos mercados de alimentos no centro e em dois bairros populares e viu-se que quase todos os processos de funcionamento daquela sociedade têm, ao menos, uma associação ou uma cooperativa envolvida, vinculadas a grupos rurais.

Alguns escoceses disseram existir muitas cooperativas e associações em seu país, principalmente em áreas rurais, e que eles poderiam citar inúmeras dessas organizações em segmentos econômicos e sociais diversos, acrescentando que eles fazem parte do Reino Unido e que foi lá que se iniciaram as atividades de cooperativas e o hábito em se associar, em séculos passados. Os parques das áreas peirubanas, por exemplo, são cuidados pelos poderes públicos, mas têm associações que zelam pela segurança do público morador ou turista, como no Parque Holyrood, na Imagem 28.

Entretanto, alguns dos moradores entendiam que a origem desse perfil de cooperação na cidade, deve-se aos hábitos tribais dos seus ancestrais.

#### **Imagem 28 - Parque Holyrood – Edimburgo - 2017**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.

Assim como em Londres, as pessoas de Edimburgo e das cercanias periurbanas e rurais, também demonstraram confiar em outras pessoas, no governo e nas instituições públicas e privadas, apesar de alguns cidadãos dizerem que essa qualidade diminuiu, à proporção que chegaram mais imigrantes no país.

Segundo alguns brasileiros os comerciantes indianos, bem como alguns escoceses, preferem a forma de trabalhar dos brasileiros e demonstram solidariedade a esses, os ajudando com mais facilidade na alocação para trabalhar. Não foram vistos mendigos nem imigrantes como vendedores informais, tampouco problemas de ordem financeira nessas áreas rurais, que necessitasse a intervenção de alguma ajuda emergencial das comunidades. As reuniões e trabalhos de melhoria desses espaços são feitos de forma preventiva, sempre focados nas possibilidades de problemas que podem enfrentar no futuro.

Viu-se alguns escoceses interessados em reuniões de associação de bairro, encontrou-se alguns anúncios de reuniões afixados nos pontos de ônibus, para resolver demandas dos bairros e de algumas ruas e encaminhar essas demandas para os poderes públicos.

Encontrou-se também, exposições em museus falando da gênese dos movimentos de cooperação e cooperativistas nos séculos XIX e XX, bem como muitos cursos on line de cooperativismo voltados para o público interessado no trabalho rural. Porém, além dessas evidências, não se encontrou outras que denotassem o desenvolvimento de atividades coletivamente, apesar de ser dito por alguns escoceses, que nas áreas rurais, mais do que nas áreas urbanas, a dinâmica da vida é voltada para a cooperação e ajuda mútua.

Encontrou-se significativas evidências de ser aquela uma população bem informada em relação aos mercados econômicos e das atividades do governo, na extensão das cidades e do campo, assim como de serem participativos de forma proativa nas decisões do governo, nas reuniões com políticos e nas cobranças por ações do governo para com os interesses comuns. Os cidadãos demonstram vasto conhecimento e interesse sobre as questões de funcionamento socioeconômico do país, independentemente da origem ou moradia dos mesmos.

Quando se falava sobre a presença de refugiados de outros países, muitos demonstravam temor sobre o assunto, apesar de exibirem relativa coesão social com os empregados e estudantes imigrantes, bem como se interessaram para que as regulações, por parte do Estado, das relações com outras etnias fossem feitas, a fim de nenhum lado étnico ser prejudicado nas relações de trabalho, estudo e moradia.

Em áreas rurais, especificamente, havia propagandas para vagas de trabalho para estrangeiros, para receber imigrantes nas atividades agropecuárias, de turismo

e de capacitação, para suprir as demandas deixadas pelos jovens nativos que migraram para os centros urbanos.

- **Das Percepções**

Em todos esses países, cada um com sua história e valores, é perceptível o nível avançado de desenvolvimento, bem como a presença do Capital Social nas suas relações sociais.

Pessoas apontaram, não só os aspectos históricos e culturais como causas desse perfil, mas, na atualidade, a Educação Formal como principal mantenedora e fomentadora dos tipos de relações sociais presentes, que auxiliam na reeducação dos imigrantes e dos novos cidadãos que chegam de realidades políticas e socioeconômicas completamente adversas aos países que os abrigam, por exemplo. Esse aspecto da Educação Formal, também sinalizado pelos teóricos do Capital Social, será analisado no capítulo 4, com fins de informações complementares sobre possível estímulo à existência do Capital Social num espaço rural pobre.

A Teoria do Capital Social, com o uso total das suas Dimensões, pode ser aplicada nesses espaços europeus, por haver evidências suficientes de sua existência, com variação de níveis em algumas dimensões, pertinentes ao momento histórico que cada país e que o próprio continente europeu está vivendo com os movimentos migracionais das populações, mas que não comprometem a afirmação da existência do Capital Social, em si.

As dinâmicas do funcionamento das relações sociais, a predisposição da população em pleitear melhorias, o respeito pelas normas e o diálogo para melhorá-las, denotando uma iniciativa já enraizada e natural de muitos anos de vivência, movimentando aquelas sociedades para atender a todos que estão nela. Foi visto uma coerência entre o comportamento e os valores, que dificilmente é percebido em espaços rurais pobres, cujas normas e sanções são necessárias para fazer acontecer as relações sociais com maior fluidez.

Esses países não estão num contexto de pobreza, seja urbana ou rural, tampouco necessitando de políticas públicas que supram as necessidades básicas e estruturais das suas populações e espaços de vivência, respectivamente. Suas demandas perpassam por ajustes de estruturas da cidade e do campo, para

comportar as novas configurações populacionais, assim como para enfrentar os desafios das diferenças culturais, socioeconômicas e ambientais. É nítida a resposta positiva e rápida do Estado para com as demandas de toda a sociedade, se comparada ao modo de vida do Semiárido Baiano, demonstrando um perfil dinâmico das relações, onde as demandas básicas de sobrevivência estão resolvidas.

Não se percebeu uma visível concentração de renda que justifique a inserção do Estado para minimizar as consequências da desigualdade. Porém, se faz necessário analisar as áreas rurais da Europa, pela visão de alguns autores, conforme o próximo item, a fim de se conhecer o funcionamento desses espaços, com informações científicas.

### **3.1 O Rural Europeu em Referências**

As áreas rurais da Europa representam metade da extensão territorial do continente, comportando 20% da sua população e com o PIB menor do que a média de toda a Europa. As propriedades, em sua grande maioria, são menores do que as propriedades rurais dos outros continentes, sendo, portanto, mais destinadas para posse de grupos familiares, como a conhecida Agricultura Familiar, no Brasil. (PENA, 2016); (UNIÃO EUROPEIA, 2017).

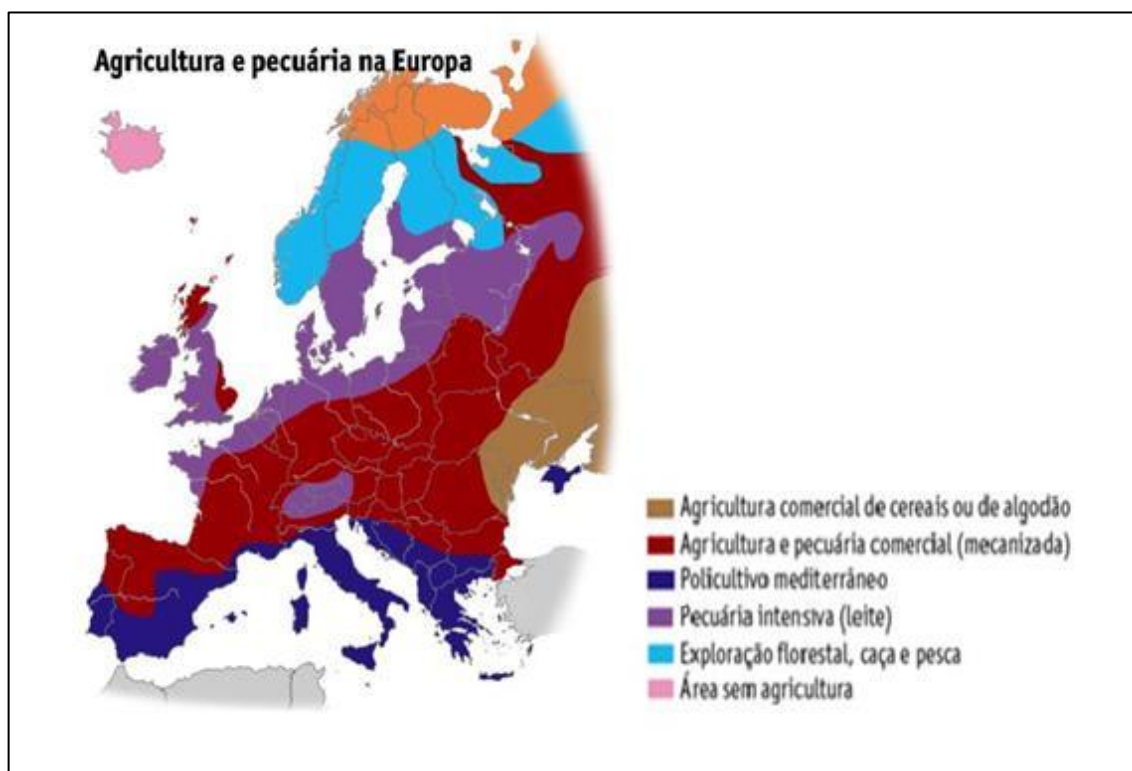
As demandas dessas áreas são diversas, devido à significativa heterogeneidade cultural, climática, de solo e de vegetação, o que estimula diversas frentes de iniciativa por parte da sociedade civil, para atender às necessidades de cada território e ao conjunto da União Europeia. Com apoio do Estado, que libera “constantes subsídios” para as produções agropecuárias e com a “diversidade espacial produtiva”, há uma menor concorrência entre os produtores, fechando no objetivo de colaborar, muito mais do que de competir no mercado (PENA, 2016); (UNIÃO EUROPEIA, 2017).

Contemplando, também, atender a essas demandas territoriais rurais e garantir independência de produção e “maior estabilidade no mercado interno” agropecuário, em 1962, foi criada a Política Agrícola Comum – PAC, que segundo Pena (2016): “[...] com intenção de manter o abastecimento de produtos alimentícios, conter ou controlar o êxodo rural e o conseqüente crescimento das cidades, além de difundir medidas de controle dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente”. E, a partir da

década de 1970, a PAC passou a priorizar as políticas de desenvolvimento rural comunitária (FISCHLER, 2001).

Apesar de garantir aos estados-membros um eficaz escoamento da produção, bem como produtos com preços melhores do que os dos concorrentes de fora do bloco europeu, a PAC, conseqüentemente, provocou a redução das exportações desses concorrentes e pouco beneficiou o Leste Europeu, que entrou no bloco no ano 2000, demandando a reestruturação desta política em 2003, com mais foco na qualidade da produção, “no meio ambiente e recursos naturais” (PENA, 2016), e em uma melhor distribuição do que plantar e criar, de acordo com as especificidades do clima e do solo de cada país, conforme Figura 7.

**Figura 7 - Mapa da Produção Agropecuária na Europa - 2016**



Fonte: Colegioweb, 2016.

Salienta-se que esse continente é o 2º maior produtor de açúcar do mundo, ficando atrás do Brasil, sendo aquele açúcar da beterraba e esse da cana, respectivamente, e a sua divisão, na produção agropecuária predominante, se dá, segundo Colegioweb (2016), da seguinte forma:

- Holanda, Dinamarca – Gado Leiteiro;

- Suíça – Gado Leiteiro / Corte
- Reino Unido – Gado de Corte
- Espanha – Gado de Corte / Indústria do Azeite e do Vinho
- França – Trigo / Beterraba (Açúcar) / Indústria do Azeite e do Vinho
- Rússia, Ucrânia – Trigo / Beterraba (Açúcar)
- Portugal, Itália - Indústria do Azeite e do Vinho
- Bielorrússia - Beterraba (Açúcar)

O programa de Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural – LEADER, criado em 1991, vislumbrou relacionar as atividades locais com o desenvolvimento da economia local, com a variedade de problemas e oportunidades, prometendo uma política de reparação, proteção e modernização do meio rural, através de maior atenção ao êxodo rural, à poluição industrial e às dificuldades de localização dos estados-membros mais distantes dos pólos comerciais, mais isolados e de agropecuária menos produtiva, com foco no turismo rural (FISCHLER, 2001); (JOUEN, 2001).

Esses programas apostaram em melhor qualidade de vida, criação de emprego, qualificação da população e maior mobilização da população para a resolução dos problemas de suas comunidades.

Na versão do LEADER, 2014-2020, intensificou-se a atenção às necessidades específicas de cada estado-membro, através dos Grupos de Ação Local – GAL. São 28 países da União Europeia, sendo 20 com o programa único e 8 com programas regionais, sendo que cada país, através do GAL, elabora seu programa de acordo com as suas necessidades, mas têm que abarcar, pelo menos 4 dos 6 programas de prioridades comuns da UE.

Há uma representatividade específica da sociedade civil das áreas rurais no Parlamento Europeu, mas também há o próprio Parlamento Rural Europeu, que se reúne a cada dois anos, para discutir e decidir novas diretrizes para os espaços rurais dos estados-membros, discutidas com os GAL, movimentando o engajamento cívico dessas áreas e estimulando o aumento do nível do empoderamento político das pessoas nessa sociedade.

A última reunião do Parlamento Rural Europeu aconteceu em 2017, quando o Manifesto foi apresentado com afirmações, as quais dizem respeito a problemas com o envelhecimento populacional de algumas regiões, com o crescente êxodo rural, com

a alocação de trabalho dos refugiados, com a pobreza e com a exclusão, com os programas de políticas públicas, como o LEADER, com os serviços e equipamentos rurais, com as tecnologias de comunicação móvel, com a agricultura familiar, com as pequenas cidades, alteração climática e recursos naturais, bem como com a formação de redes, de lideranças no desenvolvimento rural, com as parcerias entre a sociedade civil e o Estado, com a educação formal, com os intercâmbios internacionais, entre outros (ADD, 2018).

Apesar das vantagens socioeconômicas, comparando-se o rural europeu aos países em desenvolvimento emergente, esse espaço também tem questões a serem resolvidas, para a melhoria do seu funcionamento. Obviamente que não são as mesmas demandas do rural brasileiro, mas aquelas sociedades também passam por mudanças, principalmente migracionais, que atingem vários dos seus setores, e que são objeto de pleitos no Parlamento e no Parlamento Rural Europeu, muitas vezes voltados para se adquirir os mesmos benefícios que as áreas urbanas possuem, como a Agência Lusa (2015), descreve.

Entre estas contam-se a baixa taxa de natalidade, o êxodo rural (com a saída dos mais qualificados), o envelhecimento da população, a pobreza, a exclusão social, as limitações da economia rural, o desajuste da formação profissional, a falta de bons empregos, a redução de serviços e a reivindicação do direito das comunidades rurais a padrões de qualidade de vida iguais aos das populações urbanas e à plena participação nos processos políticos, com uma visão de futuro (AGÊNCIA LUSA, 2015).

É evidente a busca permanente do europeu das áreas rurais por melhores condições de vida, principalmente para o olhar brasileiro, com hábitos diferenciados e com lastro de visão pautado no desenvolvimento ainda emergente, mesmo que pareça que já se tem tudo de bom na Europa rural.

Esse perfil dialoga com as percepções tiradas presencialmente, no início desse capítulo, de mobilização da sociedade civil, de engajamento cívico, de empoderamento político e de maior número de grupos e redes, tudo para transformar a realidade, a partir do povo para o poder público, com mais critérios de atuação deste.

O discurso atual na Europa rural não é de levar o desenvolvimento a essas áreas, mas o de “Temos um modelo de desenvolvimento que tem de ser alterado”, conforme Freire (2018), que envolve aumentar o número de GAL, diminuir as metas unificadas da UE e aumentar os objetivos específicos de cada estado-membro, maior simplificação de financiamento para os beneficiários, incluir mais estratégias de crescimento para as áreas menos desenvolvidas e mais periféricas, bem como mais

estímulo à cooperação e conexão entre as áreas rurais e urbanas (FREIRE, 2018); (MARTINS, 2018).

As áreas rurais europeias são contextos distantes da realidade das áreas rurais do Semiárido Baiano, como será visto no próximo capítulo, principalmente em relação ao Capital Social, através da dinâmica dos movimentos da sociedade civil e dos governos para com as diretrizes em prol de “melhorar” o desenvolvimento rural europeu.

Isso só confirma que esses espaços, além de terem as suas necessidades básicas atendidas, o Estado dificilmente estará ausente, ou presente com descaso, porque as exigências de baixo para cima na escala social da população são constantes, o que os leva a serem espaços que podem ser analisados à luz da Teoria do Capital Social.

#### **4 – POSSIBILIDADE DA TEORIA DO CAPITAL SOCIAL NO CONTEXTO DE POBREZA RURAL DO SEMIÁRIDO BAIANO SOB O PCPR**

Uma vez conhecidos alguns espaços onde o Capital Social está, respaldando a utilização da Teoria do Capital Social para avaliar as relações sociais nesses espaços, analisa-se sucintamente nesse capítulo o contexto socioeconômico do estado da Bahia, assim como o perfil, tanto dos municípios do Semiárido Baiano que receberam o Produzir III, quanto do próprio projeto de redução da pobreza rural e dos parâmetros e instrumentos utilizados para a mensuração do Capital Social, a fim de se analisar a possibilidade de coerência na aplicação da Teoria do Capital Social nesses espaços recebedores do referido projeto.

Para tal análise, faz-se necessário, a priori, investigar brevemente o conceito de pobreza rural, a fim de nortear a visão que será direcionada para os espaços rurais que foram analisados e deram origem a esta tese.

A pobreza tem diversos conceitos de vários estudiosos e organizações, porém três conceitos chamaram a atenção e são aqui elencados, por complementarem-se, formando um conceito mais amplo na base analítica do Semiárido Baiano.

Segundo Crespo e Gurovitz (2002, p. 6):

A pobreza deve ser entendida como a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm. A expansão das capacidades humanas enquadra-se justamente nesse ponto. Não se pode esquecer que o aumento das capacidades humanas tende a caminhar junto com a expansão das produtividades e do poder de auferir renda. Um aumento de capacidades ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida humana e a tornar as privações humanas mais raras e menos crônicas (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p.6).

Segundo a Nações Unidas no Brasil (2017):

O conceito de pobreza costuma ser compreendido como o estado de privação de um indivíduo cujo bem-estar é inferior ao mínimo que a sociedade é moralmente obrigada a garantir. A pobreza em uma sociedade pode ser entendida, portanto, como o agregado do estado de privação dos seus membros (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2017).

Segundo Oliveira (2013):

A pobreza pode ser definida, genericamente, como a insuficiência de recursos para assegurar as condições básicas de subsistência e de bem-estar, segundo as normas vigentes em uma sociedade. Estas normas envolvem características da distribuição da renda e do padrão de consumo predominante. Uma primeira maneira de definir a pobreza é justamente com base na renda (critério monetário) (OLIVEIRA, 2013, p. 35).

A pobreza, então, aqui conceituada como a insuficiência de renda e de outras condições materiais, que levam à privação do bem-estar e da capacidade de se ter autonomia para gerar a própria renda, num ciclo que demanda a interferência da sociedade, aplicada às áreas rurais, principalmente em espaços do Semiárido, permite acrescentar as demandas ambientais e estruturais que aquelas populações vivenciam e que potencializam o estado de pobreza.

Entretanto, ainda mensura-se a pobreza do morador rural levando em consideração apenas as suas características financeiras, ou seja pelo valor da renda recebida periodicamente, como afirma Ximenes et al. (2016): “[...] “resultados apresentados baseiam-se na visão monetária de pobreza e, portanto, unidimensional, envolta por propostas de intervenção cerceadas por uma visão neoliberal”, que provoca uma responsabilização da situação de pobreza do ruralista apenas a ele mesmo, como se fosse fácil provocar o próprio crescimento e o crescimento da sua comunidade sem uma Educação Formal que o prepare para tal.

A pobreza rural no estado da Bahia, como em outras regiões do país, está fortemente associada à distribuição de rendimentos, conforme Figura 8, municípios com elevados valores de concentração de rendimentos<sup>26</sup>, (valores de índice de Gini)<sup>27</sup>. As áreas rurais tendem a ter elevados valores de proporção de pessoas pobres, no entanto, municípios com reduzida concentração de rendimentos apresentam menores valores de proporção de domicílios com rendimentos per capita abaixo da linha de pobreza<sup>28</sup> (UNICAMP, 2014).

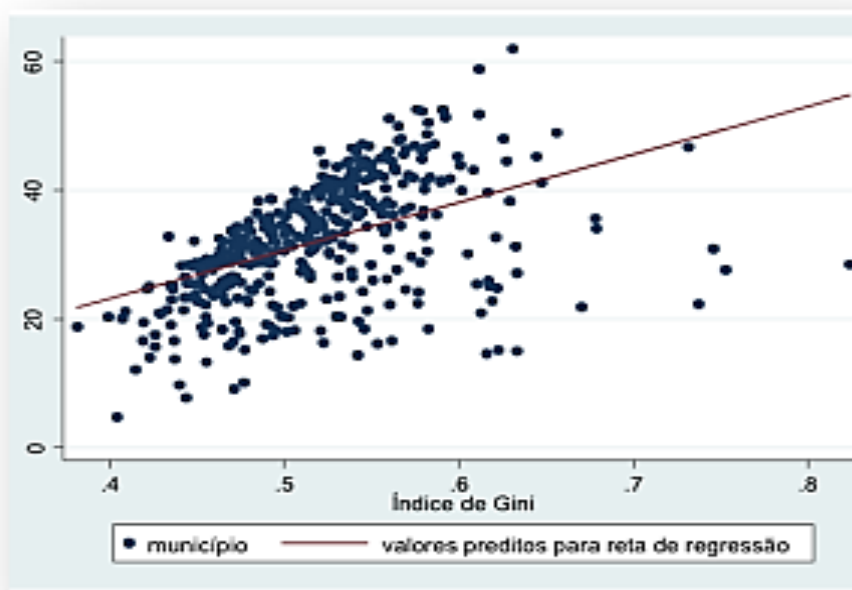
---

<sup>26</sup> É importante notar que a concentração de rendimentos, por sua vez, está associada a concentração fundiária e daqui pode-se inferir que as regiões onde existem maiores índices de concentração de rendimentos são aquelas em que provavelmente existem menores condições de acesso à terra pelas famílias pobres (UNICAMP, 2014).

<sup>27</sup> O índice de Gení, proposto originalmente pelo economista italiano C. Geni é um indicador tradicionalmente utilizado para medir a concentração dos rendimentos. Ele varia de 0 a 1, sendo o valor 0 associado a uma distribuição perfeitamente justa com todos os domicílios da população com um rendimento per capita idêntico e o valor 1 associado a uma situação de mais injusta distribuição dos rendimentos, com apenas um dos domicílios obtendo os rendimentos totais da sociedade e os demais domicílios com rendimentos per capita nulos (UNICAMP, 2014).

<sup>28</sup> A linha vinho da Figura 8 representa a reta de ajuste de uma regressão linear estimada por mínimos quadrados ordinários. Como ela tem uma inclinação ascendente podemos concluir que existe uma associação linear positiva entre proporção de pobres e distribuição de rendimentos (UNICAMP, 2014).

**Figura 8 - Pobreza Rural na Bahia - 2013**



Fonte: UNICAMP, 2014.

A desigualdade social explica, portanto, o quadro de pobreza nesse espaço, cuja ação do Estado, através de algumas políticas públicas é voltada para a redução da concentração de rendimentos, o que causa impactos mais significativos sobre a redução da pobreza rural. A transferência de renda, tanto por parte do Governo Federal, quanto nas esferas estaduais e municipais, são exemplos de tais políticas (MEDEIROS et al., 2007); (UNICAMP, 2014), e têm demonstrado alguma eficácia nos últimos anos, conforme Wanderley (2014):

[...] a pobreza que se manifesta nas áreas rurais é, relativamente, a mais expressiva, uma vez que atinge quase a metade da população do campo. Estudos recentemente elaborados atestam que os programas de transferência de renda adotados nos últimos governos, para as populações mais pobres, têm conseguido alterar esta realidade, provocando significativos aumentos dos níveis de renda e redução da desigualdade social (WANDERLEY, 2014).

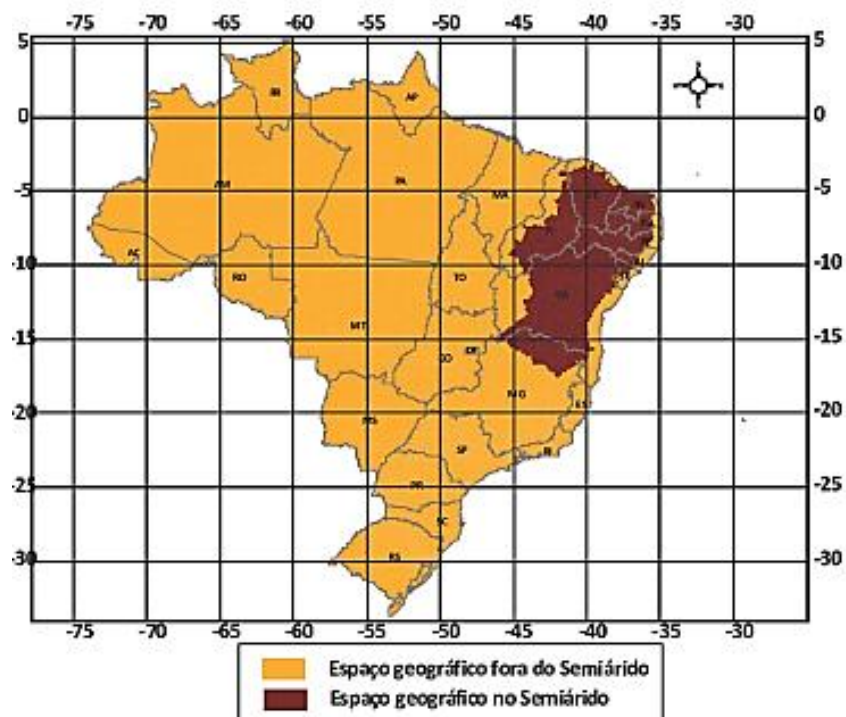
Segundo (UNICAMP, 2014), a redução da pobreza rural pode ser fomentada por três caminhos: o crescimento da renda populacional rural, no geral; a desconcentração da renda do poder de poucos; ou uma combinação de crescimento da renda populacional com a desconcentração da mesma. E a área que abrange o Semiárido Baiano, é a mais significativa para representar o quadro de demandas socioeconômicas da pobreza rural brasileira.

### a) Dimensão da Pobreza no Semiárido Baiano

Para ser considerado semiárido, o Instituto Nacional do Semiárido - INSA (2012), diz que o espaço natural tem que ter o critério de: ter uma precipitação média por ano menor do que 800 milímetros de chuva; ou possuir um índice de aridez de até 0,5; ou do risco de seca ser maior que 60%.

O Nordeste brasileiro possui 56,46% do seu território no Semiárido, totalizando 8 dos seus 9 estados, enquanto o Sudeste só possui 11,9%. O estado da Bahia participa com 69,31% do seu território dentro do Semiárido, como se pode ter uma noção na Figura 9, conforme o INSA (2012, p. 28).

**Figura 9 - Espaço Geográfico do Semiárido Brasileiro**



Fonte: INSA, (2012)

O Brasil possui 1.262 dos seus municípios dentro do Semiárido, ou seja 22,66% de todos os seus municípios, tendo o estado da Bahia 66,67% dos seus municípios dentro dessa área, sendo o maior contingente que reside nesse espaço no Brasil, com 29,83%. A Bahia está entre os estados com menor grau de urbanização do Semiárido Brasileiro, 43,23%. INSA (2012, p. 31, 34); SUDENE (2017), fato que

exige um olhar diferenciado de toda a sociedade, materializado nas políticas públicas de redução da pobreza rural, como o PCPR, por exemplo.

### **b) Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR)**

Desde o fim da década de 1970 o Banco Mundial investe em desenvolvimento rural no Brasil, aperfeiçoando os seus métodos de atuação, que passou de “desenvolvimento rural” para “combate à pobreza rural”, especificamente, desde então (BANCO MUNDIAL, 1990); (VIEIRA, 2008).

Os programas de combate à pobreza rural, partiram da preocupação do Banco Mundial com a degradação do meio ambiente, e de entender que a pobreza rural é quem pratica essa degradação, principalmente na região Nordeste (Banco Mundial, 1990), apesar de haver na literatura estudos que comprovem que as estruturas de poder e riqueza são as maiores causadoras da degradação ambiental, apontando a pobreza como colaboradora no ato, por falta de conhecimento e por necessidade de uso dos recursos naturais, muitas vezes, sem possuir substituto alternativo para esse uso (DALL’AGNOLL, 2003); (WAQUIL et al, p. 319); (SERRA; SERRA, 2013, p. 85).

As estratégias acumuladas ao longo das décadas de 1970 a 1980 tiveram um viés mais global, ou seja, originada ou aplicadas em outros países, pois quando da sua aplicação de forma mais renovada no Brasil, na década de 1990, o Banco Mundial, a partir das experiências anteriores, exigiu uma maior descentralização da gestão dos recursos e maior participação da sociedade (WORLD BANK, 2005, nossa tradução), formato até então inovador, na administração de recursos de políticas públicas brasileiras, que se encontrava sob moldes econômicos neoliberais nessa época (UNICAMP, 2014).

O Banco Mundial exigiu que os programas, a partir da década de 1990, fossem pedidos e geridos pelos governos estaduais, com participação direta das populações de cada comunidade rural que fosse ser contemplada, a fim de impedir que os recursos fossem usados para outros fins, como nos programas nas versões de 1970 e 1980. O Banco Mundial precisava superar esses problemas e ajustar os programas a novas concepções de desenvolvimento regional (VIEIRA, 2008); (UNICAMP, 2014).

No início de 1995, extensa e descentralizada estrutura de implementação de projetos para combate à pobreza rural foi lançado no Nordeste brasileiro, já no formato do PCPR, que apesar de ser voltado prioritariamente para as áreas rurais, atendeu também a algumas pequenas áreas urbanas que faziam parte dos municípios contemplados, de maior pobreza (BANCO MUNDIAL, 2003); (WORLD BANK, 2005, nossa tradução); (UNICAMP, 2014).

O Banco Mundial procurou se basear em pesquisas sobre a pobreza e a sua relação com o Capital Social, ou seja, com a falta de Capital Social, as quais foram desenvolvidas ao longo da década de 1990, em países em desenvolvimento emergente, como México, Bangladesh, Rússia, Mongólia, Índia, Mali, Indonésia, entre outros, para aplicar suas estratégias de atuação de fomento ao Capital Social onde houvesse seus financiamentos (BANCO MUNDIAL, 2003); (WORLD BANK, 2005, nossa tradução).

A pesquisa dos consultores contratados pelo Banco Mundial foi fundamentada teoricamente pelos conceitos de Capital Social de Putnam e de Coleman, os quais têm seus estudos baseados em áreas relativamente desenvolvidas da Europa e dos Estados Unidos, se comparados ao Brasil (BANCO MUNDIAL, 2003); (WORLD BANK, 2005, nossa tradução).

Desde a escolha do que se iria receber como benefício, através do PCPR, até a entrega do mesmo, o envolvimento das comunidades era obrigatório, com a finalidade de induzir à criação do Capital Social local, provocando comunidades mais autônomas, em prol de caminhar no processo de desenvolvimento, (BANCO MUNDIAL, 1990); (WORLD BANK, 2005, nossa tradução); (UNICAMP, 2014).

Conforme Banco Mundial (1990):

A extensão da pobreza pode variar bastante nas diversas zonas rurais de um país. É notória a penúria do Nordeste brasileiro, região que abriga mais de 50% dos pobres do país, mas apenas 27% da população total. As disparidades regionais são igualmente acentuadas em muitos outros países (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 31).

Cada estado brasileiro que adotou o PCPR, nomeou seus projetos que entravam no programa e o customizaram de acordo com as necessidades territoriais específicas, assim como efetuou aportes financeiros em parceria com o Banco Mundial (UNICAMP, 2014).

Na Bahia, o PCPR gerou o Projeto Produzir, inicialmente voltado para o suprimento de necessidades mais básicas, das quais as populações pobres eram

desprovidas, como o acesso à água potável e à energia elétrica, a princípio sendo realizado de forma centralizada, sob inteira responsabilidade do governo estadual (UNICAMP, 2014).

As poucas, e no trâmite da versão I, II e III, o Produzir foi sendo direcionado para três vertentes evolutivas que confluíram num processo de implementação descentralizado, assim como, no provimento de maior poder para os pobres, a partir de capacitação para enfrentar os problemas e, conseqüentemente, gerar renda através da otimização da produção agropecuária (WORLD BANK, 2005, nossa tradução); (UNICAMP, 2014), não sendo mencionada a existência de outras ações de empoderamento do pobre e redução da desigualdade de renda e de terras, como a reforma agrária, por exemplo.

Essa estratégia de descentralizar o processo de implementação do projeto, teve como imediata finalidade inserir os beneficiários, direta e indiretamente, tanto nesse processo, quanto nos pleitos e decisões sobre os benefícios. Como objetivo complementar, a participação ativa dos beneficiários na implementação do projeto, visava cumprir o papel de comando direto às pequenas obras, que em outros tempos deveriam ser executadas pelo poder público, a fim de promover o fortalecimento político, através da organização das comunidades pobres, e finalmente desenvolver o Capital Social (WORLD BANK, 2005, nossa tradução); (UNICAMP, 2014).

Os projetos que fizeram parte do Programa Produzir abrangem as áreas de geração de renda, infraestrutura, capital social, educação, saúde, saneamento, com a finalidade de promover melhoria nas condições de vida da população que vive nas áreas rurais da Bahia. Em razão disso, o programa é composto por um conjunto diverso de ações atreladas a uma ou mais dessas áreas de interesse (BANCO MUNDIAL, 1990); (WORLD BANK, 2005, nossa tradução); (UNICAMP, 2014).

- **Projeto Produzir**

O Produzir, na Bahia, foi o precursor e o líder da ascensão dos projetos do PCPR, desde 1996, já no formato descentralizador dos processos, o que leva ao entendimento de um apoio mais participativo das comunidades rurais pobres beneficiárias (WORLD BANK, 2005, nossa tradução); (UNICAMP, 2014).

A partir dos resultados do Projeto Produzir II, avaliados por resultados de pesquisa chefiada pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, em 2003 e 2004, (WORLD BANK, 2005, pp. 39-52, nossa tradução), pôde-se constatar que, o público alvo recebeu acesso a serviços públicos, habitação, patrimônio e capacitação. Eram moradores da área rural, em sua quase totalidade, em núcleos isolados e em povoados, possuindo baixa renda, baixa escolaridade, e sem oportunidade de ocupação e emprego para gerar renda que viabilizasse a superação do nível de pobreza.

Apesar dos resultados do Produzir II terem sido considerados positivos, conforme (WORLD BANK, 2005, pp. 39-52, nossa tradução), em relação a alguma mudança na vida das famílias beneficiárias, as transformações de cunho estrutural que levariam à superação da pobreza estariam ainda sujeitas a uma força mais impactante, tanto da existência do Capital Social, quanto nos investimentos em saúde, qualificação profissional, educação, entre outras variáveis que compõem os serviços básicos das áreas rurais.

No que tange a resultados do Capital Social pelo Produzir II:

Em relação à formação do capital social, objetivo estratégico que exige longo tempo e sucessivas interações positivas, nas quais os membros de uma comunidade percebem que a cooperação traz benefícios individuais, o Estudo confirmou que as regras do Produzir – II incentivam ações comunitárias e contribuíam para romper com o imobilismo, dependência e subordinação política dos pobres rurais. Ainda assim, constatou que as ações do Produzir II foram marcadas por elevada intermediação política e artificialismo associativo, que reduz os impactos sobre a formação do capital social e de empoderamento previsto na concepção do Projeto e mantém o poder de decisão nas mãos dos agentes políticos locais que operam como patrocinadores dos benefícios (UNICAMP, 2014, p. 12).

Percebeu-se que, o Capital Social não é um alvo natural existente naquelas comunidades, que as pessoas precisam ter o desejo de melhorar os seus espaços de vivência para que os programas se tornem mais eficazes, pois segundo Souza Filho et al (2006):

[...] a redução da pobreza e o desenvolvimento da cidadania no mundo rural dependem, fundamentalmente, da acumulação de capital social pelas comunidades pobres. Só o empoderamento das comunidades, expresso pela organização social e pela efetiva participação nas decisões e escolhas e na gestão direta dos projetos criaria condições para a superação da armadilha da pobreza (SOUZA FILHO et al, 2006, p. 8).

Em estudos anteriores, da (UNICAMP, 2014), como o do World Bank (2005, nossa tradução), constatou-se que os líderes das associações comunitárias, que

experimentavam gerenciar os subprojetos do Produzir, adquiriam habilidades importantes para lidar com projetos ou processos de superação da pobreza e expansão do acesso a serviços públicos, tornando-se assim, necessário o fomento ao associativismo e à participação das comunidades organizadas, bem como às reivindicações que surgissem desses movimentos.

A partir daí, fez-se necessário uma maior participação da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, órgão do Estado da Bahia, a fim de organizar mais de perto os trâmites de implantação do Produzir, bem como acompanhar as associações que estivessem envolvidas no projeto (WORLD BANK, 2005, nossa tradução); (UNICAMP, 2014).

Os levantamentos feitos pela UNICAMP, no World Bank (2005, 39-52), indicava que o Produzir II, apesar de ter sido financeiramente bem avaliado pelos beneficiários, pouco impactou na renda destes, devido a um resultado insatisfatório dos subprojetos de “geração de renda”, como casa de farinha, mecanização agrícola e outros.

Porém, no que se refere aos subprojetos de acesso à água e energia elétrica nas áreas rurais, revelou-se uma maior abrangência de efeitos positivos, do que os projetos anteriores, mesmo não tendo resolvido a totalidade do problemas locais anteriormente identificados, como: qualidade da água, doenças originadas pela água, tempo gasto para buscar água, reduzido consumo alimentar, moradia desvalorizada, sanitização precária. O relatório destacou a existência de geladeiras e televisores como benefícios (WORLD BANK, 2005, nossa tradução); (UNICAMP, 2014).

Foi perceptível o abrandamento imediato das necessidades, até porque o público alvo se caracterizava por pertencer a uma faixa de extrema pobreza, deixando-se evidenciar de forma rápida as mudanças nas rotinas familiares. Porém, não houve qualquer mudança significativa na qualidade de vida dos participantes, que pudesse colocar esse programa no patamar geração de renda e oportunidade de emprego, e não de assistencialista (UNICAMP, 2014)

O PCPR – II alcançou um total de 16,9% da população pobre do estado da Bahia, em fornecimento de água e de melhores condições sanitárias, bem como 18,8% da população pobre rural da Bahia, recebeu subprojetos de natureza produtiva, e 9,6% recebeu subprojetos de energia solar, energia elétrica e outros investimentos de melhoria da qualidade de vida (UNICAMP, 2014).

Nos relatórios do Produzir II, o resultado foi dado como positivo em relação ao Capital Social nas comunidades beneficiadas pelos programas, como diz o World Bank (2005):

Objetivo: aumentar o capital social das comunidades rurais para se organizarem coletivamente em prol de suprir as suas próprias necessidades. Este objetivo foi alcançado. A maioria das comunidades rurais do Nordeste tem níveis significativos de Capital Social e, por conseguinte, os mecanismos de participação do Programa não estão a partir do zero [...]. Esta alteração do Capital Social estrutural ocorre mais intensamente em comunidades que implementaram subprojetos no âmbito do Programa Nordeste; A concretização destes benefícios imediatos é indispensável para manter os objetivos organizacionais da associação comunitária, além da implementação do subprojeto.<sup>29</sup> (WORLD BANK, 2005, p. 7, tradução nossa).

O Banco Mundial entendeu como alcançada a meta de criação de Capital Social nas comunidades rurais onde os programas de descentralização da gestão com participação do povo foram implantados, a partir da limitação da entrega de serviços públicos à formação de associações, desde a sua nova abordagem na década de 1990 (WORLD BANK, 2005, nossa tradução); (UNICAMP, 2014), contrariando qualquer conceituação de Capital Social, vista até o momento.

- **Projeto Produzir III**

Conforme o Censo de 2010<sup>30</sup>, no estado da Bahia havia uma população de quase 14 milhões de pessoas, sendo que quase 1/3 deste total firmava residência na zona rural. Porém, o Brasil vem sofrendo uma perda do percentual de moradores em áreas rurais nas últimas décadas e a Bahia segue na mesma inclinação<sup>31</sup>, ratificando a tendência nacional (UNICAMP, 2014).

Os municípios baianos, mais de 70% deles, possuem até 25 mil habitantes, de baixo dinamismo econômico, bem como com demandas causadas por fatores

---

<sup>29</sup> Objective – Increasing the social capital of rural communities to organize collectively to meet their own needs. This objective was achieved. Most Northeast rural communities have significant, established levels of social capital and thus the Program’s participatory mechanisms are not starting from scratch [...]. This change in structural social capital occurs more intensively in communities which have implemented subprojects under the Northeast Program; the attainment of these immediate concrete benefits is indispensable to maintaining the organizational goals of the community association beyond subproject implementation (WORLD BANK, 2005, p. 7).

<sup>30</sup> Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (IBGE, 2010).

<sup>31</sup> Devido às desigualdades serem mais acentuadas nas áreas rurais, à menor oferta de empregos, à diminuição do número de filhos nas famílias, à modernização da agricultura, entre outros fatores, gerando outros problemas, como aglomerações urbanas, maior oferta de mão de obra nas cidades, e, conseqüentemente, menores salários. Cálculo feito com metodologia do IBGE.

climáticos, geográficos, históricos e sociais, e que contribuem para permanência da pobreza no estado, conforme UNICAMP (2014):

A importância do Produzir é inquestionável para alteração desse quadro e avaliações anteriores demonstraram a contribuição deste Programa para reduzir déficits associados à pobreza. Muito dos progressos registrados no meio rural do Estado da Bahia, desde a eletrificação até o melhor acesso à água, tem a marca do Produzir. Deve-se destacar, ainda, que estas ações vêm se desenvolvendo há duas décadas, e tiveram início em um contexto muito diverso do atual, no qual o Estado não contava com muitas alternativas para enfrentar o problema da pobreza (UNICAMP, 2014).

O PCPR – III, foi assinado em 2005, entre o BIRD e o Governo do Estado da Bahia, a fim de dar continuidade ao Produzir II (UNICAMP, 2014).

Em 2010, este programa sofreu prorrogação por mais 18 meses, mantendo o mesmo foco do início, de atuação em duas vertentes: Subprojetos Comunitários voltados para o fornecimento de água, energia elétrica, reforma de escolas rurais e postos de saúde, construção de creches, irrigação em pequeno porte, etc.; e desenvolvimento institucional, que são ferramentas para fomentar a organização e a coesão de comunidades e municípios em torno do programa, como treinamento, assistência técnica e mobilização de todos os envolvidos na execução dos projetos (UNICAMP, 2014).

O total de projetos do Produzir III, em todo o estado da Bahia, beneficiou 272.000 famílias em 7 “mesorregiões”, abarcando 399 dos 417 municípios pertencentes ao estado, de janeiro de 2005 a julho de 2013 (UNICAMP, 2014).

As “mesorregiões”, foram assim classificadas pelo IBGE, por possuírem características sociais e econômicas similares, não sendo, portanto, uma classificação política nem administrativa (IBGE, 1990).

Porém, no decurso desta pesquisa, em 2017, o IBGE revisou e atualizou as divisões de “mesorregião e microrregião”, para regiões geográficas “intermediárias e imediatas”<sup>32</sup>, respectivamente. Portanto, a partir daqui as mesorregiões serão chamadas de regiões intermediárias (IBGE, 2017).

---

<sup>32</sup> Na primeira divisão, em 1989, o processo foi iniciado pelo agrupamento dos municípios na categoria de mesorregiões, e posteriormente a divisão configurou as microrregiões. Já em 2017, a divisão partiu do agrupamento menor, ou imediatas, para o agrupamento maior, ou intermediárias. O IBGE pretende, com essa nova divisão, utilizar as informações ocorridas desde 1989, para alimentar o planejamento e a gestão de novas políticas públicas, bem como, a publicação de novos estudos e dados estatísticos (IBGE, 2017).

O relatório final do Produzir III não contém uma avaliação das características da organização do Projeto, no âmbito da sua governança, não explorando detalhadamente todo o processo de gestão e de execução. Porém, analisa o perfil socioeconômico dos domicílios beneficiários até especificamente dezembro de 2012, bem como a evolução da renda dos beneficiários de forma comparativa com os não beneficiários do Projeto, impactos imediatos no bem-estar e na formação do Capital Social nas áreas beneficiárias, de forma comparativa com a realidade dos não beneficiários (UNICAMP, 2014).

A partir desses resultados, como informação complementar ao objetivo desta tese, entendeu-se necessário conhecer melhor os parâmetros e o instrumento utilizados na mensuração do Capital Social nessas comunidades rurais, a fim de verificar a coerência dos mesmos com o arcabouço teórico do Capital Social, apesar do entendimento de ser a própria teoria inadequada ao estudo desse espaço.

#### **4.1 Parâmetros Utilizados na Mensuração do Capital Social**

Existem vários tipos de questionários sendo usados para se mensurar o Capital Social atualmente, em várias partes do mundo, porém, mencionados pelo mundo científico, apenas quatro são reconhecidos como principais, tendo sido analisados em eventos científicos, como no Encontro Latino Americano de Pós-Graduação, Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e Encontro Americano de Iniciação Científica Júnior, eventos de pesquisadores em formação. Não se encontrou registro desse tipo de questionário em eventos científicos de pesquisadores profissionais, aonde se compartilha consensos afirmativos desses instrumentos.

Os principais questionários foram criados sob parametrização elaborada pelas seguintes quatro instituições: “New South Wales Study, World Values Survey, Banco Mundial e Núcleo de Estudos de População – Universidade Estadual de Campinas” (PEREIRA et al, 2010).

Salienta-se que, tanto o Banco Mundial, quanto a UNICAMP, que são citados nesta pesquisa, fazem parte do quarteto de elite dos principais questionários e parametrizações de Capital Social, reconhecidos por pesquisadores (PEREIRA et al, 2010).

As questões que foram utilizadas no questionário de avaliação de impacto do Produzir III, relativas à mensuração de Capital Social, conforme (UNICAMP, 2014), foram as seguintes:

- Participação do entrevistado em instituição associativa;
- Qual tipo de instituição associativa que participa/participou;
- Na associação responsável pelo Produzir III, se:
  - a) sabia em qual ano foi criada;
  - b) qual ano da criação;
  - c) se a entrada para a associação foi antes, durante ou depois a implantação do projeto;
  - d) se participou da reunião de escolha do projeto;
  - e) se houve reunião da associação no ano de 2013;
  - f) em quantas reuniões participou em 2013;
  - g) se considera bem informado em relação à associação, referente ao projeto;
  - h) se a associação levou outros benefícios além do Produzir III;
  - i) quais possíveis benefícios;
  - j) se a associação diminuiu, nada mudou ou aumentou os problemas da comunidade.

A partir do cruzamento dessas questões, com as seis Dimensões criadas pelo Banco Mundial, pôde-se elaborar um quadro, através do qual, verifica-se em quais Dimensões as questões utilizadas se enquadram, conforme o Quadro 3:

**Quadro 3 – Enquadramento do Questionário de Avaliação do Produzir III nas Dimensões do QI-MCS do Banco Mundial**

<b>DIMENSÕES CAPITAL SOCIAL BANCO MUNDIAL</b>	<b>QUESTIONÁRIO PRODUIR III CAPITAL SOCIAL</b>
<p><b>1 – Grupos e Redes</b></p> <p>A densidade de associação, a diversidade de associações, o nível de funcionamento democrático, e a extensão das conexões com outros grupos. O tamanho da rede, sua diversidade interna e até que ponto a rede daria assistência em caso de necessidade</p>	<p>1- Participação em associação; 2- Tipos de instituição associativa; 3- Conhecimento do ano de criação; 4 - Ano da criação; 5- Se a entrada para a associação foi antes, durante ou depois a implantação do projeto; 6- Participação da reunião de escolha do projeto; 7- Se houve reunião da associação no ano de 2013; 8- Número de participações em 2013; 9- Se possui informação da associação, referente ao projeto; 10- Se houve outros benefícios da associação além do Produzir III; 11- Possíveis benefícios; 12- Impacto da associação na comunidade</p>
<p><b>2 – Confiança e Solidariedade</b> Confiança em geral, em pessoas específicas, nas instituições públicas e privadas, emprestar dinheiro, ajudar alguém.</p>	<p align="center"><b>XXXXX</b></p>
<p><b>3 – Ação Coletiva e Cooperação</b> Grau de ação coletiva, o tipo de atividades desenvolvidas coletivamente e uma percepção geral do grau de iniciativa para cooperar e participar de ações coletivas.</p>	<p align="center"><b>XXXXX</b></p>
<p><b>4 – Informação e Comunicação</b> Comparar os grupos e redes, como fontes de informação sobre o governo e os mercados, com fontes de informação informais. É considerado fator ligado ao bem-estar das comunidades (geração de renda e de fatores não monetários).</p>	<p align="center"><b>XXXXX</b></p>
<p><b>5 – Coesão Social e Inclusão</b> –Inclusão, sociabilidade, conflito e violência &gt; ligado ao estresse social na comunidade.</p>	<p align="center"><b>XXXXX</b></p>
<p><b>6 – Empoderamento e Ação Política</b> Escrever petições, participar de reuniões abertas, reuniões com políticos, participar de campanhas, votar.</p>	<p align="center"><b>XXXXX</b></p>

Elaborado: Edith Ornellas, 2017

Fonte: Banco Mundial, (2003); Unicamp, (2014)

Constatou-se que o questionário de análise de impacto do Produzir III contemplava apenas uma das seis Dimensões elaboradas pelo Banco Mundial, denotando superficialidade no levantamento dos dados, mesmo que apenas direcionado para um público beneficiário do Produzir III.

Mesmo sabendo que as relações sociais desses espaços são completamente distantes do conjunto de características das sociedades que possuem Capital Social, entendeu-se que poderia ser o instrumento de coleta de dados apenas um colaborador para os resultados equivocados da presença de Capital Social naqueles espaços, fazendo-se necessário seguir adiante com a análise dos problemas nos parâmetros utilizados, como estratégia investigativa.

A discussão sobre parâmetros atuais para o Capital Social, feita a seguir, parte dos registros de caderno de campo feitos em seguida ao preenchimento dos questionários formulados pela UNICAMP, com questões elaboradas pela autora, a partir de estudos iniciais prévios a esta tese, sobre as Dimensões do Capital Social.

#### **a) Problemas dos Parâmetros Atuais**

Examinou-se os registros de campo sobre a existência de Capital Social, anteriormente mencionados. A maioria dos registros no caderno de campo, precisamente 78% dos domicílios pesquisados pelo Produzir III, ou seja, 112 domicílios do total de 144 entrevistados, naqueles cinco municípios do Semiárido Baiano, foram inquiridos em 5 questões que abarcam algumas Dimensões do Capital Social, na comunidade, e 1 questão do Capital Social na convivência familiar, conforme Quadro 4.

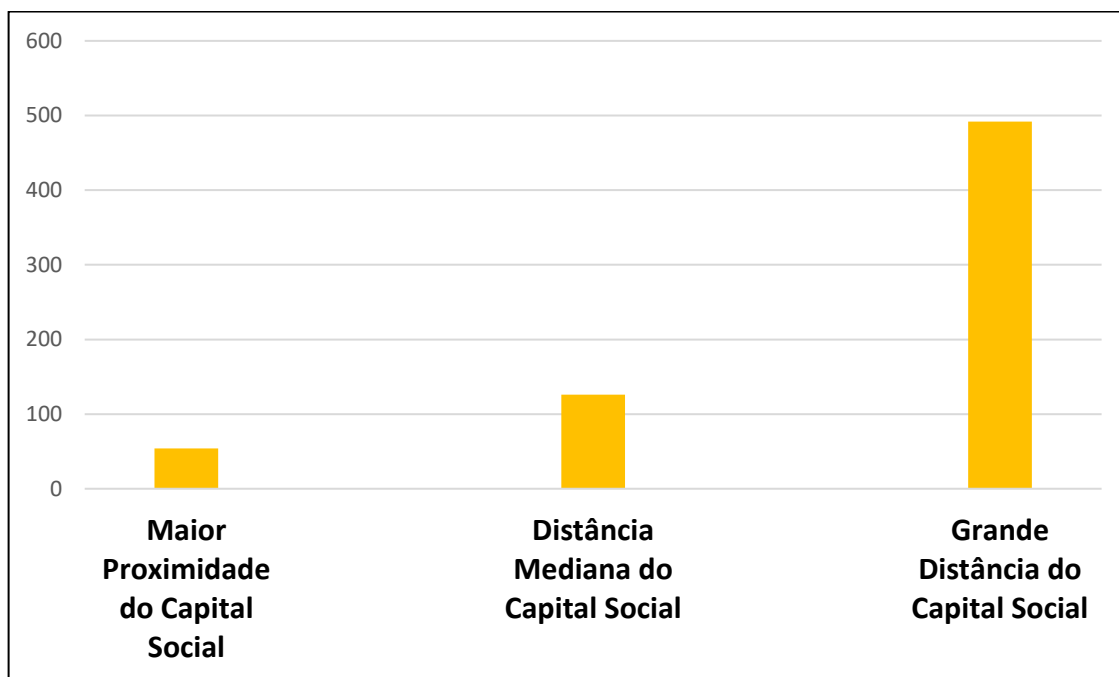
#### Quadro 4 - Perguntas do Caderno de Campo – Avaliação Produzir III

<b>1 – Por que você entrou em associação?</b>
Porque gosta de cooperar
Porque é o certo a ser feito
Porque precisa receber os benefícios do Estado
<b>2 – Se os benefícios do Estado viessem sem precisar se associar:</b>
Você se associaria mesmo assim
Talvez você se associasse
Você não se associaria
<b>3 – Seus filhos cooperam nas tarefas domésticas?</b>
Sempre
Às vezes
Nunca
<b>4 – Quando você vai pedir ajuda a algum órgão governamental, essa ajuda é para:</b>
Você e para alguns vizinhos
Nunca peço / resolvo por outros canais
Somente pra seu benefício
<b>5 – Você participa de alguma prestação de contas governamental, ou se informa por outrem, ou se interessa pra saber onde estão sendo gastos os impostos (obras, orçamentos, políticas públicas etc.)?</b>
Sempre
Às vezes
Nunca
<b>6 – Quem você entende ser responsável pela melhoria da sua comunidade?</b>
Todos nós
A associação
O Estado

Elaborado: Edith Ornellas, 2015

As respostas dadas demonstram, conforme Gráfico 1, que algumas características contidas nas Dimensões do Capital Social estão naquelas comunidades, mas que não configuram a existência do Capital Social propriamente dito. As categorias desse gráfico representam em que nível de distância essas comunidades estão da presença do Capital Social. Categorias criadas, conforme descrito na metodologia, a partir de respostas do questionário do caderno de campo, construídas com lastro de muita, pouca e nenhuma proximidade com as Dimensões do Capital Social.

**Gráfico 1 - Nível de Capital Social Através do Caderno de Campo em comunidades rurais de Anguera, Baixa Grande, Pintadas, Riachão do Jacuípe, Serra Preta - 2013**



Elaborado: Edith Ornellas, 2014.

Fonte: Caderno de Campo de Pesquisa, 2013.

Apesar de se ter demonstrado um perfil voltado para a cooperação no resultado da pesquisa do Produzir III, conforme (UNICAMP, 2014), segundo as anotações do caderno de campo, não há fidelidade com o perfil dos entrevistados, tampouco há interesse por parte dos mesmos em continuar participando de associações naquelas comunidades, sem o estímulo dos benefícios adquiridos para a comunidade.

As respostas aos questionários do Produzir III demonstraram e foram declaradas como pragmaticamente necessárias a um contexto de pobreza em vias de melhorias através das políticas públicas levadas pelo Estado da Bahia.

Considerando-se cada Dimensão utilizada pelo Banco Mundial na parametrização do Capital Social, entendeu-se necessário analisar o possível enquadramento das respostas registradas no Caderno de Campo, nessas Dimensões.

### **- Grupos e Redes**

Trata-se da densidade de associação, a diversidade de associações, o nível de funcionamento democrático, e a extensão das conexões com outros grupos. O

tamanho da rede, sua diversidade interna e até que ponto a rede daria assistência em caso de necessidade (BANCO MUNDIAL, 2003).

**- Observação do Caderno de Campo** - Nas comunidades pesquisadas apenas havia uma associação em cada comunidade, a qual foi constituída para receber os benefícios do Produzir III, formada por pessoas com perfil similar, com padrão similar de escolaridade, religiosidade, similar poder aquisitivo, atividades econômicas, etc. Não havia times de futebol, grêmios, clubes ou igrejas nessas comunidades. Em algumas comunidades havia algumas poucas capelas de mesmo segmento religioso, e nas áreas urbanas algumas igrejas, de denominações religiosas diferentes, e que não se comunicavam para tentar resolver problemas estruturais da cidade, comuns a todas elas. Ou seja, há formação de alguns grupos religiosos e associações, mas não há conexão entre eles, mesmo que as demandas sejam comuns a todos.

#### **- Confiança e Solidariedade**

Refere-se à confiança em geral, em pessoas específicas, nas instituições públicas e privadas, emprestar dinheiro, ajudar alguém (BANCO MUNDIAL, 2003).

**- Observação do Caderno de Campo** – No quesito confiança em geral, o paradigma das comunidades pesquisadas foge completamente. Confiança em pessoas específicas, restringe-se a alguns poucos familiares, mesmo assim, com restrição total quando se trata de dinheiro. Generalizadamente não se confia nas instituições públicas nem privadas.

#### **- Ação Coletiva e Cooperação**

Está ligada ao grau de ação coletiva, ao tipo de atividades desenvolvidas coletivamente e uma percepção geral do grau de iniciativa para cooperar e participar de ações coletivas (BANCO MUNDIAL, 2003).

**- Observação do Caderno de Campo** – As ações coletivas, das áreas pesquisadas, em sua grande maioria, referiam-se à junção de pessoas com interesses individuais nos resultados de alguma ação feita em conjunto, como por exemplo, cultivo de horta comunitária, cuidados em área pública do município, para fins de pastagem dos seus próprios animais, ou reunir com alguns vizinhos para limpar alguma passagem de

pedestres, etc. Porém, essa atuação acontece, enquanto houver interesse individual, e não pelo bem comum, não como preservação do que pertence a todos. Esse é um contexto específico, considerado importante pela comunidade.

#### **- Informação e Comunicação**

Trata-se de comparar os grupos e redes com fontes de informação informais, sobre o governo e os mercados. É considerado fator ligado ao bem-estar das comunidades (geração de renda e de fatores não monetários) (BANCO MUNDIAL, 2003).

**- Observação do Caderno de Campo** – Com exceção entre alguns poucos amigos e parentes mais próximos, que estivessem, porventura, juntos na mesma associação, as informações não são compartilhadas, e são consideradas valiosas, uma vez que podem elevar algum padrão de negócios ou de vida financeira de alguma família, em detrimento de outras.

#### **- Coesão Social e Inclusão**

Refere-se à inclusão, sociabilidade, conflito e violência - ligado ao estresse social na comunidade (BANCO MUNDIAL, 2003).

**- Observação do Caderno de Campo** – Não havia tolerância com as diferenças, havia violência suficiente para ninguém mais ficar tranquilo em casa, ou seja, com portas abertas e sem cachorros tomando conta da casa.

A fala era sempre a mesma, quando se referia à violência da cidade grande já ter chegado naquela comunidade.

Quanto à sociabilidade, esta acontecia quando se possuía alguma referência da pessoa a que se precisava se relacionar. Algumas pessoas se referiram a uma tendência à semelhança com o comportamento das pessoas em cidades maiores.

#### **- Empoderamento e Ação Política**

Está relacionada a escrever petições, participar de reuniões abertas, reuniões com políticos, participar de campanhas, votar (BANCO MUNDIAL, 2003).

- **Observação do Caderno de Campo** – O ato de participar de ações políticas nas áreas pesquisadas, acontecia para beneficiamento próprio, não com iniciativa para buscar o crescimento comum de cada comunidade, município ou estado. Não se percebeu um perfil de cidadania nessas áreas. Algumas pessoas manifestavam o desejo de participar, porém entendiam que não possuíam linguagem clara ou nível de escolaridade suficiente para interagir com pessoas do Estado.

- **Resultados do Capital Social na Avaliação do Produzir III**

O Capital Social foi avaliado apenas a partir de um conjunto de questões que procuraram identificar a participação dos beneficiários em organizações sociais e das atividades dentro dessas organizações, tendo como resultado que 76% dos beneficiários e 66% dos não beneficiários já tinham participado dessas organizações, dos tipos associação, sindicato, atividades comunitárias, partidos políticos, etc (UNICAMP, 2014).

Como pode ser observado na Figura 10, a participação dos beneficiários em associações, antes do projeto, já era significativamente grande (77%); crescendo para 93% após o projeto, que era um resultado esperado, dada a obrigatoriedade do programa (UNICAMP, 2014).

**Figura 10 - Tipos de Atividades Associativas/Organizações que os Entrevistados Beneficiários Participaram em 2013 e Antes do Projeto – Entrevistados Controle Participaram em 2013 e 2009**

	Beneficiário				Controle			
	Antes do Projeto		Atualmente		Em 2009		Atualmente	
	Freq (n=508) <sup>1</sup>	Erro padrão	Freq (n=508) <sup>1</sup>	Erro padrão	Freq (n=279) <sup>1</sup>	Erro padrão	Freq (n=279) <sup>1</sup>	Erro padrão
<b>Associações comunitárias, de bairro, de produtor, cooperativa</b>								
Sim	63.227 77,3%	4.926 2.3	76.120 93,0%	5.419 1.5	81.320 69,2%	6.336 3.1	88.895 75,7%	6.725 3.9
Não	18.585 22,7%	2.144 2.3	5.692 7,0%	1.264 1.5	36.163 30,8%	4.072 3.1	28.588 24,3%	4.987 3.9
<b>Trabalho coletivo, comunitário, mutirão</b>								
Sim	28.617 35,0%	4.427 5.3	23.716 29,0%	3.436 4.2	36.075 30,7%	3.528 3.1	33.394 28,4%	5.412 4.5
Não	53.195 65,0%	6.152 5.3	58.096 71,0%	5.961 4.2	81.408 69,3%	7.023 3.1	84.089 71,6%	7.768 4.5
<b>Movimento social organizado e sindicatos</b>								
Sim	25.699 31,4%	2.935 3.1	26.505 32,4%	2.165 2.7	46.652 39,7%	5.454 4.1	45.140 38,4%	4.536 3.6
Não	56.113 68,6%	4.890 3.1	55.307 67,6%	5.199 2.7	70.831 60,3%	6.419 4.1	72.343 61,6%	6.570 3.6
<b>Movimentos vinculados às Igrejas</b>								
Sim	28.262 34,5%	3.379 3.6	29.808 36,4%	3.317 3.5	51.536 43,9%	6.358 5.0	52.523 44,7%	6.765 5.3
Não	53.550 65,5%	4.918 3.6	52.004 63,6%	4.862 3.5	65.947 56,1%	7.341 5.0	64.960 55,3%	7.467 5.3
<b>Outros</b>								
Sim	5.490 6,7%	1.364 1.6	3.993 4,9%	1.063 1.2	7.622 6,5%	2.122 1.8	7.044 6,0%	2.085 1.8
Não	76.322 93,3%	5.313 1.6	77.819 95,1%	5.440 1.2	109.861 93,5%	6.902 1.8	110.439 94,0%	6.903 1.8

Fonte: UNICAMP, 2014.

A participação dos não beneficiários era de 69%, em 2009, e cresceu para 76%, em 2013, o que foi entendido no relatório de pesquisa, como sendo um menor nível de associativismo dos não beneficiários em comparação com os beneficiários, nos períodos analisados (UNICAMP, 2014).

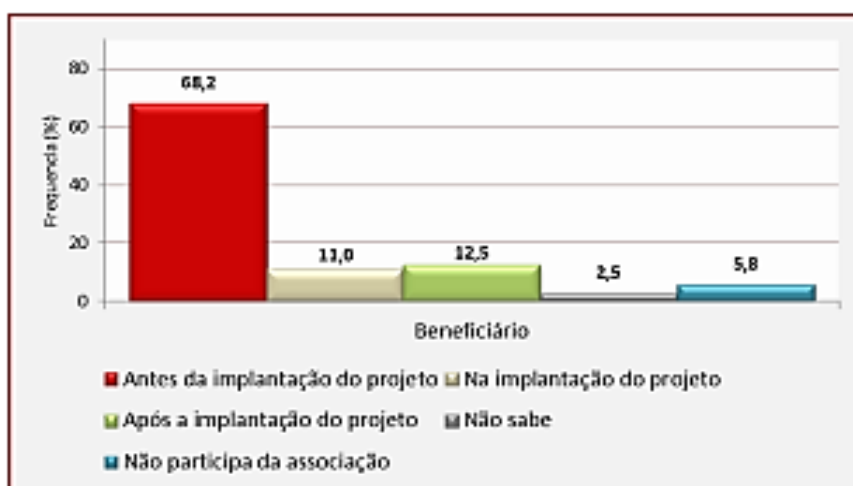
Esses dados corroboram a observação de que o associativismo tem sido impulsionado por programas de desenvolvimento rural, entre os quais o Produzir, através das associações comunitárias condicionadas.

Em geral, as associações são formadas com objetivo de reivindicar e receber benefícios, mesmo deixando entender que um elevado percentual dos beneficiários estivesse vinculado a essas associações antes da entrega dos benefícios, de fato.

A Figura 11 mostra que, em 2013, 68% dos beneficiários tinham, de fato, entrado para a associação antes do projeto e outros 23%, durante ou após a implantação do projeto (UNICAMP, 2014), por isso, não se pode considerar esse

último percentual como um indicador de aumento líquido do número de associados atraídos pelo projeto e, portanto, um aumento do associativismo causado pelo Produzir, embora possa ser lido como crescimento de um dos parâmetros afirmativos de Capital Social.

**Figura 11 – Momento de Entrada dos Domicílios Beneficiários para a Associação**



Fonte: UNICAMP, 2014.

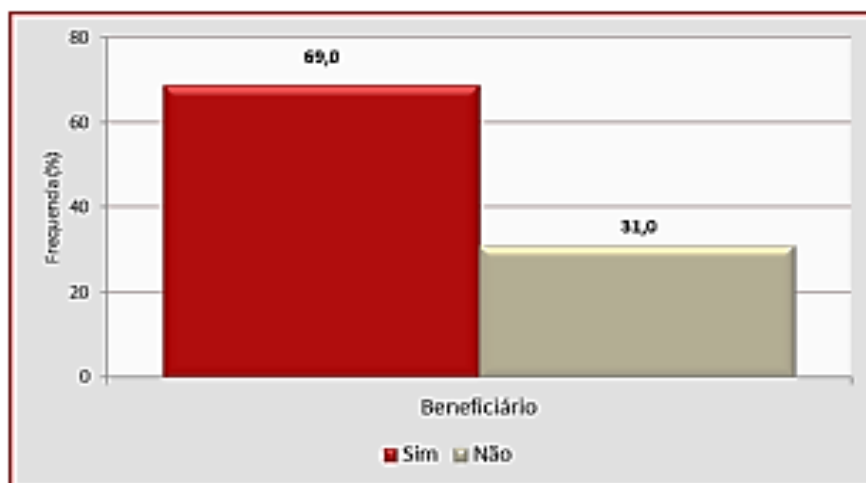
Houve movimento de entrada e saída de sócios das associações naquelas comunidades, se considerando, dessa forma, apenas um aumento líquido de novos componentes da associação, dos beneficiários de 2013. Entretanto, se considerou de forma positiva o possível benefício da renovação do interesse e da assertividade, através dos novos componentes associados (UNICAMP, 2014).

Dos beneficiários, 69% declararam ter participado das reuniões para a definição do projeto, conforme Figura 12, sendo esta estimativa similar ao percentual de pessoas que se associaram antes do projeto se efetivar, de fato. Ou seja, 68%, significando que, quase todas as pessoas que participaram das reuniões de apresentação do projeto e da explicação da necessidade de se associar para receber os mesmos, se associaram antes da efetivação desses projetos (UNICAMP, 2014).

Entretanto, entendeu-se que houve uma mobilização das pessoas das comunidades, a partir da iniciativa de cima para baixo, ou seja, na condição de entrega dos benefícios do projeto. Apesar disso, 31% das pessoas não participaram da

reunião de escolha do projeto (UNICAMP, 2014), possivelmente por não acreditar na possibilidade de efetivação desse projeto.

**Figura 12 – Participação de Domicílio Beneficiário em Reunião de Escolha do Projeto**



Fonte: UNICAMP, 2014.

Após a implantação do Produzir III, apesar de não ter acabado o movimento das pessoas em torno do processo de execução do mesmo, houve uma queda na mobilização de pessoas. 31% das associações não realizaram reuniões no ano de 2013, confirmando o declínio da quantidade de reuniões, se comparado ao período do início da realização do projeto. (UNICAMP, 2014).

Em 2013, apenas 39% dos beneficiários declararam ter participado de todas as reuniões em 2013, enquanto 46% declararam ter ido a apenas algumas reuniões, sendo que 15% afirmaram não ter ido a nenhuma reunião nesse ano, ou seja, após a entrega dos benefícios do projeto (UNICAMP, 2014), demonstrando um retorno gradativo daquelas comunidades para o perfil individualista anterior ao projeto.

Dos beneficiários, 19% declararam não ter havido reunião em 2013, enquanto que 41% dos beneficiários declararam não se considerarem bem informados sobre as atividades das associações, e isso foi considerado no relatório de pesquisa como descaracterização de um nível maior de mobilização e formação de Capital Social (UNICAMP, 2014). Apesar disso, entende-se nesta tese que a ausência de Capital Social já havia sido configurada desde o início de todo esse processo de indução a um associativismo condicionado.

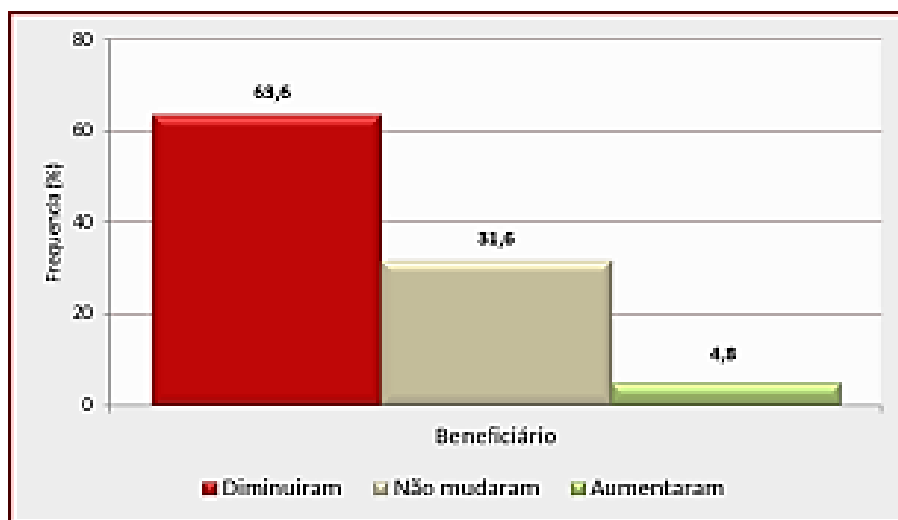
Paradoxalmente, a partir desses resultados, o relatório final atestou que o Produzir estimulou a criação de Capital Social antes que os domicílios recebessem os projetos, e que, nesse sentido, a institucionalidade do programa havia sido fundamental para esse impacto positivo, que haveria um saldo positivo na formação do Capital Social, mesmo revelando que, após o impulso original do projeto, o perfil de cooperação perde força e há um recuo, dito natural, na mobilização (UNICAMP, 2014). A afirmação do relatório não abrange a maioria dos critérios de conceituação teórica do Capital Social, bem como da conceituação seguida pelo Banco Mundial, como será visto à frente.

A associação levou benefícios além do projeto, segundo 51% dos beneficiários, que são relacionados à infraestrutura das comunidades, como poços e cisternas, energia elétrica, redes de abastecimento de água, treinamento de pessoas e organizações para acesso a crédito rural e aquisição de equipamentos complementares ligados a projetos produtivos (UNICAMP, 2014).

No decorrer da análise dos impactos do Produzir III, o relatório afirmou que, mesmo com o “progresso” na formação do Capital Social para cerca da metade dos beneficiários, ainda existia outra metade em que suas associações não foram capazes de se mobilizarem para ter acesso a esses benefícios adicionais. Daí o relatório concluiu que o Capital Social poderia ser restringido, ou mesmo sofrer alguma regressão, quando os processos decisórios internos das associações e/ou a gestão dos projetos criassem conflitos ou acirrassem conflitos então iminentes (UNICAMP, 2014), considerando, numa interpretação equivocada, o poder democrático da diversidade de opiniões como um bloqueador do Capital Social.

A Figura 13 mostra que para apenas 5% dos beneficiários os problemas na comunidade aumentaram com o trabalho realizado pela associação e para 63% os problemas diminuíram (UNICAMP, 2014).

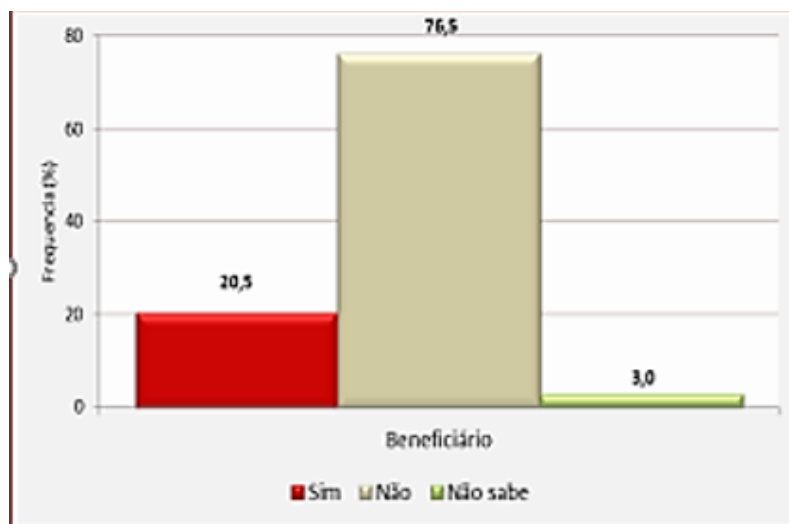
**Figura 13 – Ocorrência de Problemas na Comunidade pelo Trabalho da Associação Beneficiária na Percepção dos Entrevistados**



Fonte: UNICAMP, 2014.

No Figura 14, observou-se que para 76% dos beneficiários não houve problemas durante e/ou após a instalação do projeto, na entrega da construção dos sanitários, das cisternas, do maquinário agrícola, etc. Apenas 20% manifestaram ter havido algum problema, que incluíam problemas técnicos relacionados aos projetos (rachaduras, vazamentos, inadequação e quebra de equipamentos, projeto inconcluso, etc.) e problemas relacionados à gestão e conflitos políticos nas associações, como (má administração, poucos utilizam o projeto, inexperiência do presidente, divergência de opiniões, problemas com a empreiteira, etc.) (UNICAMP, 2014).

**Figura 14 - Ocorrência de Problemas Durante e Após Instalação do Projeto**

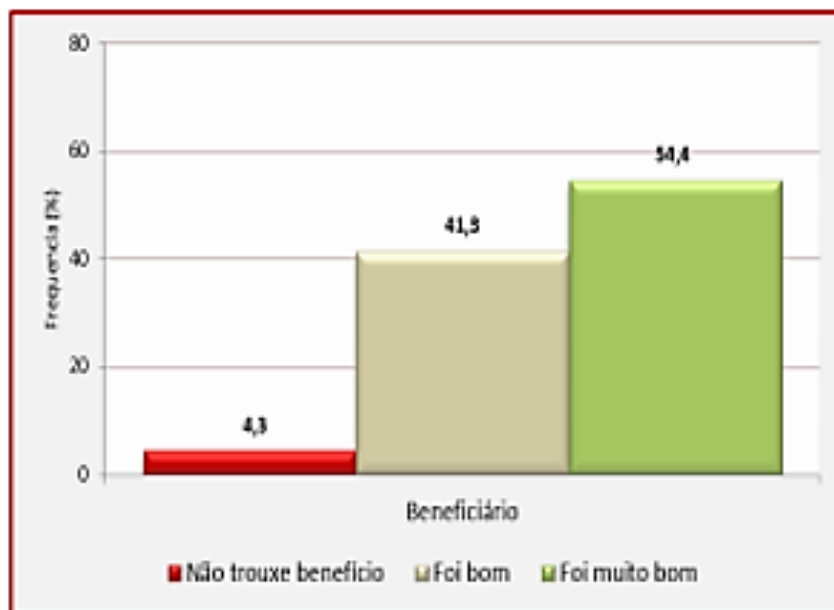


Fonte: UNICAMP, 2014

Percebeu-se que boa parte dos beneficiários, mesmo insatisfeitos com algum detalhe do projeto, optou por se calar. Entretanto, aqueles 20% que se manifestaram, assumiram o risco de possíveis perdas posteriores, mas demonstraram um perfil mais semelhante ao de sociedades com Capital Social.

A partir do fato dessas ocorrências terem sido percebidas por apenas 20% dos beneficiários, entendeu-se que, não se podia afirmar que o Produzir gerou conflitos que prejudicaram significativamente o programa, em seu contexto mais amplo. De fato, 96% dos beneficiários avaliaram o projeto como bom ou muito bom, conforme Figura 15 (UNICAMP, 2014).

**Figura 15 - Avaliação do Projeto na Percepção dos Domicílios Beneficiários**



Fonte: UNICAMP, 2014

O fato percebido, até aqui, é que toda a dinâmica de impulsionamento das comunidades rurais para resolver as suas demandas comunitárias circulou ao redor do projeto, com incentivo de cima para baixo, para estimular um perfil comunitário, condizente com espaços com Capital Social.

Entretanto, os espaços onde o Capital Social está presente, tem diversas outras características nas suas relações sociais, conforme visto no capítulo 3, que estão dentro de todas as Dimensões do Capital Social e que se revelam, principalmente através do engajamento da sociedade civil, de baixo para cima na escala social, perfil que não se encontra com facilidade em espaços rurais pobres, como no Semiárido Baiano, que será analisado no próximo sub-capítulo.

#### **4.2 Semiárido Baiano e os Municípios Analisados Receptores dos PCPR**

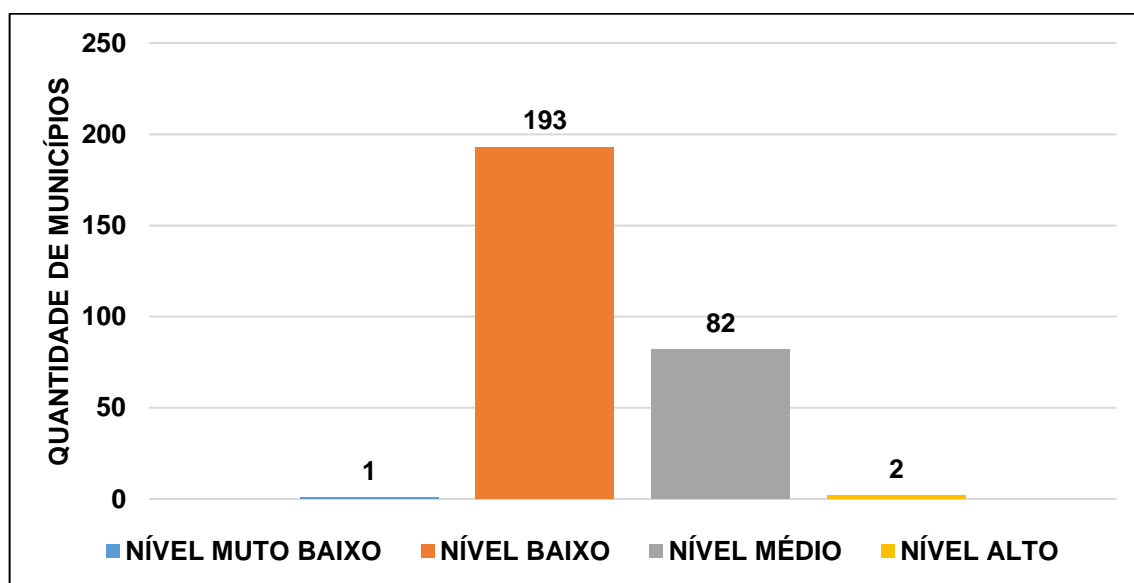
A fim de se conhecer um pouco do Semiárido Baiano, bem como dos espaços receptores do PCPR, ora analisados pela avaliação da UNICAMP e que deram origem a esta tese, descreve-se os mesmos aqui, no período de duração do programa, com informações que permitam vislumbrar a possibilidade ou impossibilidade de se utilizar a Teoria do Capital Social na análise dos mesmos.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M se classifica da seguinte maneira:

- Muito Alto – 0,800 a 1,000
- Alto – 0,700 a 0,799
- Médio – 0,600 a 0,699
- Baixo – 0,500 a 0,599
- Muito Baixo – 0,000 a 0,499

Dos 278 municípios do Semiárido Baiano pouco mais de 69% se encontram com um nível baixo de IDH-M, enquanto pouco mais de 29% demonstram nível médio de IDH-M, conforme Gráfico 2.

**Gráfico 2 - IDH-M dos Municípios do Semiárido Baiano - 2010**



Elaborado: Edith Ornellas, 2018  
Fonte: Atlas D.H. Brasil, 2013.

As exceções que se apresentam com alto nível de IDH-M no Gráfico 2, que são os municípios de Barreiras, Imagem 29 e Feira de Santana, Imagem 30, as quais possuem reconhecida produção de grãos e vasto pólo de comércio e indústrias, respectivamente, sendo referência em todo o estado da Bahia, mesmo se comparados com os municípios situados fora do Semiárido. Porém, isso não significa que a desigualdade não esteja ali, como será visto adiante (IBGE, 2018).

**Imagem 29 - Barreiras-Bahia - 2017**



Fonte: VisiteoBrasil, 2017

**Imagem 30 - Feira de Santana-Bahia - 2014**



Fonte: Jornal Grande Bahia, 2014

O Semiárido Baiano tem características específicas, que as define diferente de todos os outros territórios brasileiros, tanto em questões climáticas, quanto econômicas e sociais (NASCIMENTO, 2010); (OLIVEIRA, 2015), bem visíveis em

muitos espaços, conforme Imagem 31, e que fazem parte de um conjunto de características completamente distante das sociedades onde se tem o Capital Social.

### **Imagem 31 - Semiárido Baiano**



Fonte: BRITTO, 2012

Porém, há um município que se destaca há décadas, por ter desenvolvido perfil de cooperação e de significativa coesão social, o município de Valente, região do sisal, que atravessou metade do século trabalhando e se articulando em prol do desenvolvimento local, conforme (VIEIRA, 2006); (NASCIMENTO, 2008), desde a década de 1960, conforme Araújo (2005, p. 54):

Na década de 60, chegou à Valente o movimento religioso da Igreja Católica que tinha como propósito a conscientização através dos seus princípios. Tais ideais eram mais divulgados na população da zona rural, em especial, os pequenos agricultores, induzindo-os a buscarem melhores condições de vida e sobrevivência com o ambiente local. Foi a partir desse sentimento de mudança que a Associação dos Pequenos Agricultores de Valente (APAEB) começou a ser idealizada (ARAÚJO, 2005, p. 54).

Apesar do perfil pautado na cooperação, não significa ser essa sociedade passível de ser avaliada com base na Teoria do Capital Social, como milenares cidades da Europa. São construções históricas completamente diferentes, em tempos e espaços diferentes, bem como governos com atuação e objetivos diferentes.

Conforme Nascimento (2008):

[...] a estiagem, ela incorpora modos e técnicas de saber-fazer capitaneadas por governos, organizações e atores locais que refletem contextos

socioespaciais específicos e interesses em disputa em torno da questão do desenvolvimento. Os governos, atores e organizações são entendidos como “portadores de projetos”, nem sempre convergentes, que disputam estratégias de desenvolvimento em escalas espaciais quase sempre sobrepostas (NASCIMENTO, 2008, p.23).

A partir dessa afirmação de Nascimento (2008), salienta-se que não se constatou, a partir das análises teóricas dos perfis de sociedades com Capital Social, bem como, nos países em desenvolvimento avançado, um perfil de disputa de projetos. Os contextos do Semiárido são específicos, assim como “os modos e técnicas de saber-fazer” também o são (NASCIMENTO, 2008, p. 23), logo os resultados de tais projetos também se mostram condizentes com todo esse arcabouço de especificidades.

As lutas por melhores condições de vida no Semiárido Baiano são reconhecidamente mais difíceis do que em outras áreas do país, não somente pelo clima e solo castigados pelo processo natural das longas estiagens, mas também pela forma de gerir os recursos públicos de forma desigual (VIEIRA, 2006); (NASCIMENTO, 2008).

Conforme Nascimento (2008):

[...] as estratégias de sobrevivência nascidas em meio à rígida estrutura fundiária mantida até hoje vêm revelar as carências do semi-árido baiano, por causa das condições adversas impostas aos agricultores familiares pela falta políticas públicas apropriadas ao enfrentamento da aridez do clima, escassez de água, insuficiência de renda, baixa escolaridade, falta de infra-estrutura física e social básica, etc. (NASCIMENTO, 2008, p. 35-36).

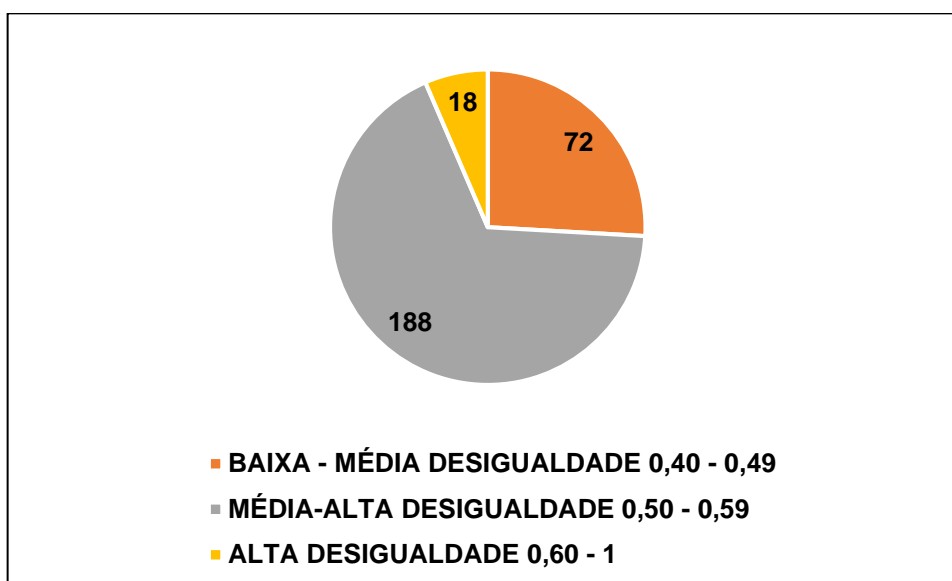
A seca e o estado de precariedade nesse território são utilizados, muitas vezes, para justificar uma política assistencialista e para viabilizar um enriquecimento ilícito de políticos e de muitas pessoas com maior poder aquisitivo do que a maior parte da população, se aproveitando da escassez de água, de alimentos, bem como de outras mazelas sociais nesse território (RIOS; SANTOS FILHO, 2009).

Apesar desses aspectos negativos, entretanto, algumas condições positivas vêm acontecendo, a partir de programas de melhorias das estruturas e dos processos rurais, ao longo dos anos, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste – POLONORDESTE, Programa de Apoio ao Pequeno Produtor – PAPP, que faz parte do POLONORDESTE, o próprio PCPR que contém o Produzir III, entre outros. E, conforme ONU (2018), recentemente lançado pela Organização das

Nações Unidas – ONU, em 2018, o programa Semear Internacional, que é a “capacitação para uma gestão com base em resultados e melhoria contínua de inovações em políticas públicas para o combate da pobreza rural no Nordeste brasileiro”, que o próprio nome/descrição define o objetivo, de preparar pessoas para trabalhar no combate à pobreza rural.

Medindo-se essa pobreza rural, pelo Índice de Gini da renda domiciliar per capita, conforme Gráfico 3, o Semiárido Baiano possui 68% dos seus municípios num nível “médio-alto de desigualdade”<sup>33</sup>, enquanto 26% estão num patamar de “baixa-média desigualdade”, e 6% se encontram em “alta desigualdade”. Dentre os piores municípios nessa classificação, encontra-se o município de Feira de Santana, o qual se destaca num alto nível de IDH-M, demonstrando que ambos os índices podem não ter relação direta entre si (DATASUS, 2010); (ATLAS D. H. BRASIL, 2013).

**Gráfico 3 - Número de Municípios do Semiárido Baiano na Classificação do Índice de Gini da Renda Domiciliar Per Capita para Nível de Desigualdade - 2010**



Elaborado: Edith Ornellas, 2018  
Fonte: DATASUS, 2010

Esses municípios têm condições climáticas e geográficas que dificultam a agropecuária e são distantes dos grandes centros de crescimento econômico. São espaços que abrigam extrema pobreza, principalmente na área rural, o que estimula

<sup>33</sup>Elaboração de nomenclatura da classificação pela autora.

o êxodo rural e contribui para o aumento dos problemas estruturais nas grandes cidades (VIEIRA, 2006); (NASCIMENTO, 2008).

O Produzir III atendeu na região desses municípios a um total de 80 municípios, com 625 projetos, em 52.138 domicílios (UNICAMP, 2014), dos quais cinco são descritos a seguir.

### **a) Anguera**

Anguera, Imagem 32, dista 153 km da Capital, Salvador, é um município que fica na microrregião de Feira de Santana, e mesorregião do Centro Norte Baiano, (UNICAMP, 2014); (CIDADE-BRASIL, 2016).

#### **Imagem 32 – Parcial do Município de Anguera-Ba.**



Fonte: Blog ANGUERA ONLINE, 2018.

Apesar de ter um Índice de Desenvolvimento Humano baixo, de 0,589 em 2010, a Longevidade é quem tem a participação mais positiva nesse índice, com taxa de 0,766. Entre os anos de 2000 e 2010, a população alcançou uma taxa média anual de crescimento de – 1,81%, consideravelmente menor do que a média brasileira no mesmo período, que foi de 1,17%. A taxa de urbanização no município entre os anos de 2000 a 2010, mudou de 40,39% para 42,24%, conforme Atlas D. H. Brasil (2013).

## **b) Baixa Grande**

Baixa Grande, Imagem 33, distante 254km da capital, Salvador, está localizado na microrregião de Feira de Santana, e mesorregião do Centro Norte Baiano (UNICAMP, 2014); (CIDADE-BRASIL, 2016).

**Imagem 33 – Parcial do Município de Baixa Grande-Ba.**



Fonte: Blog VANDERUNEB2011, 2013.

Seu Índice de Desenvolvimento Humano é baixo, 0,585, em 2010, a Longevidade é quem tem uma participação positiva nesse índice, com taxa de 0,775. Entre os anos de 2000 e 2010, a população alcançou uma taxa média anual de crescimento de – 0,67%, abaixo da média brasileira no mesmo período, que foi de 1,17%. A taxa de urbanização no município entre os anos de 2000 a 2010, mudou de 37,96% para 41,57%, conforme Atlas D. H. Brasil (2013).

### c) Pintadas

Pintadas, na Imagem 34, está situada a 268 km de Salvador, na microrregião de Feira de Santana, e mesorregião do Centro Norte Baiano (UNICAMP, 2014); (CIDADE-BRASIL, 2016).

**Imagem 34 – Parcial do Município de Pintadas-Ba.**



Fonte: PINTADAS, 2017

Seu Índice de Desenvolvimento Humano é baixo, com uma taxa de 0,612, em 2010, porém a Longevidade é quem tem uma participação positiva nesse índice, com taxa de 0,765. Entre os anos de 2000 e 2010, a população alcançou uma taxa média anual de crescimento de – 0,18%, menor do que a média brasileira no mesmo período, que foi de 1,17%. A taxa de urbanização no município entre os anos de 2000 a 2010, passou de 38,72% para 56,47%, conforme Atlas D. H. Brasil (2013).

#### **d) Riachão do Jacuípe**

Riachão do Jacuípe, Imagem 35, localizada a 208 km de Salvador, na microrregião de Serrinha, e mesorregião do Nordeste Baiano (UNICAMP, 2014); (CIDADE-BRASIL, 2016).

#### **Imagem 35 – Parcial do Município de Riachão do Jacuípe-Ba.**



Fonte: Riachão Notícias, 2012

Seu Índice de Desenvolvimento Humano é baixo, de 0,628, em 2010, porém a Longevidade é quem tem uma participação positiva nesse índice, com taxa de 0,755. Entre os anos de 2000 e 2010, a população alcançou uma taxa média anual de crescimento de – 0,23%, menos do que a média brasileira no mesmo período, que foi de 1,17%. A taxa de urbanização no município entre os anos de 2000 a 2010, passou de 48,04% para 59,87%, conforme Atlas D. H. Brasil (2013).

### e) Serra Preta

Serra Preta, Imagem 36, que fica a 172 km de Salvador, está localizado na microrregião de Serrinha, e mesorregião do Nordeste Baiano (UNICAMP, 2014); (CIDADE-BRASIL, 2016).

**Imagem 36 – Parcial do Município de Serra Preta-Ba.**



Fonte: Serra Preta-Bahia/Facebook, 2018

Seu Índice de Desenvolvimento Humano é baixo, de 0,566, em 2010, porém a Longevidade é quem tem uma participação positiva nesse índice, com taxa de 0,732. Entre os anos de 2000 e 2010, a população alcançou uma taxa média anual de crescimento de -1,55%, bem menos do que a média brasileira no mesmo período, que foi de 1,17%. A taxa de urbanização no município entre os anos de 2000 a 2010, passou de 31,60% para 44,93%, conforme Atlas D. H. Brasil (2013).

Os municípios dessa área da Bahia, estão situados na Mesorregião do Centro-Norte Baiano, conforme IBGE (2008). Essa área está dentro do Semiárido Baiano, possuindo semelhantes clima e solo, ou seja, seco e de estiagem, bem como semelhante distribuição das populações rural e urbana.

Apesar da população urbana em dois desses municípios ser maior do que a rural, não exibem significativas diferenças da concentração urbana, e a semelhança na configuração do espaço rural prevalece em todos esses municípios, como pode ser perceptível em suas pequenas áreas de paisagem urbana<sup>34</sup> e imensas áreas de paisagem rural<sup>35</sup>.

#### 4.2.1 Distribuição da População Rural e Urbana

Conforme Tabela 1, com base no IBGE (2010), a distribuição da população rural e urbana nesses 5 municípios demonstra um maior número de pessoas nas áreas rurais, em três dos cinco municípios. Salienta-se que o estado da Bahia, em dados de 2010, possuía em áreas rurais 3.914.430 pessoas, enquanto em áreas urbanas, 10.102.476 pessoas.

**Tabela 1 - População Total, Urbana e Rural dos Municípios Baianos Anguera, Baixa Grande, Pintadas, Riachão do Jacuípe e Serra Preta em 2010**

Municípios	População		
	Total	Pop. Urbana	Pop. Rural
<b>Anguera</b>	10.242	4.326	5.916
<b>Baixa Grande</b>	20.060	8.338	11.722
<b>Pintadas</b>	10.342	5.840	4.502
<b>R. do Jacuípe</b>	33.172	19.860	13.312
<b>Serra Preta</b>	15.401	6.920	8.481

Elaborado: Edith Ornellas, 2017

Fonte: IBGE, 2010

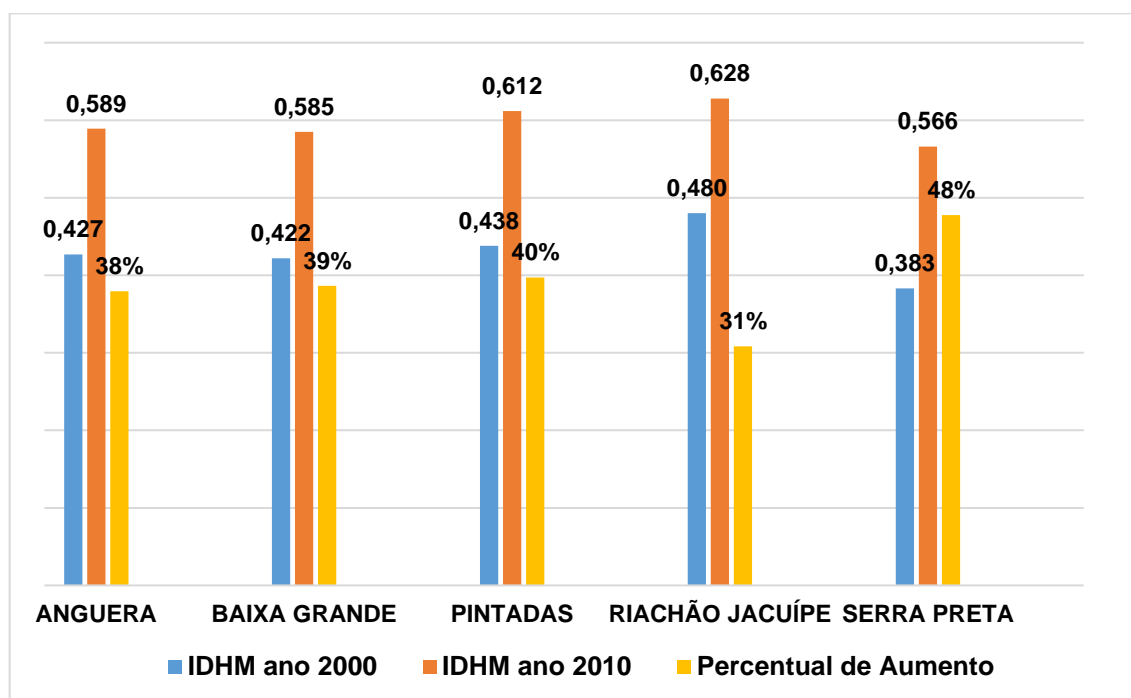
#### a) Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

Conforme o Gráfico 4, pode-se acompanhar o crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, num período próximo ao período de execução do Produzir III. O estado da Bahia teve um IDH de 0,660, nesse período, sendo significativamente acima dos índices dos municípios pesquisados.

<sup>34</sup> Na paisagem urbana “destacam-se os prédios, o trânsito de veículos automotores e a concentração de pessoas”, bem como a “poluição do ar”, poluição sonora e visual (DINÂMICA AMBIENTAL, 2015).

<sup>35</sup> Na paisagem rural “predominam áreas verdes, com bastante árvores e vegetações. A fauna é mais diversificada, incluindo animais silvestres e domesticados”. Bem como, dispõe de menor aglomeração de pessoas (DINÂMICA AMBIENTAL, 2015).

**Gráfico 4 - IDHM com Percentuais de Aumento dos Municípios Baianos de Anguera, Baixa Grande, Pintadas, R. do Jacuípe, Serra Preta – 2000/2010**



Elaborado: Edith Ornellas, 2017  
 Fonte: Atlas D.H. Brasil, 2013

Nos 10 anos de intervalo, representados no Gráfico 4, o Produzir III se fez presente em 8 anos, ou seja, de 2003 a 2010, mas o programa se estendeu até 2012 (UNICAMP, 2014).

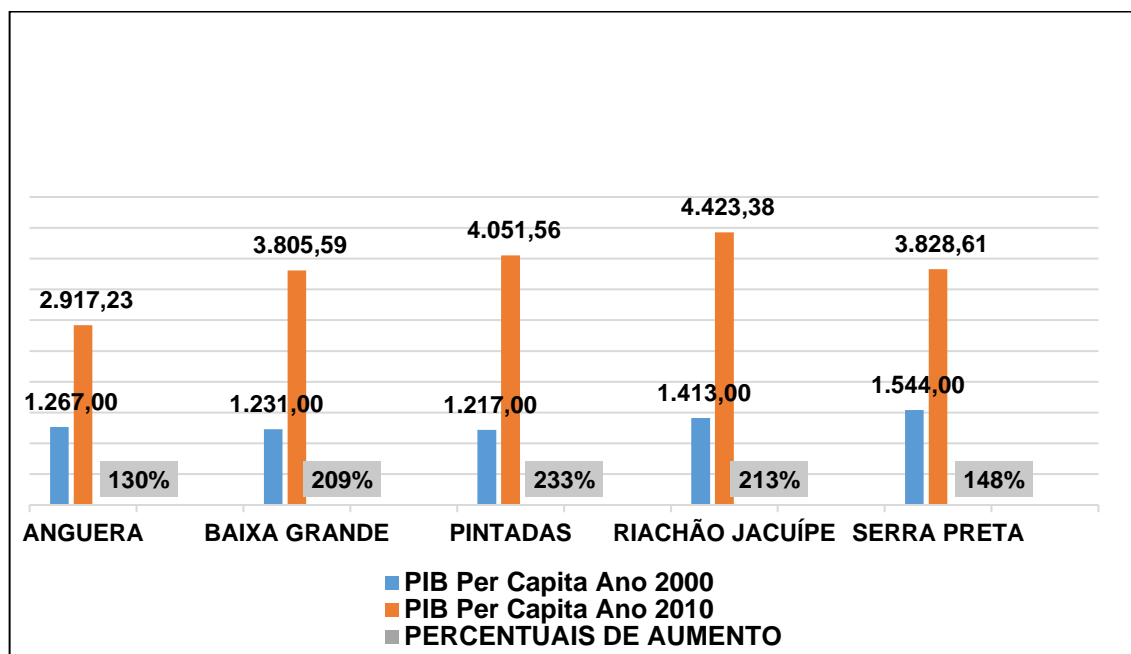
O crescimento do IDH-M nesse período, considerando-se a composição deste índice: Longevidade, Renda e Educação, em todos os 5 municípios, teve a Educação como componente de menor crescimento. A Longevidade foi o índice de maior destaque, seguido pela Renda, conforme Atlas D. H. Brasil (2013).

#### **4.2.2 Perfil Econômico**

##### **a) PIB Per Capita**

O PIB per capita do estado da Bahia registrava R\$ 13.557,74, no ano de 2010, quase a metade da média brasileira, no mesmo período, de R\$ 26.441,76, conforme, IBGE, (2012), enquanto os municípios pesquisados só alcançavam menos da metade do índice estadual, conforme Gráfico 5.

**Gráfico 5 - PIB Per Capita com Percentuais de Aumento dos Municípios Baianos de Anguera, Baixa Grande, Pintadas, R. do Jacuípe, Serra Preta - 2000/2010**



Elaborado: Edith Ornellas, 2017

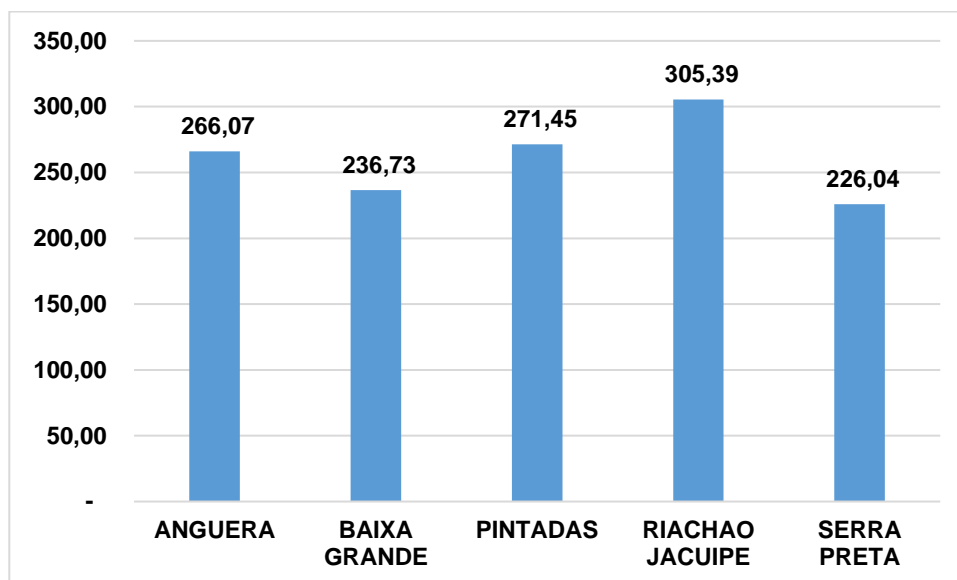
Fonte: IBGE, 2012

Verifica-se que o PIB per capita desses municípios do Semiárido Baiano cresceu, mostrando crescimento econômico nesses 10 anos. Porém, apesar desses índices positivos, não se pôde verificar uma igualitária distribuição de renda através da renda domiciliar per capita.

#### **b) Renda Domiciliar Per Capita**

O estado da Bahia, em 2009, possuía uma renda domiciliar per capita de R\$ 413,34, segundo o IPEA, (2012), enquanto os municípios pesquisados estavam muito abaixo do nível estadual, chegando próximo da metade da renda estadual, conforme Gráfico 6.

**Gráfico 6 - Renda Domiciliar Per Capita dos Municípios Baianos de Anguera, Baixa Grande, Pintadas, Riachão do Jacuípe e Serra Preta - 2010**



Elaborado: Edith Ornellas, 2017  
Fonte: Brasil, 2010

**c) Áreas Plantadas ou Destinadas à Colheita em Lavouras Temporárias e Permanentes**

Na área da agricultura, o estado da Bahia, nos índices de Lavoura Temporária e Permanente (áreas plantadas ou destinadas à colheita), variou de quase 5 milhões de hectares em 2005, a quase 4,5 milhões de hectares em 2012, demonstrando uma queda sensível entre as áreas plantadas e colhidas, de acordo com a estiagem.

A sazonalidade estadual se mostrou também decrescente diante da variação dos índices dos municípios pesquisados, entretanto, no Semiárido Baiano o declínio de 2012 destes municípios foi mais evidente do que o declínio estadual, conforme Tabela 2.

**Tabela 2 - Lavoura Temporária e Permanente, Plantada ou Destinada à Colheita, por Hectare (Ha) nos Municípios Baianos de Anguera, Baixa Grande, Pintadas, Riachão do Jacuípe e Serra Preta – 2005 a 2012**

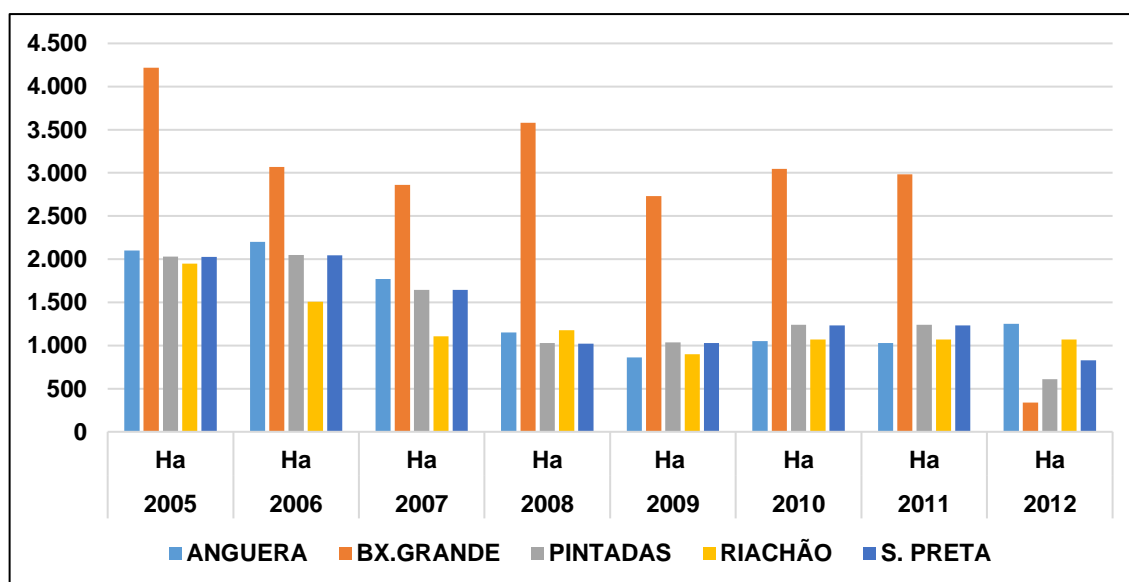
MUNICÍPIOS	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
	Ha	Ha	Ha	Ha	Ha	Ha	Ha	Ha
ANGUERA	2.100	2.200	1.770	1.150	860	1.050	1.030	1.250
BX.GRANDE	4.220	3.070	2.860	3.580	2.730	3.045	2.985	340
PINTADAS	2.030	2.050	1.643	1.030	1.035	1.240	1.240	610
RIACHÃO	1.948	1.508	1.108	1.178	898	1.070	1.070	1.070
S. PRETA	2.026	2.046	1.645	1.020	1.030	1.233	1.233	830

Elaborado: Edith Ornellas, 2017

Fonte: SIDRA/IBGE, 2015

Na ilustração do Gráfico 7, pode-se perceber o declínio das terras destinadas ao plantio na maioria dos municípios, bem como uma leve ascensão, entre 2008 e 2011, voltando a cair após esse período.

**Gráfico 7 - Lavoura Temporária e Permanente, Plantada ou Destinada à Colheita, por Hectare (Ha), nos Municípios Baianos de Anguera, Baixa Grande, Pintadas, Riachão do Jacuípe e Serra Preta - 2005 a 2012**



Elaborado: Edith Ornellas, 2017

Fonte: SIDRA/IBGE, 2015

As variações no Gráfico 7, anterior, parece ter relação direta com os períodos de seca e de estiagem naquele espaço, conforme a Figura 16, percebendo-se que um

período de grande pico de estiagem e estado de emergência no Semiárido Baiano confirma o maior déficit de plantio nesses municípios do Semiárido Baiano.

Salienta-se que, conforme o Gráfico 7 e a Figura 16, essas pequenas variações na relação entre as áreas destinadas ao plantio e esses registros de seca e estiagem, também podem ter sido influenciado por outras variáveis, como por exemplo: prazo de liberação da Bolsa Estiagem, um valor complementar para as pessoas de baixa renda na época e nos espaços de maior escassez de chuvas; retomada do crescimento da economia local após algum período de chuvas; entre outros.

**Figura 16 – Número de Municípios e População Afetada pela Seca e Estiagem por Estado Brasileiro, com Reconhecimento de Situação de Emergência - 2012**

ESTADOS	POPULAÇÃO AFETADA*	MUNICÍPIOS COM RECONHECIMENTO DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA POR ESTIAGEM E SECA EM 2012** (GOVERNO FEDERAL)
AL	458.042	36
BA	2.943.154	258
CE	2.026.058	174
MG	548.880	117
PB	918.666	196
PE	1.184.824	115
PI	1.116.803	187
RN	500.000	142
SE	104.209	18
<b>TOTAL</b>	<b>9.800.636</b>	<b>1.243</b>

Fonte: BRASIL, 2013.

#### **d) Áreas Colhidas em Lavouras Temporárias e Permanentes**

Ainda na área da agricultura, o estado da Bahia, nos índices de Lavoura Temporária e Permanente (áreas colhidas em hectares), variou de pouco mais que

4,5 milhões de hectares em 2005, a quase 4 milhões de hectares em 2012, o mesmo ano da situação de emergência do Semiárido.

**Tabela 3 - Lavoura Temporária e Permanente Área Colhida, por Hectare (Ha), dos Municípios Baianos de Anguera, Baixa Grande, Pintadas, Riachão do Jacuípe e Serra Preta - 2005 a 2012**

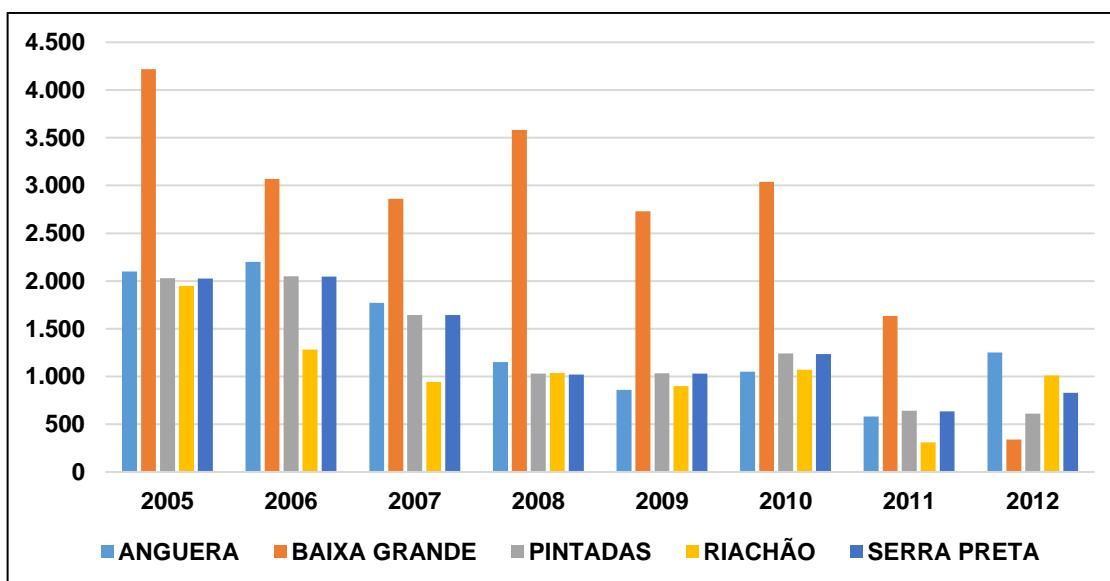
MUNICÍPIOS	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
	Ha	Ha	Ha	Ha	Ha	Ha	Ha	Ha
ANGUERA	2.100	2.200	1.770	1.150	860	1.050	580	1.250
BX.GRANDE	4.220	3.070	2.860	3.580	2.730	3.040	1.635	340
PINTADAS	2.030	2.050	1.643	1.030	1.035	1.240	640	610
RIACHÃO	1.948	1.283	943	1.038	898	1.070	310	1.010
S. PRETA	2.026	2.046	1.645	1.020	1.030	1.233	633	830

Elaborado: Edith Ornellas, 2017

Fonte: SIDRA/IBGE, 2015

Na ilustração do Gráfico 8, pode-se perceber o declínio da quantidade de hectares de terra colhidos, em todos os municípios, bem como uma leve redução na velocidade deste declínio, entre 2008 e 2010, voltando a cair significativamente após esse período, como consequência da extrema seca e estiagem.

**Gráfico 8 - Lavoura Temporária e Permanente Destinada à Colheita, por Hectare (Ha), dos Municípios Baianos de Anguera, Baixa Grande, Pintadas, Riachão do Jacuípe e Serra Preta - 2005 a 2012**



Elaborado: Edith Ornellas, 2017

Fonte: SIDRA/IBGE, 2015

### e) Valor da Produção Agrícola

Entre os anos analisados, de 2005 a 2012, o estado da Bahia passou de 6,5 bilhões de reais na produção agrícola, para mais de 12,5 bilhões de reais, correspondendo a quase 100% de aumento da produção em reais em 8 anos, entretanto, nos municípios pesquisados, mesmo com crescimento em alguns anos, de 2005 a 2012 houve uma significativa redução do valor da produção agropecuária, conforme Tabela 4, denunciando um espaço com demandas climáticas, ambientais e socioeconômicas, retrato da pobreza rural, não possuidora de Capital Social.

**Tabela 4 - Valor da Produção Agropecuária em 1.000 reais de Anguera, Baixa Grande, Pintadas, Riachão do Jacuípe e Serra Preta - 2005 a 2012**

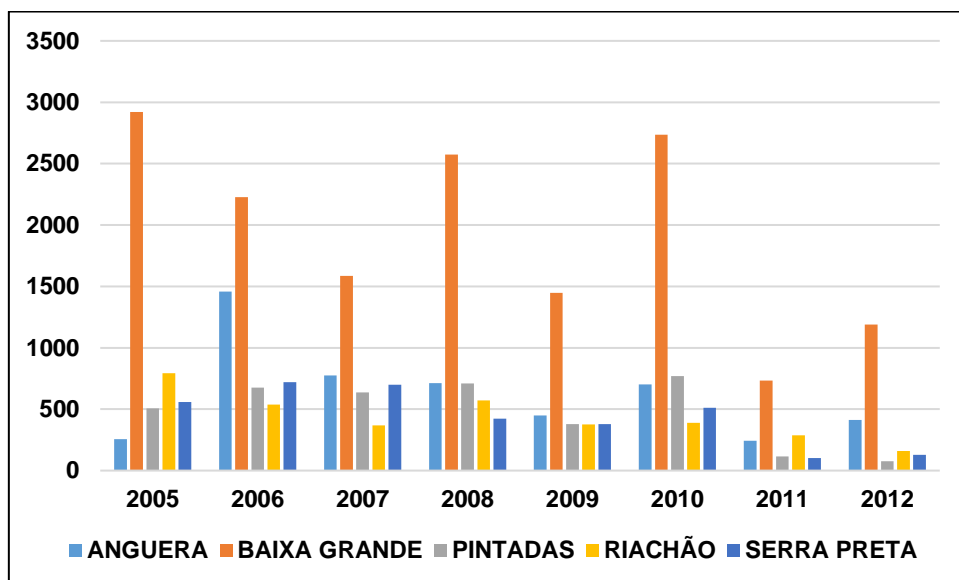
MUNICÍPIOS	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>ANGUERA</b>	256	1.458	774	712	450	703	243	412
<b>BAIXA GRANDE</b>	2.922	2.227	1.587	2.574	1.447	2.736	733	1.190
<b>PINTADAS</b>	507	675	637	709	378	769	115	75
<b>RIACHÃO</b>	793	538	367	572	377	389	286	160
<b>SERRA PRETA</b>	559	721	698	423	379	511	103	129

Elaborado: Edith Ornellas, 2017

Fonte: SIDRA/IBGE, 2015

Através do Gráfico 9, percebe-se que houve uma queda no valor faturado, em reais, mesmo que ocasionalmente a produção se reerguendo, mas voltou a cair até o ano de 2012. Não se alcançou significativa produção que equilibrasse o faturamento, como nos meses anteriores, mais uma vez mostrando um espaço fragilizado economicamente, conseqüentemente ausente de Capital Social.

**Gráfico 9 - Valor da Produção Agropecuária em 1.000 reais nos Municípios Baianos de Anguera, Baixa Grande, Pintadas, Riachão do Jacuípe e Serra Preta - 2005 a 2012**



Elaborado: Edith Ornellas, 2017  
 Fonte: SIDRA/IBGE, 2015

#### 4.2.3 Perfil de Cooperação (Associações e Cooperativas)

O estado da Bahia possui o registro de 760 associações, em diversos segmentos, bem como 659 cooperativas, em diversas áreas de mercado, conforme (INFOBEL, 2017) e (OCB, 2012), respectivamente. Percebe-se que a quantidade de associações nos municípios pesquisados representa, em um único município, fatia de até 5% da quantidade de associações de todo o estado, conforme Tabela 5, apesar de não terem sido encontrados registros de cooperativas nesses municípios, conforme Bahia Cooperativo (2017).

**Tabela 5 – Número de Associações de Segmentos Rurais nos Municípios  
Baianos de Anguera, Baixa Grande, Pintadas, Riachão do Jacuípe e Serra Preta  
- 2017**

<b>LOCAL</b>	<b>Nº DE ASSOCIAÇÕES</b>
<b>Anguera</b>	13
<b>Baixa Grande</b>	31
<b>Pintadas</b>	20
<b>Riachão Jacuípe</b>	36
<b>Serra Preta</b>	31

Elaborado: Edith Ornellas, 2017

Fonte: INFOBEL, 2017

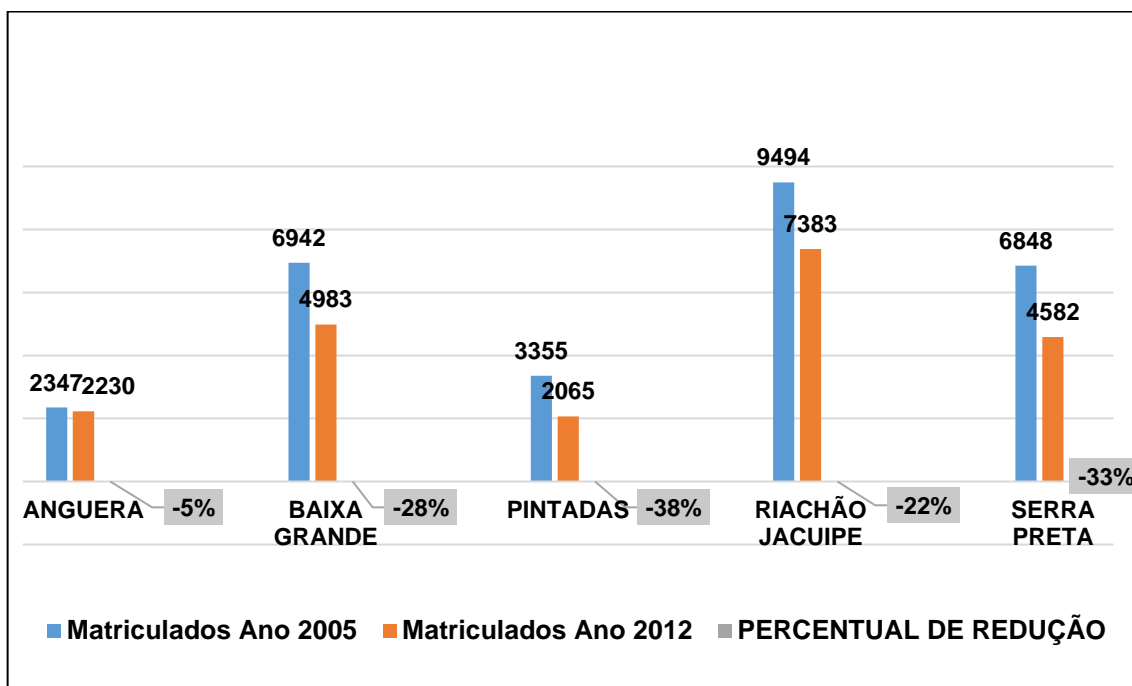
Sabendo-se que as organizações cooperativas proporcionam uma melhor distribuição de renda, a inclusão dos pequenos produtores no mercado, o caráter democrático na economia do espaço, bem como melhores oportunidades de desenvolver a economia local com menos especulação financeira dos intermediários (SANTOS; CEBALLOS, 2006); (FARIAS; GIL, 2013), entende-se que a ausência de cooperativas nesses municípios configuram a perpetuação da concentração de renda e da pobreza rural, obviamente, sem a presença do Capital Social.

#### **4.2.4 Perfil de Educação**

##### **a) Número de Matriculados Ensino Básico nos anos de 2005 e 2012**

O estado da Bahia no período de 2005 e 2012, apresentou um total de matrículas nos Ensinos Fundamental e Médio juntos de 4.303.373 e 3.341.292 (IBGE, 2013), respectivamente, demonstrando uma redução de quase 29% do número de matriculados em 8 anos, e conforme o Gráfico 10, as taxas de matrículas desses municípios do Semiárido Baiano tiveram juntas um decréscimo médio de 25,2%.

**Gráfico 10 - Número de Matrículas no Ensino Fundamental e Médio com Percentuais de Redução nos Municípios Baianos de Anguera, Baixa Grande, Pintadas, R. do Jacuípe, Serra Preta – 2005 e 2012**



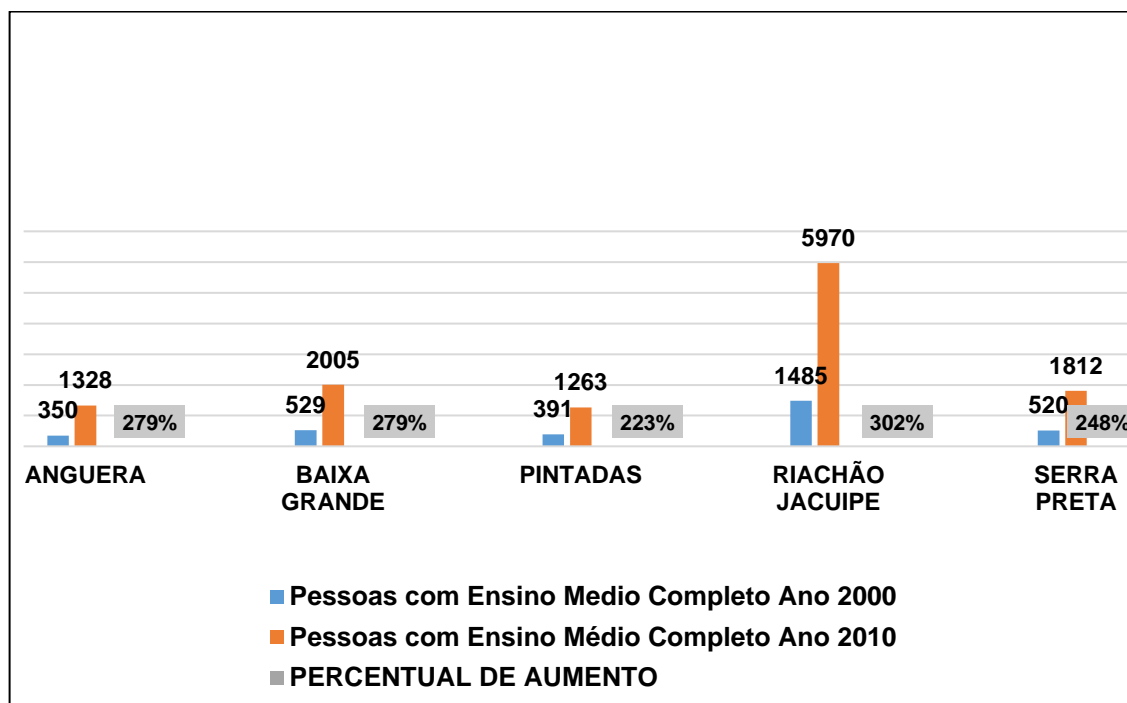
Elaborado: Edith Ornellas, 2017  
 Fonte: INEP, 2017

Esse decréscimo sinaliza um menor resultado das taxas de educação, que compõem o IDH-M, e potencializam os obstáculos para redução da pobreza nesses municípios.

**b) Número de Pessoas com Ensino Médio Completo – Anos 2000 e 2010**

O estado da Bahia registrou nos anos de 2000 e 2010, um total de 884.378 e 1.824.996 pessoas com ensino médio completo (IBGE, 2013), conforme Gráfico 11, respectivamente, em 10 anos.

**Gráfico 11 - Número de Pessoas com Ensino Médio Completo com Percentuais de Aumento nos Municípios Baianos de Anguera, Baixa Grande, Pintadas, R. do Jacuípe, Serra Preta - Anos 2000 e 2010**



Elaborado: Edith Ornellas, 2018  
 Fonte: IBGE, 2002, 2012

Apesar da redução no número de matrículas nos cinco municípios estudados, bem como no estado da Bahia, houve um aumento considerável de pessoas portadoras de certificação do Ensino Médio completo nas duas escalas, de 266% nesses municípios e 105% no estado da Bahia, no mesmo período, gerando questionamentos que devem ser analisados com mais profundidade, em momento posterior a esta tese.

Porém, destaca-se ainda, a título de informação complementar e com lastro nos autores da base teórica do Capital Social, que as transformações numa sociedade, em qualquer território, principalmente para fomento ao Capital Social, têm como principal instrumento a Educação Formal. Portanto, analisa-se sucintamente a importância da Educação Formal como possível instrumento de estímulo ao surgimento do Capital Social numa sociedade.

- **Educação Formal para o Capital Social**

Com base nos resultados da análise da Teoria do Capital Social em Hanifan (1914) e Coleman (1988), os quais defendem a Educação Formal como principal estimuladora do Capital Social em áreas pobres, assim como Coleman (1988) salienta a importância da cooperação em família, como semente do Capital Social que se estenderá futuramente na sociedade, e conseqüentemente redução da pobreza rural em comunidades brasileiras.

A educação é percebida, nas ideias de Coleman (1988), como princípio de otimização das relações e das conseqüências positivas que estas podem proporcionar em comunidades, remetendo-se ao conjunto de características dessas relações, o Capital Social, como fazendo parte de uma das variáveis beneficiadas com a educação.

O Banco Mundial também salienta a importância da educação, por se tratar de uma das variáveis para o crescimento e desenvolvimento de áreas pobres (WORLD BANK, 2005, pp. 39-52, nossa tradução).

Nas áreas rurais brasileiras a Educação Formal é mais precária do que nos centros urbanos, pois recebe as sobras estruturais, como cadeiras, equipamentos e materiais diversos, das cidades, para serem reutilizados, ratificando o descaso do Estado (BONMANN, 2015); (PÁSSARO et al, 2016), bem como procura desqualificar a identidade social do indivíduo pertencente ao espaço rural.

Com o passar dos anos essa realidade está se reconfigurando, mesmo que distante do ideal, por conta de lutas das classes e movimentos populares dos que sempre viveram fora das metas governamentais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, bem como por universidades e pelo Estado, que elaboraram projetos diversos de apoio e mudanças nos sistemas educacionais, como o Programa Nacional de Educação no Campo, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Campanha Nacional de Educação Rural, Programa Nacional do Livro Didático no Campo, Projovem Campo – Saberes da Terra, entre outros grupos e associações espalhados pelas áreas rurais brasileiras (MOLINA; ANTUNES-ROCHA, 2014); (MOLINA, 2015); (PÁSSARO et al., 2016).

Pesquisadores afirmam que historicamente as mudanças socioeconômicas e as mudanças nas relações nas áreas rurais, tanto podem sofrer influência, quanto

podem influenciar a educação (MOLINA; ANTUNES-ROCHA, 2014); (OLIVEIRA; GOMEZ, 2014).

O conjunto de variáveis que compõe a Educação Formal, por exemplo, pode ser construída ou sofrer modificações, para moldar pessoas, mudar sociedades, ao gosto de quem está no poder. São estruturas curriculares, referências bibliográficas, projetos de extensão, pesquisas, entre outros componentes capazes de criar ou modificar pensamentos, ideais, ideologias, valores, etc. E através desses instrumentos, pode-se buscar desenvolver nas comunidades um perfil de engajamento cívico, de cooperação, de empoderamento social, bem como outras Dimensões do Capital Social. Contudo, a formação para a competição e competitividade precisará ser superada pela formação para a cooperação, assim como a formação emancipatória precisará superar a formação que capacita para formação de trabalho abstrato.

Para Oliveira e Gómez (2014):

[...] uma educação ofertada no campo ela pode ser para uma formação integral humana e assim a revalorização do trabalho do camponês, pode ser para a emancipação humana e a recriação e resistência do homem do campo por meio dos seus saberes. Mas, pode ser também, para a formação do trabalho abstrato garantindo mão de obra barata para a inserção precária no mercado, para a manutenção do “exército de reserva”, para a alienação e a manutenção da ordem vigente, entre outros (OLIVEIRA; GÓMEZ, 2014, p.173).

A defasagem educacional das áreas rurais gera comunidades fragilizadas, uma massa de vulneráveis, pessoas expostas ao poder mandatário do capital, que dita o valor da mão de obra, que concentra terras e melhores tecnologias para poucos. (OLIVEIRA; GÓMEZ, 2014).

Acredita-se que para se construir uma sociedade rural, com significativas mudanças socioeconômicas, por exemplo, bem como com relações que frutifiquem crescimento em dimensões de desenvolvimento, a educação deve estar sendo inovada, de forma efetiva e constante, olhando para onde se quer ir e inserindo pessoas dispostas a cooperar para esse intento. As pessoas que irão assumir o papel de educadoras, então, devem ter na sua formação, condições para lhe ajudar a desenvolver um olhar diferenciado para onde se quer chegar (MOLINA; ANTUNES-ROCHA, 2014); (OLIVEIRA; GOMEZ, 2014).

Segundo Molina e Antunes-Rocha (2014):

A discussão acerca da formação de educadores na perspectiva da Educação do Campo exige que seja explicitado o projeto de sociedade, de campo e escola que se quer construir. Com esse conjunto é possível definir qual o perfil e que formação é necessária para fundamentar práticas coerentes com os princípios e valores que estruturam essa concepção (MOLINA; ANTUNES-ROCHA, 2014, p. 225).

Acredita-se que, tanto os professores que ali servirão, quanto o material a ser utilizado e a metodologia de ensino deverão estar direcionados para fomentar as mudanças, a cooperação, o despertar do senso crítico e do civismo dessa comunidade, respeitando seus valores dentro de qualquer nova construção (MOLINA; ANTUNES-ROCHA, 2014); (OLIVEIRA; GOMEZ, 2014).

Para Molina e Antunes-Rocha (2014), o ideal de uma escola no campo é:

Uma escola que, em seus processos de ensino e de aprendizagem, considera o universo cultural e as formas próprias de aprendizagem dos povos do campo, que reconhece e legitima esses saberes construídos a partir de suas experiências de vida; uma escola que se transforma em ferramenta de luta para a conquista de seus direitos como cidadãos e que forma os próprios camponeses como os protagonistas dessas lutas, como os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora (MOLINA; ANTUNES-ROCHA, 2014, p. 226).

Porém, a educação rural ainda sofre grandes baixas, referentes aos fechamentos das suas escolas, de acordo com o INEP<sup>36</sup>, por Molina e Antunes-Rocha (2014, p. 226): “De acordo com dados do próprio INEP, mais de 32 mil escolas rurais foram fechadas nos últimos dez anos, passando-se de 102 mil escolas, em 2002, para 70 mil em 2013.”

É provável que nessas 70 mil escolas tenham uma grande parcela de professores que não tiveram acesso a uma educação de desafios, nem estejam preparados para instigar os alunos a serem questionadores nem desafiadores, não percebendo a escola como veículo de mudanças sociais em suas vidas.

Segundo Molina (2015), essa nova visão da educação no campo, já foi idealizada:

[...] se idealizou esta perspectiva: promover e cultivar um determinado processo formativo que oportunizasse aos futuros educadores, ao mesmo tempo, uma formação teórica sólida, que proporcionasse o domínio dos conteúdos da área de habilitação para a qual se titula o docente em questão, porém, extremamente articulada ao domínio dos conhecimentos sobre as lógicas do funcionamento e da função social da escola e das relações que esta estabelece com a comunidade do seu entorno (MOLINA, 2015, p. 153).

---

<sup>36</sup> INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

A educação que quer ser provedora de mudanças sociais, precisa trabalhar o conhecimento sem fragmentá-lo, dando sentido ao todo, ligando as partes do conhecimento com estratégias interdisciplinares, tanto nas ações docentes, em suas metodologias, quanto nas rotinas escolares ligadas ao cotidiano das comunidades rurais, respeitando seus valores e promovendo professores capazes de se envolver nesse processo (MOLINA, 2015, p. 153).

As mudanças rumo ao desenvolvimento não acontecerão apenas a partir dos professores capacitados para ensinar o conteúdo e alunos na escola com notas excelentes. Se faz necessário a conscientização e o envolvimento de educadores nos processos de luta por espaços mais bem estruturados, também com produções que respeitem o meio ambiente, “manutenção dos territórios”, que reduza as terras sem cultivo, sem exploração social e sem desigualdades. Precisa se encontrar não só melhores professores, mas principalmente, pessoas aptas para esclarecer a importância dessa vivência bem estruturada aos estudantes e às comunidades em que atuarem. Esses educadores se transformarão em agentes de mudanças (MOLINA, 2015, p. 156, 157), fomentadores de um futuro perfil de Capital Social na sociedade.

Existem cientistas engajados, bem como movimentos para potencializar a educação no campo, com intuito de elevar o nível da educação para um contexto que abarque as lutas, as demandas e os desafios das populações rurais, como explica Molina (2015):

As políticas de educação superior para o meio rural no Brasil representam a materialização, na universidade pública, das demandas e conquistas políticas dos movimentos sociais do campo pelo direito à terra e à educação, nos últimos 15 anos. O movimento da Educação do Campo (EdoC) emerge das contradições decorrentes do avanço do capital mundializado sobre as terras dos camponeses neste mesmo período histórico e das lutas de resistências a este processo, por eles engendradas. A vitalidade dessa ação coletiva tem feito com que os estudos e pesquisas sobre os movimentos sociais do campo e suas lutas pela educação assumam uma proporção cada vez mais ampliada no âmbito da pesquisa em ciências humanas ou sociais, articulada às outras áreas de conhecimento (MOLINA, 2015).

Em 2007, foi criado o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação no Campo – PROCAMPO, pelo Ministério da Educação, através de trabalhos conjuntos com instituições de ensino superior - IES, com o objetivo de criar cursos de licenciatura para formar pessoas, por área de conhecimento, para atuar na educação básica, em escolas no campo. Esse programa foi além dos programas

anteriores, levando também em consideração os educadores e toda a sua história, currículos, instituições escolares, identidades (SANTOS; SILVA, 2016, p. 140).

Conforme Santos e Silva (2016), outros benefícios foram percebidos, com a formação por área de conhecimento:

Esta formação por área de conhecimento pode atender aos anseios e compromissos com a emancipação do povo camponês, criando alternativas de organização do trabalho escolar, enquanto prática social. Ela pode contribuir com as transformações que a rede escolar tanto necessita, atendendo aos desejos e anseios dos povos do campo e movimentos sociais de luta pela terra. Nesse sentido, o educador do campo é mais que um agente educativo. Ele é componente essencial na transformação da sociedade. [...] Garantir infraestrutura física adequada e recursos tecnológicos às escolas do campo e [...] pode assegurar educação de qualidade e evitar a evasão de contingentes consideráveis de educandos/as desmotivados em espaços tão precários (SANTOS; SILVA, 2016, p. 141, 142).

Entende-se que, formar educadores também é dar ferramentas para que eles consigam se envolver com as pessoas, sejam estudantes das áreas rurais, sejam os pais dos estudantes, tendo a comunidade inteira como atores do processo educacional, sem se ausentar da criticidade política de todo o conteúdo que será ensinado, questionando o currículo, estimulando os alunos e seus familiares a desenvolver pensamentos críticos em relação a tudo que os envolve na vida cotidiana (HANIFAN, 1916).

Como afirma Assunção e Bernardelli (2017):

Portanto, o currículo não deve ser analisado de forma neutra e inocente, já que seu papel constitutivo do conhecimento organizado na forma curricular não pode estar preocupado apenas com a organização do conhecimento escolar. O currículo deve ser sempre questionado por uma perspectiva crítica, pois tem conteúdo político. Nos dias atuais, a questão do currículo encontra-se sob um forte debate impulsionado pela denominada “Escola sem Partido”, forma dissimulada e tentativa das elites de transformar professores e escolas em ambiente sem pensamento crítico e sem a possibilidade de discutir uma educação libertadora, desvinculada das ideias e representações de mundo que interessam às classes dominantes (ASSUNÇÃO; BERNARDELLI, 2017, p. 302).

Entende-se que através desse aporte de conteúdo aos educadores, os estudantes das áreas rurais podem entender o seu espaço como não menos importante do que os espaços urbanos, a partir de conteúdo que será trabalhado com os mesmos, em projetos de extensão, em pesquisas, que envolvam a realidade vivenciada pelos habitantes ao redor das escolas, se utilizando dessa realidade como material de base para ensinar, com menos exemplos de áreas urbanas, poder-se-á

quebrar a falsa superioridade urbana, ora construída no imaginário das pessoas (MOLINA; ANTUNES-ROCHA, 2014); (OLIVEIRA; GOMEZ, 2014).

Se faz importante a construção da importância da história da ruralidade, solidificando-a e fomentando a criação de movimentos em prol da autoafirmação diante de toda a sociedade, com o fortalecimento do senso crítico das populações rurais, e enfraquecimento dos interesses elitizados e hegemônicos, segundo Assunção e Bernardelli (2017, pp. 304-306).

Não faltam bons exemplos de educação em áreas rurais que têm dado certo, e que podem ser fomentadores de ambientes propícios ao surgimento e fortalecimento de algumas características do Capital Social, no futuro. A divulgação e a disseminação desses exemplos podem ser restauradores de espaços rurais com déficit educacional, respeitando-se obviamente, o conjunto cultural e de valores de cada espaço.

Segundo Assunção e Bernardelli (2017):

A União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil – UNEFAB foi criada em 1982, por meio de um processo de discussão e estudo realizado pelas EFAs – Escolas Famílias Agrícolas – como instituição de representação e assessoria pedagógica e administrativa, objetivando promover o intercâmbio e divulgação dos trabalhos, acompanhando o processo de formação dos monitores (professores das EFAs) e de seus dirigentes, com o intuito de também estabelecer parcerias e outras formas de cooperação técnico-financeira. A UNEFAB explica que, a partir da década de 70, ocorreu rápida expansão desse modelo para outros 22 estados brasileiros e que, atualmente, existem 145 EFAs em funcionamento e outras dezenas em implantação, beneficiando cerca de 13.000 alunos e 70.000 agricultores, nas quais trabalham diretamente 850 monitores. Essas escolas já formaram mais de 50.000 jovens, dos quais mais de 65% permanecem no meio rural, desenvolvendo seu próprio empreendimento junto às suas famílias ou exercendo vários tipos de profissões e lideranças (ASSUNÇÃO; BERNARDELLI, 2017, p. 308).

Essas experiências originadas em movimentos rurais, muitas vezes idealizadas longe da presença do Estado, podem provar que cooperação e educação devem estar atreladas, para promover mudanças, não só no indivíduo, mas com abrangência coletiva, no ambiente, provocando valorização e autonomia, baseados em conhecimento, cooperação e engajamento. Porém, há de se ater às diferenças históricas, culturais e de valores entre os espaços, para não se tentar copiar perfis de sociedades que levaram séculos para estarem no patamar em que se encontram.

Apesar de serem significativas as diferenças entre espaços de desenvolvimento emergente e desenvolvimento avançado, dentro dos espaços de mesmo patamar de desenvolvimento as diferenças também estão presentes, mesmo

que em proporções menores. Essas diferenças configuram a territorialidade dos municípios, que se faz necessário saber sucintamente sobre o assunto, a fim de se compreender a importância das particularidades do perfil de cada espaço, antes de tentar aferir sobre as suas relações sociais, lastreado pelas relações sociais de outras sociedades.

- **Territorialidades nos Municípios**

As diferenças e as semelhanças, de hábitos, valores, culturais, sociais e econômicas, bem como as hierarquias de poder nos municípios, formam o conjunto de características que definem a identidade de cada espaço. Esse conjunto, ou territorialidade, é específico do espaço, assim como é temporal, condizente com as mudanças de cada sociedade (HAESBAERT, 2004, 2005, 2011); (FERREIRA, 2014), em diferentes escalas

Lidar com a multiplicidade de territorialidade na escala municipal é trabalhoso, tanto para quem vai lidar com administração pública, quanto para o planejamento e a execução de projetos de redução de pobreza. Mas se faz necessário esse cuidado, pois tem-se uma multiplicidade de identidades construídas ao longo do tempo, principalmente no Brasil, com muitas misturas de origens que influenciam nos resultados de cada ação voltada para o desenvolvimento desses territórios. Dentre diversas abordagens sobre territórios, optou-se pela formulada por Haesbaert, para apoiar essa afirmação. Para (HAESBAERT, 2004):

[...] o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/ sujeitos envolvidos. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. As razões do controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo. [...] A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2004, p. 2).

Dentro de variáveis a serem consideradas, para uma abordagem que caracterize o perfil de uma sociedade dentro do seu espaço de vivência, há de se ater à história ali contida, que envolve as conquistas do espaço, bem como a formação da

territorialização, as contribuições temporais que compuseram o arcabouço social e a identidade resultado dessas contribuições (HAESBAERT, 2004, p. 6).

Essa identidade, então, é quem ditará as regras de convivência, e que também norteará o entendimento do perfil das pessoas que vivem nesses espaços e as suas relações sociais (HAESBAERT, 2004); (FERREIRA, 2014).

Retomando a base empírica desta tese para uma aproximação de suas territorialidades municipais, considera-se que a partir dos dados apresentados, os municípios analisados ficam estabelecidos no patamar de espaço em desenvolvimento emergente.

São municípios que estão em processo de transformações socioeconômicas, demonstrando algumas melhorias estruturais, comparando-se ao período anterior aos projetos que compõem o problema de pesquisa desta tese. Porém, esses espaços ainda não possuem natural desenvoltura para buscar melhor atuação do Estado em suas comunidades; a Educação Formal precária não ajuda a formar opinião crítica para decidir quais as melhores políticas públicas para essas comunidades, entre outras características que denotem mais poder da sociedade civil, como um maior número de grupos de representação dos interesses do povo, maior perfil de inclusão social, mais instituições públicas e privadas confiáveis, entre outros, conforme visto nos autores no capítulo 2 e através dos espaços internacionais analisados no capítulo 3.

## **CONCLUSÃO: RELATIVIZANDO O USO DA TEORIA DO CAPITAL SOCIAL**

O conceito de Capital Social inspirou ações de indução ao desenvolvimento ao longo das décadas de 1990, 2000 e 2010, tendo sido frequentemente avaliado de forma parcial, considerando-se os diversos componentes que o integram nos diferentes entendimentos teóricos. Essa tese demonstra contingências que condicionam as possibilidades dessa teoria, quer com caráter explicativo, quer com caráter prescritivo.

A demonstração dessa acertiva se iniciou com a identificação de discrepâncias nos resultados da avaliação formal do Produzir III, em contraponto com os registros do caderno de campo que integrara os procedimentos de pesquisa para a referida avaliação. Comparou-se o resultado com as Dimensões do Capital Social, criadas pelo próprio Banco Mundial em 2003, lastreadas pelos principais teóricos do Capital Social, e viu-se que os resultados da avaliação do Produzir III estavam distantes da realidade apresentada no Semiárido Baiano.

Pesquisou-se então, analisando-se os principais teóricos, desde a primeira conceituação do Capital Social, até os mais contemporâneos, com suas contribuições e análises epistemológicas, indentificando-se que as Dimensões do Capital Social, organizadas pelos consultores do Banco Mundial, abarcam as características do conceito teórico, sendo satisfatórias para serem utilizadas na mensuração do Capital Social.

Pôde-se ver, por Alexis de Tocqueville, no século XIX, que já se procurava comparar os paradigmas de sociedades dadas como desenvolvidas com outras sociedades com várias demandas socioeconômicas e os perfis das relações sociais que ambas demonstravam. O próprio Alexis o fez, mas sem conceituar o Capital Social.

Porém, escolheu-se, Hanifan da década de 1910 e Coleman da década de 1980, como os mais condizentes para o marco teórico dessa tese, devido a se entender que os estudos do primeiro, na insistência de levar Capital Social a espaços rurais pobres, e as pesquisas mais profundas e abrangentes do segundo, em espaços socioeconomicamente vulneráveis, atendem ao objetivo principal, de mostrar que a Teoria do Capital Social é incoerente para descrever as relações sociais nesses espaços.

Foi mostrado que na Europa rural e periurbana, através de percepção presencial, possui diferentes níveis de Capital Social, que acompanham o grau de desenvolvimento desses espaços, a história de formação e o movimento de migração populacional dos mesmos.

Pôde-se perceber, que os acontecimentos de cada país, com o passar do tempo, podem aumentar ou diminuir esse nível de Capital Social, mas que não o anulam, porque têm uma história antiga de hábitos, valores e culturas moldando o estilo de vida e as relações sociais.

Percebeu-se, por exemplo, que num curto intervalo de tempo, entre 2014 e 2018, algumas cidades da Europa ofereciam significativas diferenças nas características comportamentais da população, em virtude do aumento das migrações populacionais de países em guerra civil, como um maior distanciamento dos turistas, maior medo em dar informações a estranhos, com maior direcionamento desses imigrantes para as áreas rurais, etc., o que pode influenciar no nível do Capital Social nesses espaços, sem, porém, o anular. Poder-se-ia considerar que o Capital Social é interferido por contingências sociais que relativizam fortemente a possibilidade de considerá-lo conceito, e, portanto, genérico e a-histórico.

Pôde-se verificar, por bibliografia, que as políticas públicas territoriais são diferenciadas naqueles países, principalmente nas áreas rurais, mesmo que as origens históricas sejam similares, como Inglaterra e Alemanha, porque procuram atender às demandas de cada território, bem como às diferenças climáticas, de solo, de vegetação e em respeito ao querer daquelas populações.

A pobreza na Alemanha é visivelmente diferente da pobreza na França, e na França é mais visível o individualismo do que na Alemanha, por exemplo, bem como a pobreza rural é diferente da pobreza urbana. Mas o Parlamento Europeu e o Parlamento Rural Europeu e os Grupos de Ação Local - GAL trabalham suas atuações nas políticas públicas de acordo com essas diferenças, procurando atender às necessidades locais e do grupo de países da União Europeia - UE, e a sociedade civil, em contrapartida, é exigente com o desempenho dessas instituições, com postura de proatividade, confirmando as percepções da autora nesses países.

Tendo nessas sociedades engajamento cívico, a atuação das instituições públicas e privadas são condizentes com as demandas geradas por esse perfil de uma sociedade civil mais assertiva e atuante, nas questões comuns do povo.

Instituições que são cobradas pelos cidadãos são mais cuidadosas com seus processos e com seu desempenho na sociedade.

Considerar um espaço rural pobre, com organizações associativas formalizadas por exigência de um agente financeiro, como correspondendo à existência de Capital Social, mesmo que estando inserido em uma ou duas das Dimensões do Capital Social, é insuficiente para corresponder à presença de Capital Social, e por conseguinte, impossibilitado de ser avaliado à luz daquela Teoria, na qualificação das relações sociais.

Os séculos de valores diferenciados que lastreiam o Capital Social em sociedades de desenvolvimento avançado poderiam ser almeçados para outras sociedades em desenvolvimento emergente, como no Semiárido, mas não aconteceriam através de projetos de condicionamento de alguns anos, isto é, de curta duração.

O Semiárido Baiano, assim como outras áreas carentes dos estados nordestinos, ainda necessitam de algumas políticas públicas de assistência e de responsabilidade social, devido às inúmeras características naturais que dificultam a produção agropecuária, assim como se faz necessário, uma gestão que priorize as demandas desse território, e não uma gestão que o mantenha na condição de território periférico, de suporte do desenvolvimento de estados centrais, industrializados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, e outros.

Essas características mostram a Bahia com um perfil que ainda se encaixa nas características de subdesenvolvimento, há tempos denunciadas por Furtado (2009): carente de mão-de-obra especializada; fornecedora de matéria-prima barata, extraída ou elaborada por mão-de-obra rudimentar, com preços aquém dos praticados no Centro-Sul; compradora de produtos industrializados do Centro-Sul, com preços, frequentemente, mais elevados do que os praticados em outros países; detentora de pequena massa de abastados, que pouco reinveste nos próprios negócios.

Nos municípios pesquisados: Anguera, Baixa Grande, Pintadas, Riachão do Jacuípe e Serra Preta, as populações rurais são maiores do que as urbanas, em 3 desses 5 municípios. Nos outros 2 municípios a divisão está quase metade para cada área, mostrando serem municípios mais voltados para as atividades rurais do que urbanas.

O IDH-M desses municípios, em 10 anos, 8 dos quais teve a presença do Produzir III, aumentou numa média de 39%, tendo a variável “educação” como a que menos cresceu e a “longevidade” a variável que mais se destacou.

O perfil econômico desses cinco municípios, quase no período final do Produzir III, demonstrou um crescimento do PIB per capita de 186%, em 2010, porém, ainda situados no patamar da metade do PIB per capita do estado da Bahia, que esteve num patamar da metade do PIB per capita do Brasil, naquele ano, bem como a renda domiciliar per capita desses municípios também se mostrou quase metade do valor do estado da Bahia, para 2010.

Houve um grande declínio da produção agrícola no período do Produzir III nos cinco municípios pesquisados, principalmente no final, em 2012, ano de maior estiagem e seca dos últimos tempos no Brasil, quando a Bahia com o maior número de municípios afetados em todo o país, os cinco municípios do Semiárido perderam meio milhão de hectares de terra para plantio.

O aumento no valor na produção agropecuária do estado da Bahia naquele período, em virtude da diminuição da produção, atendendo à lei da oferta e da procura, não teve o mesmo reflexo nos cinco municípios do Semiárido, os quais, em virtude do declínio extremo da produção, não se encaixaram nessa lei, sofrendo significativa redução do valor da produção.

Encontrou-se nos cinco municípios juntos, 18% do total de associações de todo o estado da Bahia, em 2017, provável consequência do condicionamento para recebimento das políticas públicas financiadas pelo Banco Mundial.

Destaca-se que, até o término do Produzir III, em 2012, não se encontrou registro de nenhuma cooperativa, que denotasse que este perfil está necessariamente alinhado à economia solidária, democrática e inclusiva, que o segmento cooperativista poderia contribuir.

Na variável Educação Formal, viu-se que os 25,2% de redução de matriculados no Ensino Básico, nos cinco municípios, quase compatível com a redução de 29% do estado da Bahia, no mesmo período do Produzir III, se apresenta antagônico ao aumento de 105% de pessoas com Ensino Médio completo, na Bahia, bem como dos 266% de aumento de pessoas com a mesma titulação nos cinco municípios, no mesmo período (IBGE, 2013). Esse antagonismo teria que ser pesquisado mais profundamente, através das migrações intermunicipais e interestaduais, bem como

das taxas de natalidades dos últimos anos, e dos fechamentos de escolas naqueles municípios, o que abre uma agenda de pesquisa.

Como informação complementar, entendeu-se que a Educação Formal, trabalhada com eficiência e eficácia, poderá ser o principal instrumento de fomento ao Capital Social numa sociedade. Mas, apesar de se entender que essas mudanças não são de curto prazo, deixa-se aqui mais uma demanda para pesquisa direcionada e aprofundada sobre o assunto.

Encerrando esta tese, considera-se, então, que a Teoria do Capital Social não carrega potencial explicativo das relações sociais do Semiárido Baiano, até o momento, mesmo que se utilizasse de instrumentos avaliativos condizentes com todo o arcabouço teórico do Capital Social, porque a sociabilidade, o tecido social e a organização de produtores não exibem semelhança com a realidade social onde é identificado o conjunto de características relacionais que dão suporte empírico à formulação teórica de Capital Social.

## REFERÊNCIAS

ADD. Manifesto rural europeu. **Associação do Desenvolvimento do Dão**. 2018. Disponível em: [http://www.add.pt/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=50:manifesto-rural-europeu&Itemid=193](http://www.add.pt/index.php?option=com_k2&view=item&id=50:manifesto-rural-europeu&Itemid=193). Acesso em: 12 fev. 2019.

AGÊNCIA LUSA. **Comunidades rurais da Europa querem padrões de vida iguais aos da cidade**. 2015. Disponível em: <http://www.mediotejo.net/comunidades-rurais-da-europa-querem-padroes-de-vida-iguais-aos-das-cidades/>. Acesso em: 14 fev. 2019.

ALVES, Eliseu, et al. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de Política Agrícola**, ano XX, n. 2, Abr./Maio/Jun. 2011. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/910778/1/Exodoesuacontribuicao.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2016.

ANGUERA ONLINE. Foto de Anguera. 2018. **Blog ANGUERA ONLINE**. Disponível em: <http://www.angueraonlineba.com/2017/07/e-hora-de-participar-e-sugerir.html>. Acesso em: 8 mar. 2019.

ARAÚJO. J. S. M. **A emergência do capital social no ambiente rural do estado da Bahia**: um estudo de casos significativos. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias). Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

ASSUNÇÃO, A. S.; BERNARDELLI, M. L. F. H. Educação popular e educação do/no campo: perspectivas para uma educação inclusiva: a Escola Família Agrícola em Sidrolândia – MS. **Revista Brasileira Educação no Campo**, v, 2, n. 1, p. 294-322, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/3186>. Acesso em: 14 nov. 2017.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Índice de Desenvolvimento Humano**: por município. Disponível em: [http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/). 2013. Acesso em: 06 fev. 2017.

BAHIA (Estado). Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. **Programa de combate à pobreza rural**. Disponível em: [http://www2.car.ba.gov.br/inst\\_programas.asp?id=3](http://www2.car.ba.gov.br/inst_programas.asp?id=3). Acesso em: 26 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação. **Anuário estatístico de educação**. Disponível em: [www.educacao.ba.gov.br/system/files/private/midiateca/documentos/.../anuario2009.pdf](http://www.educacao.ba.gov.br/system/files/private/midiateca/documentos/.../anuario2009.pdf). Acesso em: 7 fev. 2017.

BAHIACOOPERATIVO. **Busca cooperativa.** Disponível em: <http://www.bahiacooperativo.coop.br/busca-cooperativas>. 2017. Acesso em: 10 jan. 2018.

BANCO MUNDIAL. **Questionário para medir capital social.** 2003. Disponível em: <http://empreende.org.br/pdf/Capital%20Social%20e%20Cidadania/Question%C3%A1rio%20Integrado%20para%20Medir%20Capital%20Social.pdf> Acesso em: 13 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1990.** Ed. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/188701468322757498/pdf/PUB85070SPANIS1o0A1994100101PUBLIC1.pdf>. Acesso em: 14 set. 2016

BAIARDI, Amílcar. Elinor Ostrom, a premiação da visão unificada das Ciências Sociais. **Caderno Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia**, Salvador, n. 61, p. 201-216, vol. 24, 2011. Disponível em: <http://www.cadernocrh.ufba.br/inclde/getdoc.php?id=2352&article=864&mode=pdf>. Acesso: em 26 set. 2013.

BATISTA, Paulo N. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: Lima Sobrinho, Barbosa et al. **Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público**, São Paulo: Paz e Terra, 1994. Disponível em: [http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq\\_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf](http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf). Acesso em: 31 jul. 2017.

BICALHO E. E. E. **Avaliação de impacto dos projetos produtivos do Programa de Combate à Pobreza Rural no Estado da Bahia: avanços e limitações.** 2016. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9436?show=full>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BIOGRAFIASYVIDAS. **Francis Fukuyama.** Disponível em: <http://www.biografiasyvidas.com/biografia/f/fukuyama.htm>. Acesso em: 10 mai. 2017.

BIOGRAPHY. **Alexis de Tocqueville.** 1 fotografia. Disponível em: [https://www.biography.com/.image/t\\_share/MTE5NTU2MzE1OTIxMDkwMDU5/alexis-de-tocqueville-39150-1-402.jpg](https://www.biography.com/.image/t_share/MTE5NTU2MzE1OTIxMDkwMDU5/alexis-de-tocqueville-39150-1-402.jpg). Acesso em: 14 mar. 2018.

BLOG DA AUDIODESCRIÇÃO. **Revisão cognitiva e consultoria em audiodescrição.** 2015. Disponível em: <http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/2015/04/revisao-cognitiva-e-consultoria-em-audiodescricao.html>. Acesso em: 8 mai. 2018.

BOEIRA, S. L.; BORBA, J. Resenha dos Fundamentos Teóricos do Capital Social: Silvio Salej Higgins. **Ambiente e Sociedade**, v. 9, n. 1, Campinas, Jan./Jun. 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X2006000100011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2006000100011). Acesso em: 10 set. 2018.

BONMANN, P. A. **Realidades das escolas do campo**: um olhar crítico sobre espaços físicos, descasos, construção de políticas públicas e proposta pedagógica. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Regional do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. 2015. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/3624/Patricia%20Bonmann%20TCC.pdf?sequence=1>. Acesso em: 27 abr. 2017.

BOURDIEU, P. As formas de capital. In: J. Richardson, ed. Handbook. **De Teoria e Investigação para a Sociologia da Education**. New York: Greenwood. 1986. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/103337798/As-Formas-de-Capital-Pierre-Bourdieu-1986>. Acesso em: 21 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. O capital social – notas provisórias. In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/reaa/article/download/11501/13269/0>. Acesso em: 12 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Le capital social. **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 31, janvier 1980. Le capital social. pp. 2-3. Disponível em: [http://www.persee.fr/doc/arss\\_0335-5322\\_1980\\_num\\_31\\_1\\_2069](http://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069). Acesso em: 20 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Esquisse d'une théorie de la pratique. Tradução das partes: "Les trois modes de connaissance" e "Structures, habitus et pratiques". **Esquisse d'une théorie de la pratique**. Geneve, Lib. Droz, 1972. p. 162-89. Traduzido por Paula Montero. Disponível em: [http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/352755/mod\\_resource/content/1/Esbo%C3%A7o%20de%20uma%20teoria%20da%20pr%C3%A1tica.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/352755/mod_resource/content/1/Esbo%C3%A7o%20de%20uma%20teoria%20da%20pr%C3%A1tica.pdf). Acesso em: 22 mar. 2016.

BRANDÃO, C. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. **Ciclos Temáticos 2011: territórios, desenvolvimento e saúde** – Fiocruz. Disponível em: <http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/home/exibedetalhesBiblioteca.cfm?ID=12664>. Acesso em: 14 mai. 2013.

\_\_\_\_\_. Estratégias hegemônicas e estruturas territoriais: o prisma analítico das escalas espaciais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 21, n. 2, p. 303-313, abr./jun. 2011. Disponível em: <http://carlosbrandao.org/publicacoes/#.Xlan4vZFzIU>. Acesso em: 2 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. **Palestra sobre desenvolvimento**. 2011. Disponível em: <http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/home/exibedetalhesBiblioteca.cfm?ID=12664>. Acesso em: 25 mar 2013.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**. 2013. Disponível em: [http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12\\_07\\_23\\_11\\_43\\_47\\_sumario\\_paa\\_2003.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_07_23_11_43_47_sumario_paa_2003.pdf). Acesso em: 02 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano agrícola e pecuário 2017/2018**. 2018. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/plano-agricola-e-pecuario/arquivos-pap/folder-pap-2017-18>. Acesso em 15 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. **Dados sobre estiagem no semiárido**. 2013. Disponível em: [http://www.integracao.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=0f86f3db-8a9a-4abd-9c20-0dc769db0e7e&groupId=10157](http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=0f86f3db-8a9a-4abd-9c20-0dc769db0e7e&groupId=10157). Acesso em: 25 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde/DATASUS. **Renda média domiciliar per capita**. 2010. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?ibge/censo/cnv/rendabr.def>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRITANNICA. **James S. Coleman**: American Sociologist. 2018. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/James-S-Coleman>. Acesso em: 8 mai. 2018.

BRITTO, C. **Dos 266 municípios do semiárido baiano, 199 sofrem com a seca**. 2012. Disponível em: <https://www.carlosbritto.com/dos-266-municipios-do-semiarido-baiano-199-sofrem-com-a-seca/>. Acesso em: 8 mar. 2019.

CABRAL, J. F. P. **Capital, trabalho e alienação, segundo Karl Marx**: Brasil Escola. 2017. Disponível em: <https://brasilescuela.uol.com.br/filosofia/capital-trabalho-alienacao-segundo-karl-marx.htm>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CAFAYTREN. **Mapa da Escócia**. Disponível em: <http://www.cafeytren.com/europa/escocia/escocia.gif>. Acesso em: 6 mar. 2018.

CENSUS US. **United States Census Bureau**. 2010. Disponível em: <https://www.census.gov/>. Acesso em: 24 jul. 2018.

CHRONICLE. **Robert Putnam**. 1 fotografia. 2012. Disponível em: <https://www.chronicle.com/blogs/percolator/robert-putnam-says-his-research-was-twisted/30357>. Acesso em: 15 Mar. 2018.

CIDADE-BRASIL. **Município de Anguera**. 2016. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-anguera.html>. Acesso em: 16 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Município de Baixa Grande**. 2016. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-baixa-grande.html>. Acesso em: 16 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Município de Pintadas**. 2016. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-pintadas.html>. Acesso em: 16 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Município de Riachão do Jacuípe**. 2016. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-riachao-do-jacuipe.html>. Acesso em: 16 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Município de Serra Preta**. 2016. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-serra-preta.html>. Acesso em: 16 jun. 2017.

COLEGIOWEB. **Mapa da produção agropecuária na Europa**. 2016. Disponível em: <https://www.colegioweb.com.br/economia-da-europa/pecuaria.html>. Acesso em: 14 fev. 2019.

COLEMAN, J. S. *Foundations of Social Theory*. Cambridge, Massachusetts, London, England: **Belknap Harvard**, 1994. Disponível em: <http://www.public.iastate.edu/~carlos/607/readings/coleman.pdf>. Acesso em: 26 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Social Capital in the Creation of Human Capital. **The American Journal of Sociology**, Vol. 94, Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure (1988), pp. S95-S120. The University of Chicago Press. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2780243>. Acesso em: 18 abr. 2015.

COMITÊ BRASILEIRO. **Ano internacional da agricultura familiar camponesa e indígena 2014**. Disponível em: <http://www.aiaf2014.gov.br/aiaf/agricultura-familiar>. Acesso em: 31 dez. 2017.

CONCEITO. **Conceito de ruralidade**. 2016. Disponível em: <https://conceito.de/ruralidade>. Acesso em: 27 ago. 2018.

COSTA, A. B.; COSTA B. M. **Cooperação e capital social em arranjos produtivos locais**. 2005. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A113.pdf>. Acesso em: 16 out. 2014.

COSTA, F. N. Sobre o individualismo e o liberalismo. **História da Filosofia**. 2013. Disponível em: <https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2013/08/04/sobre-o-individualismo-e-o-liberalismo/>. Acesso em: 11 abr. 2016.

CREMONESE, D.; DALLABRIDA, V. R. **Políticas sociais, formação do capital social e desenvolvimento**. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos915/politica-capital-esenvolvimento/politica-capital-desenvolvimento.shtml>. Acesso em: 28 abr. 2016.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **ERA Eletrônica**, v. 1, nº 2, jul-dez/2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1676-56482002000200003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1676-56482002000200003&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 6 fev 2019.

D'ALESANDRO, F. L. **Os Estados Unidos e sua crise econômica**. 2008. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Os-Estados-Unidos-e-sua-crise-economica-%252525250D%252525250A/6/14010>. Acesso em: 10 set. 2018.

DALL'AGNOL, A. Os pobres e o meio ambiente. **Agrolink**. 2003. Disponível em: [https://www.agrolink.com.br/colunistas/coluna/os-pobres-e-o-meio-ambiente\\_383807.html](https://www.agrolink.com.br/colunistas/coluna/os-pobres-e-o-meio-ambiente_383807.html). Acesso em: 7 mar. 2019.

DATASUS. **Índice de Gini da renda domiciliar per capita segundo municípios – Bahia**. 2010. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/giniba.def>. Acesso em: 11 jun. 2018.

DCI. **Lúcio R. Rennó**. 1 fotografia. 2014. Disponível em: <https://www.dci.com.br/politica/so-nas-ditaduras-empresas-s-o-proibidas-de-financiar-candidatos-1.531028>. Acesso em: 16 mar. 2018.

DINÂMICA AMBIENTAL. **O que caracteriza a paisagem rural e urbana**. 2015. Disponível em: <https://www.dinamicambiental.com.br/blog/meio-ambiente/caracteriza-paisagem-rural-urbana/>. Acesso em: 22 set. 2018.

ECONOMICSOCIOLOGY. **Pierre Bourdieu**. 1 fotografia. 2017. Disponível em: <https://economicsociology.org/2017/07/19/pierre-bourdieu-economism-is-a-form-of-ethnocentrism/>. Acesso em: 14 mar. 2018.

EDUCATIONNEXT. **James Coleman**. 1 fotografia. 2016. Disponível em: <http://educationnext.org/life-times-james-s-coleman-school-policy-research/>. Acesso em: 14 mar. 2018.

ELLIOTT, A. Para sociólogo, economia do século 21 forjou um novo tipo de individualismo. **Folha de São Paulo** de 31-12-2017. Traduzida por Paulo Migliacci. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/12/1946843-sociedade-do-sec-21-nos-incita-a-mudar-rapido-e-torna-identidade-descartavel.shtml>. Acesso em: 28 ago. 2018.

ESTADÃO. **Paulo Augusto Colaço Monte Alegre**. 1 fotografia. 2015. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/blogs/vencer-limites/revisao-cognitiva-e-a-acessibilidade-total/>. Acesso em: 16 mar. 2018.

FACCAT. **Mapa da Itália**. 2017. Disponível em: <https://fit.faccat.br/~engenharia/italia-mapa.jpg>. Acesso em: 6 mar. 2018.

FACTS. **Mapa de Portugal**. 2017. Disponível em: <http://portugalmap.facts.co/PortugalPoliticalMapwithCities.jpg>. Acesso em: 6 mar. 2018.

FARIAS, C. M.; GIL, M. F. **Cooperativismo**. In: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, Rede e-Tec Brasil, 2013. Disponível em: [http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos/ifsul/tecnico\\_biocombustivel/cooperativismo.pdf](http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos/ifsul/tecnico_biocombustivel/cooperativismo.pdf). Acesso em: 10 mar. 2019.

FEDERAL RESERVE. **About the fed**. 2018. Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/aboutthefed.htm>. Acesso em: 10 set. 2018.

FERRAREZI, E. Capital social: conceitos e contribuições às políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 54, n. 4, out-dez 2003, p. 7-22. Disponível em:

[http://www.enap.gov.br/index.php?option=cm\\_docman&task=doc\\_view&gid=2616](http://www.enap.gov.br/index.php?option=cm_docman&task=doc_view&gid=2616). Acesso em: 16 out. 2014.

FERREIRA, D. S. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, p. 111-135, abr., 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/22674338-Territorio-territorialidade-e-seus-multiplos-enfoques-na-ciencia-geografica-territory-territoriality-and-multiple-approaches-in-geographical-science.html>. Acesso em: 29 mai. 2017.

FINE, B. The Developmental State Is Dead: Long Live Social Capital? **Development and Change** 30 (1): 1–9. 1999. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1467-7660.00105>. Acesso em: 2 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Theories of social capital: researches behaving badly**. Ed. Pluto (IIPPE), 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctt183pdrp>. Acesso em: 2 jan. 2018.

FISCHLER, F. Em poucas palavras. **O Modelo Rural Europeu, LEADER Magazine**, nº 25, 2000/2001. Disponível em: <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/ruralpt/biblio/model/contents.htm>. Acesso em: 12 jan. 2019.

FONSECA W. L. et al. Causas e consequências do êxodo rural no Nordeste brasileiro. **Nucleus**, v.12, n.1, abr.2015. Disponível em: <http://www.nucleus.feituverava.com.br/index.php/nucleus/article/view/1422>. Acesso em: 21 set. 2018.

FOYLE. **The Community Center - Scholar's Choice Edition** (Paperback). 2017. Disponível em: <http://www.foyles.co.uk/witem/fiction-poetry/the-community-center-scholars,lyda-judson-hanifan-9781296225421>. Acesso em: 27 jul. 2018.

FRAZÃO, D. **Biografia de Pierre Bourdieu**. 2015. Disponível em: [https://www.ebiografia.com/pierre\\_bourdieu/](https://www.ebiografia.com/pierre_bourdieu/). Acesso em: 8 mai. 2018.

FREIRE, E. **Temos um modelo de desenvolvimento que tem de ser alterado**. 2018. Disponível em: <https://www.vidarural.pt/insights/temos-um-modelo-de-desenvolvimento-que-tem-de-ser-alterado/>. Acesso em: 14 fev. 2019.

FUKUYAMA, F. Capital social. In: HARRISON, L. E. & HUNTINGTON. **A Cultura Importa**, São Paulo. Ed. Record, 2001.

\_\_\_\_\_. Social Capital and Development: The coming agenda. **SAIS Review** vol. XXII no. 1 (Winter–Spring 2002). Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/30574>. Acesso em: 2 mai. 2017.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro. Contraponto 5. Ed. Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

GASPARETTO JUNIOR, A. Corporações de ofício. **Infoescola**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/corporacoes-de-oficio/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

GERACAO COOPERACAO. **Saiba por que o cooperativismo é uma opção profissional acessível para você**. 2013. Disponível em: <https://geracaocooperacao.com.br/saiba-por-que-o-cooperativismo-e-uma-opcao-profissional-acessivel-para-voce/154/>. Acesso em: 13 jan. 2017.

GIARS-UFMG. **Silvio Salej Higgins**. 1 fotografia. 2018. Disponível em: [http://www.giars.ufmg.br/?r=site/index\\_pt](http://www.giars.ufmg.br/?r=site/index_pt). Acesso em: 15 mar. 2018.

GOOGLE. **Mapa da França**. Disponível em: <https://lh3.googleusercontent.com/-KYHZmxnQm90/VTvqMw6XLKI/AAAAAAAAAFBU/KNnAioZRaQM/s576/fran%25C3%25A7a.PNG>. Acesso em: 6 mar. 2018.

GORLICK, A. Francis Fukuyama. 1 fotografia. **Stanford News**, 2015. Disponível em: <https://news.stanford.edu/thedish/2015/04/21/francis-fukuyama-to-lead-stanford-democracy-center/>. Acesso em: 10 set. 2018.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do X encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: USP, 2005. p. 6774-6792.

\_\_\_\_\_. **Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade**. Porto Alegre: 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. Disponível em: [https://books.google.com.br/books/about/O\\_mito\\_da\\_desterritorializac%e3%a3o.html?hl=pt-BR&id=sEkSAQAIAAJ](https://books.google.com.br/books/about/O_mito_da_desterritorializac%e3%a3o.html?hl=pt-BR&id=sEkSAQAIAAJ). Acesso em: 16 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/347929492/HAESBAERT-Rogério-O-Mito-da-Desterritorializac%e3%a3o-Do-Fim-dos-Territorios-a-Multiterritorialidade-pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

HANIFAN, L. J. **A hand book: containing suggestions and programs for community social Gatherings at rural school houses**. 1914. Disponível em: <https://archive.org/details/handbookcontaini02west>. Acesso em: 26 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. The Rural School Community Center. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, Vol. 67, New Possibilities in Education (Sep., 1916), pp. 130-138. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1013498>. Acesso em: 4 mar. 2016.

HARVARD, K. S. **Robert D. Putnam**. 2016. Disponível em: <https://www.hks.harvard.edu/about/faculty-staff-directory/robert-putnam>. Acesso em: 9 nov. 2016.

HIGGINS, S. S. Precisamos de capital social? Sim, mas socializando o capital. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 1-21. Disponível em: [www.emtese.ufsc.br](http://www.emtese.ufsc.br). Acesso em: 12 set. 2017.

\_\_\_\_\_. A difícil construção do capital social: estruturas da ação coletiva numa organização camponesa colombiana. **Latin American Research Review**, vol. 47, nº 3. 2012. Latin American Studies Association. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/493225/pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Os fundamentos teóricos do capital social**. Chapecó, Argos Ed. Universitária, 2005, 263 p. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/26591694\\_RESENHA\\_HIGGINS\\_Silvio\\_Sa\\_lej\\_Fundamentos\\_Teoricos\\_do\\_Capital\\_Social\\_Chapeco\\_Argos\\_Ed\\_Universitaria\\_2005\\_263\\_p](https://www.researchgate.net/publication/26591694_RESENHA_HIGGINS_Silvio_Sa_lej_Fundamentos_Teoricos_do_Capital_Social_Chapeco_Argos_Ed_Universitaria_2005_263_p). Acesso em: 13 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **O capital social está na moda: análise para sua reconstrução teórica**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2003. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30367125.pdf>. Acesso em: 15 set. 2017.

HISTORIANET. "**Guerra ao narcotráfico**" é nova desculpa "humanitária". 2002. Disponível em: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=59>. Acesso em: 19 set. 2018.

HUNTER. **Department of Political Science** – Sanford Schram's CV. 2018. Disponível em: <http://www.hunter.cuny.edu/polsci/faculty/schram/sanford-schrams-cv>. Acesso em: 8 mai. 2018.

IBGE. **Barreiras**. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/barreiras/panorama>. Acesso em: 22 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Censo 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao.html>. Acesso em: 16 fev. de 2017.

\_\_\_\_\_. **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. 1990. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=22269>. Acesso em: 20 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Divisão do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. **Feira de Santana.** 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/feira-de-santana/panorama>. Acesso em: 22 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Matrículas por nível escolar.** 2013. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/>. Acesso em: 7 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Número de pessoas com ensino médio por município.** 2000. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2000/educacao/Municipios/](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2000/educacao/Municipios/). Acesso em: 16 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Produto Interno Bruto dos municípios per capita.** 2012. Disponível em: <http://brasilemsintese.ibge.gov.br/contas-nacionais/pib-per-capita.html>. Acesso em: 6 fev. 2017.

IMF. **IMF country information.** 2018. Disponível em: <http://www.imf.org/en/countries#R>. Acesso em: 17 ago. 2018.

INEP. **Sinopses estatísticas da educação básica.** 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 14 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Matrículas nível médio.** 2017. Disponível em: <http://matricula.educacenso.inep.gov.br/>. Acesso em: 31 dez. 2017.

INFOBEL. **Procurar uma empresa em Brasil.** 2017. Disponível em: <http://www.infobel.com/pt/brazil>. Acesso em: 11 jan. 2018.

INSA. **Sinopse do censo demográfico para o Semiárido Brasileiro.** 2012. Disponível em: <http://www.insa.gov.br/censosab/publicacao/sinopse.pdf>. Acesso em: 10 de abril 2017.

IPEA. **Situação social nos estados: Bahia.** 2012. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao\\_social/120307\\_relatori\\_o\\_situacaosocial\\_ba.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/120307_relatori_o_situacaosocial_ba.pdf). Acesso em: 14 jan. 2018.

IPFS. **Lyda Judson Hanifan.** 1 fotografia. Disponível em: [https://ipfs.io/ipfs/QmXoyvizjW3WknFiJnKLwHCnL72vedxjQkDDP1mXWo6uco/wiki/L.\\_J.\\_Hanifan.html](https://ipfs.io/ipfs/QmXoyvizjW3WknFiJnKLwHCnL72vedxjQkDDP1mXWo6uco/wiki/L._J._Hanifan.html). 2017. Acesso em: 14 mar. 2018.

JARDIM, G. A. S. O individualismo na cultura moderna. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Universidade Federal da Paraíba. Nº 7, p.23-31, 2004. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/caos/georgeardilles.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2018.

JESUS, W. L. et al. **Princípios cooperativistas:** analisando a sua aplicação na cooperativa de crédito SICREDI – Araguaia Tocantins de Palmas/TO. 2011. Disponível em: [http://brasilcooperativo.coop.br/downloads/Gecom/ebpc/II\\_EBPC\\_jesus.pdf](http://brasilcooperativo.coop.br/downloads/Gecom/ebpc/II_EBPC_jesus.pdf). Acesso em: 12 mai. 2014.

JORNAL GRANDE BAHIA. **Feira de Santana**. 1 fotografia. 2014. Disponível em: <https://cidadesemfotos.blogspot.com/2014/08/fotos-de-feira-de-santana-ba.html>. Acesso em: 5 jun. 2018.

JOUEN, M. A Europa rural na viragem do terceiro milênio. **O Modelo Rural Europeu, LEADER Magazine**, nº 25, 2000/2001. Disponível em: <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/ruralpt/biblio/model/contents.htm>. Acesso em: 12 jan. 2019.

LATTES. **Currículo de Achyles Barcelos da Costa**. 2017. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0173272835376949>. Acesso em: 8 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Currículo de Lúcio Remuzat Rennó Júnior**. 2018. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9311310817226781>. Acesso em: 8 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Currículo de Silvio Salej Higgins**. 2018. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3698999001620631>. Acesso em: 8 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Currículo de Valter Schneider**. 2015. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4235864P8>. Acesso em: 20 set. 2018.

LIFEDER. **Pierre Bourdieu**. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.lifeder.com/wp-content/uploads/2018/03/pierre-bourdieu-paris-france-1998.jpg>. Acesso em: 20 set. 2018.

MARTINS, I. **Parlamento Europeu quer mais ajudas para zonas rurais**. 2018. Disponível em: <https://www.vidarural.pt/producao/parlamento-europeu-quer-mais-ajudas-para-zonas-rurais/>. Acesso em: 14 fev. 2019.

MAZZO, F. B. **A importância das cooperativas para os pequenos produtores do Médio Vale Paranapanema**. Monografia (Graduação) - Fundação Educacional do Município de Assis. Assis, 2014. Disponível em: <https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/1111390979.pdf>. Acesso em: 21 set. 2018.

MEDEIROS, M. et al. Transferência de renda no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 79, São Paulo, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002007000300001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300001). Acesso em: 21 set. 2018.

MELO, P. T. N. B. Análise epistemológica sobre capital social: as abordagens de Bourdieu, Fukuyama e Ghoshal. **III Colóquio Internacional de Epistemologia da Ciência da Administração**. Florianópolis, Mar. 2013. Disponível em: <http://www.coloquioepistemologia.com.br/anais2013/ADE109.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

MELO, P. T. N. B. et al. Princípios epistemológicos da teoria do capital social na área da administração. **Caderno EBAPE**. BR. V. 13, nº 1, artigo 8, p. 142-164, Rio de

Janeiro, jan./mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v13n1/1679-3951-cebape-13-01-00136.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

MINDINGTHECAMPUS. **Robert Putnam**. 1 fotografia. 2015. Disponível em: <https://www.mindingthecampus.org/2015/07/19/robert-putnam-knows-the-real-reason-the-american-dream-is-fading/>. Acesso em: 10 set. 2018.

MINIWEB. **Marcos históricos da década de 1990**. 2000. Disponível em: [http://www.miniweb.com.br/Historia/Artigos/i\\_contemporanea/globalizacao1.html](http://www.miniweb.com.br/Historia/Artigos/i_contemporanea/globalizacao1.html). Acesso em: 19 set. 2018.

MOLINA, M. C. Expansão das licenciaturas em Educação do Campo: desafios e potencialidades. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 55, p. 145-166, jan./mar. 2015. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/er/n55/0101-4358-er-55-00145.pdf](http://www.scielo.br/pdf/er/n55/0101-4358-er-55-00145.pdf). Acesso em: 14 nov. 2017.

MOLINA, M. C.; ANTUNES-ROCHA M. I. Educação do campo: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores – reflexões sobre o PRONERA E O PROCAMPO. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, p.220-253, jul./dez.2014. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>. Acesso em: 14 nov. 2017.

MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. **A educação superior no Brasil**: uma análise interdisciplinar das políticas para o desenvolvimento do campo brasileiro. Disponível em: [https://www.capes.gov.br/images/seminarios/iv-observatorio-da-educacao/Educacao\\_do\\_Campo/A\\_Educacao\\_Superior\\_no\\_Brasil\\_-\\_uma\\_analise\\_interdisciplinar\\_-\\_Monica\\_Molina.pdf](https://www.capes.gov.br/images/seminarios/iv-observatorio-da-educacao/Educacao_do_Campo/A_Educacao_Superior_no_Brasil_-_uma_analise_interdisciplinar_-_Monica_Molina.pdf). Acesso em: 1 set. 2017.

MONTE ALEGRE, P. A. C. **Construtivismo integrativo**: estudos sobre instinto, afeto e cognição, 2009. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-07122009-140203/pt-br.php>. Acesso em: 12 jan. 2018.

MORAES, M. C. B. O princípio da solidariedade. **Volume Comemorativo do 60º Aniversário do Departamento de Direito da PUC-Rio**. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <http://www.idcivil.com.br/pdf/biblioteca9.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2013.

MULINARI, M.; RITTERBUCH, D. S. Perfil dos colaboradores das cooperativas de crédito frente à essência do cooperativismo. **Revista de Administração**, v. 9, n. 16, 2010. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadadm/article/view/929>. Acesso em: 21 set. 2018.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Erradicação da pobreza: acabar com a pobreza em todas suas formas, em todos os lugares. **Documentos Temáticos Nações Unidas do Brasil**, jun./2017. Disponível em: [https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/Documento-Temático-ODS-1-Eradicação-da-Pobreza\\_11junho2017.pdf](https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/Documento-Temático-ODS-1-Eradicação-da-Pobreza_11junho2017.pdf). Acesso em: 6 fev. 2019.

NASCIMENTO, H. M. **A convivência com o semiárido baiano e as transformações socioprodutivas na região do sisal – Bahia: por uma perspectiva territorial do desenvolvimento rural.** 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11869/6945>. Acesso em: 28 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Semiárido brasileiro e baiano: dimensão territorial e estratégia de desenvolvimento.** **48º. Congresso SOBER.** 2010. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/1199.pdf>. Acesso em: 14 set. 2017.

NORRIS, W. **Biografia de Robert D. Putnam.** 2018. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Robert\\_D.\\_Putnam](https://en.wikipedia.org/wiki/Robert_D._Putnam). Acesso em: 8 mai. 2018.

OCB. **Sescoop.** Disponível em: [http://www.ocb.org.br/site/sescoop/ue\\_sul.asp](http://www.ocb.org.br/site/sescoop/ue_sul.asp). Acesso em: 31 ago. 2012.

OLIVEIRA, C. S. **O papel do cooperativismo na sociedade e na educação.** 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/58936/o-papel-do-cooperativismo-agricola-na-sociedade-e-na-educacao>. Acesso em: 21 set. 2018.

OLIVEIRA, I. F. **Semiárido baiano: a dinâmica contraditória do desenvolvimento.** 1ª. Ed. São Paulo, Baraúna, 2015. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=zYlaCgAAQBAJ&pg=PA245&lpg=PA245&dq=rela%C3%A7%C3%B5es+sociais+no+semi%C3%A1rido+baiano&source=bl&ots=gnzWmfiukV&sig=pqxuqykXDHcqantlsJ7z8tdjkbE&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjWkur8iM\\_dAhUGHZAKHc-yDEIQ6AEwBXoECAUQAQ#v=onepage&q=rela%C3%A7%C3%B5es%20sociais%20no%20semi%C3%A1rido%20baiano&f=false](https://books.google.com.br/books?id=zYlaCgAAQBAJ&pg=PA245&lpg=PA245&dq=rela%C3%A7%C3%B5es+sociais+no+semi%C3%A1rido+baiano&source=bl&ots=gnzWmfiukV&sig=pqxuqykXDHcqantlsJ7z8tdjkbE&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjWkur8iM_dAhUGHZAKHc-yDEIQ6AEwBXoECAUQAQ#v=onepage&q=rela%C3%A7%C3%B5es%20sociais%20no%20semi%C3%A1rido%20baiano&f=false). Acesso em: 14 set. 2017.

OLIVEIRA, M. E. B; GÓMEZ, J. R. M. A educação do campo no contexto do modelo de desenvolvimento rural no Brasil: o princípio educativo do trabalho como alternativa. **Revista Pegada**, vol. 15, n. 1, julho/2014. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/2671/2628>. Acesso em: 14 nov. 2017.

OLIVEIRA, R. B. Evolução da pobreza na América Latina: velhas e novas caras. **A Nova Cara da Pobreza Rural: Desenvolvimento e a Questão Regional.** In: Carlos Miranda e Breno Tiburcio (Organizadores da Série); Antônio Márcio Buainain e Cláudio Dedecca (Organizadores dos Textos) Brasília: IICA, 2013. (Série desenvolvimento rural sustentável; v.17). Disponível em: <http://repiica.iica.int/docs/B3102p/B3102p.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2019.

PÁSSARO, E. R. et al. A negação do direito a educação evidenciada pela precariedade das escolas nas comunidades assentadas do Cariri cearense. **Revista Entrelaçando**, Edição Especial, nº 10, Ano V, 2016. Disponível em: <https://www2.ufrb.edu.br/revistaentrelacando/edicoes-entrelacando>. Acesso em: 29 abr. 2017.

PENA, R. F. A. **Política agrícola europeia: aspectos da política agrícola europeia, seus principais objetivos e limitações.** 2016. Disponível em:

<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/politica-agricola-europeia.htm>. Acesso em: 13 fev. 2019.

PEREIRA, J. R. O. et al. Os instrumentos de mensuração do capital social: principais diferenças entre métodos reconhecidos mundialmente. **XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação** – Universidade do Vale do Paraíba, 2010. Disponível em: [http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2010/anais/arquivos/0036\\_0086\\_01.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/0036_0086_01.pdf). Acesso em: 8 fev. 2017.

PINTADAS. Secretaria Municipal de Educação de Pintadas. 2017. Disponível em: <http://secpintadas.blogspot.com.br/p/historico-do-municipio-pintadas-bahia.html>. Acesso em: 15 mai. 2018.

PORTAL SÃO FRANCISCO et al. **Êxodo rural**. Disponível em: <https://www.portalsaofrancisco.com.br/geografia/exodo-rural>. Acesso em: 21 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Mapa da Alemanha**. Disponível em: <http://cdn.portalsaofrancisco.com.br/wp-content/uploads/2016/08/793.jpg>. Acesso em: 6 mar. 2018.

PUTNAM, D. R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 4 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

\_\_\_\_\_. Bowling alone: America's declining social capital. **Journal of Democracy**, 1995, pp. 65-78. Disponível em: <http://xroads.virginia.edu/~HYPER/DETOC/assoc/bowling.html>. Acesso em: 15 dez. 2015.

RENNO, L. R. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba. Universidade Federal do Paraná. N. 21, 2003, p. 71-82. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3646>. Acesso em: 16 ago. 2017.

RESEARCHGATE. **Ben Fine**. 1 fotografia. 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Ben\\_Fine](https://www.researchgate.net/profile/Ben_Fine). Acesso em: 16 mar. 2018.

RIACHÃO NOTÍCIAS. **Município Riachão do Jacuípe**. 1 fotografia. 2012. Disponível em: <http://riachaonoticias.blogspot.com.br/2012/05/riachao-do-jacuipe.html>. Acesso em: 16 mai. 2018.

RIBEIRO, P. S. Corporações de ofício. **Brasil Escola**. 2015. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/corporacoes-oficio.htm>. Acesso em: 20 fev. 2019.

RIOS, R. M.; SANTOS FILHO, A. M. **“Rede Pintadas”** – tecendo desenvolvimento local e capital social e articulando a participação cidadã no semi-árido baiano. 2009. Disponível em <http://periodicos.uesb.br/index.php/asempa/article/viewFile/3692/3377>. Acesso em: 28 mai. 2018.

ROOSEVELTHOUSE. **Sanford F. Schram**. 1 fotografia. 2018. Disponível em: <http://www.roosevelthouse.hunter.cuny.edu/?conference-speaker=sanford-f-schram>. Acesso em: 16 mar. 2018.

SANTOS, C. C. M.; CEBALLOS, Z. H. M. A importância do Cooperativismo. **X Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação** – Universidade do Vale do Paraíba, 2006. Disponível em: [http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2006/inic/inic/06/INIC000027ok.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2006/inic/inic/06/INIC000027ok.pdf). Acesso em: 10 mar. 2019.

SANTOS, E. L. O. Capital social brasileiro: uma abordagem sindical. **Iberian Conference On Rural Studies, XICIER 2016**, Portugal. Disponível em: <http://xicier2016.utad.pt/>. Acesso em: 23 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Propensão à cooperação na avicultura integrada de Cachoeira-Ba**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) - Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2014. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/123456730/134/1/FINALIZADA%202.pdf>. Acesso em: 18 set. 2016.

SANTOS, R. B.; SILVA, M. A. Políticas públicas em educação do campo: PRONERA, PROCAMPO e PRONACAMPO. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 135-144, 2016. Disponível em: <https://docplayer.com.br/63918101-Politicass-pubblicas-em-educacao-do-campo-pronera-procampo-e-pronacampo.html>. Acesso em: 8 jan. 2018.

SCHNEIDER, V. **Comunitarização do grupamento rural no contexto do território de “Três Barras” de Campo Grande-MS**. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2010. Disponível em: <https://docplayer.com.br/39759607-Valter-schneider-comunitarizacao-do-grupamento-rural-no-contexto-do-territorio-de-tres-barras-de-campo-grande-ms.html>. Acesso em: 18 set. 2018.

SCHRAM, S. F. Review of theories of social capital: researches behaving badly, by Ben Fine. **Perspectives on Politics**, v. 9, n. 1, mar. 2011, p. 156-157. Disponível em: [http://repository.brynmawr.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1023&context=gsswr\\_publications](http://repository.brynmawr.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1023&context=gsswr_publications). Acesso em: 27 abr. 2016.

SERRA, A. S.; SERRA, M. A. Pobreza e meio ambiente no Paraná. **Revista e Tecnologia e Sociedade**. 2013, 1ª Ed. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/rt/article/viewFile/2607/1778>. Acesso em: 7 mar. 2019.

SERRA PRETA-BAHIA/FACEBOOK. **Serra Preta faz aniversário**. 1 fotografia. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/331680836942650/photos/a.551807848263280/1646960312081356/?type=3&theater>. Acesso em: 9 mar. 2019.

SIDRA/IBGE. **Censo agropecuário**. 2006. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1109>. Acesso em: 15 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes.** 2015. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938#resultado>. Acesso em: 8 jun. 2018.

SILVA, V. A agricultura familiar e o desenvolvimento no Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 146, Jul./2013. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 31 dez. 2017.

SOAS. **Departaments of Economics:** Ben Fine. 2018. University of London. Disponível em: <https://www.soas.ac.uk/staff/staff30940.php>. Acesso em: 8 mai. 2018.

SOUSA, R. G. Os EUA na década de 1980. 2015. **Mundo Educação.** Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historia-america/os-eua-na-decada-1980.htm>. Acesso em: 30 jul. 2018.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná et. al. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.77-116. Disponível em: <https://www.trabalhosfeitos.com/topicos/o-territorio-sobre-espaco-e-poder-autonomia-e-desenvolvimento-marcelo-jose-lopes-de-souza/0>. Acesso em: 3 jun. 2018.

SOUZA FILHO, H. M. et al. Reflexões e recomendações sobre estratégias de combate à pobreza. In: Miranda, Carlos; Costa, Cristina (orgs.). **Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 4. Brasília, 2006, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/iicabrazil/reflexes-e-recomendaes-sobre-estratgias-de-combate-pobreza>. Acesso em: 6 jun. 2017.

SUDENE. **Delimitação do semiárido.** 2017. Disponível em: [http://sudene.gov.br/images/arquivos/semiariado/arquivos/Relação\\_de\\_Municípios\\_Semiárido.pdf](http://sudene.gov.br/images/arquivos/semiariado/arquivos/Relação_de_Municípios_Semiárido.pdf). Acesso em: 28 mai. 2018.

SYDNEYTRADS. **Francis Fukuyama.** 1 fotografia. 2016. Disponível em: <https://sydneytrads.com/2016/06/06/francis-fukuyama/>. Acesso em: 15 mar. 2018.

TESSER, G. J. Principais linhas epistemológicas contemporâneas. **Educar em Revista**, nº.10 Curitiba Jan./Dec. 1994. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40601994000100012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601994000100012). Acesso em: 15 jun. 2018.

THURY, L. A. **A mudança da política econômica francesa do governo de François Mitterrand no período de 1981-1984.** Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: [http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/ppge/Leonardo\\_de\\_Amorim\\_Thury.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/ppge/Leonardo_de_Amorim_Thury.pdf). Acesso em: 5 set. 2018.

TOCQUEVILLE, A., 1805-1859. **A democracia na América:** leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático. Tradução Eduardo Brandão; prefácio, bibliografia e cronologia François Furet. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. - (Paidéia).

Disponível em: [https://docgo.net/viewdoc.html?utm\\_source=a-democracia-na-america-alexis-de-tocqueville-pdf](https://docgo.net/viewdoc.html?utm_source=a-democracia-na-america-alexis-de-tocqueville-pdf). Acesso em: 12 jan. 2018.

TUDOFINANCAS. **crédito rotativo**. 1 imagem. 2017. Disponível em: <https://tudofinancas.com/cartao-de-credito/credito-rotativo/>. Acesso em: 14 mar. 2018.

UFMG. **Professor Higgins**. 1 fotografia. 2018. Disponível em: <http://somos.ufmg.br/professor/silvio-segundo-salej-higgins>. Acesso em: 19 set. 2018.

UNIÃO EUROPEIA. **Desenvolvimento rural**. 2017. Disponível em: [https://ec.europa.eu/regional\\_policy/pt/policy/themes/rural-development/](https://ec.europa.eu/regional_policy/pt/policy/themes/rural-development/). Acesso em: 14 fev. 2019.

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. **Projeto Produzir III: avaliação de impactos – relatório final**. Campinas, 2014. Disponível em: <http://www.car.ba.gov.br/publicacao/>. Acesso em: 12 mai. 2015.

VANDERUNEB2011. **Resgatando a história da cidade de Baixa Grande-Ba**. 2013. Disponível em: <http://vanderuneb2011.blogspot.com/2013/09/resgatando-historia-de-baixa-grande-ba.html>. Acesso em: 8 mar. 2019.

VIEIRA, E. M. Resenha de Fundamentos Teóricos do Capital Social de Higgins. **REVISTA DEBATES**, Porto Alegre, v. 2, n.1, p. 179-187, jan.-jun.2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/viewFile/3983/2887>. pdf. Acesso em: 19 set. 2018.

VIEIRA, F. L. R. O Banco Mundial e o combate à pobreza no Nordeste: o caso da Paraíba. **Caderno do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia**, Salvador, v. 21, n. 52, p. 113-129, Jan/Abr 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792008000100009&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000100009&lng=pt). Acesso em: 16 ago, 2017.

VIEIRA, V. **A APAEB e a (re) organização territorial do semi-árido baiano a partir da construção do capital social**. 2006. Disponível em: <https://www.unisc.br/site/sidr/2006/textos3/03.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2018.

VISITEOBRASIL. **Município de Barreiras**. 1 fotografia. 2017. Disponível em: <https://www.visiteobrasil.com.br/nordeste/bahia/caminhos-do-oeste/fotos/barreiras>. Acesso em: 06 jun. 2018.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural** v. 52, supl.1, Brasília, 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032014000600002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600002). Acesso em: 12 fev. 2019.

WAQUIL, P. D. et al. Pobreza rural e degradação ambiental: uma refutação da hipótese do círculo vicioso. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Rio de Janeiro, V. 42, nº 2, pp. 317-340, abr/jun 2004. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/240299251\\_Pobreza\\_rural\\_e\\_degradacao\\_ambiental\\_uma\\_refutacao\\_da\\_hipotese\\_do\\_circulo\\_vicioso](https://www.researchgate.net/publication/240299251_Pobreza_rural_e_degradacao_ambiental_uma_refutacao_da_hipotese_do_circulo_vicioso). Acesso em: 7 mar. 2019.

WDL. **História dos Estado Unidos** – linha cronológica. 2017. Disponível em: <https://www.wdl.org/pt/sets/us-history/timeline/#1>. Acesso em: 24 jul. 2018.

WORLD BANK. Measuring Social Capital an Integrated Questionnaire. **World Bank Working Paper** n. 18. Washington D.C. Disponível em: [http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2004/03/23/000160016\\_20040323162541/Rendered/PDF/281100PAPER0Measuring0social0capital.pdf](http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2004/03/23/000160016_20040323162541/Rendered/PDF/281100PAPER0Measuring0social0capital.pdf). Acesso em: 15 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. **Northeast Rural Poverty Alleviation Program Rural Poverty Alleviation Project** – Paraíba (Report nº16757-BR). Disponível em: [www.bancomundial.org.br/content/downloadblob.php?cod\\_blob=184](http://www.bancomundial.org.br/content/downloadblob.php?cod_blob=184) Acesso em: 01 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. BRAZIL rural poverty reduction project – Bahia. **Document of the World Bank**. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/237211468223778630/pdf/32773.pdf>. Acesso em: 15 set. 2016.

\_\_\_\_\_. The initiative on defining, monitoring and measuring social capital: text of proposals approved for funding. **The World Bank Social Development Family Environmentally and Socially Sustainable Development Network**. N. 2, 1998. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTSOCIALCAPITAL/Resources/SCI-WPS-02.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2016.

WP. **Mapa da Inglaterra**. Disponível em: <http://i0.wp.com/mundoxdescubrir.com/wp-content/uploads/2014/10/Mapa-Político-Inglaterra.png>. Acesso em: 6 mar 2018.

XIMENES, V. M. et al. Pobreza multidimensional e seus aspectos subjetivos em contextos rurais e urbanos nordestinos. **Estudos de Psicologia**, Natal. vol.21 no.2 Natal abril/junho, 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2016000200146&lng=en&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2016000200146&lng=en&tlng=en). Acesso em: 7 out. 2017.

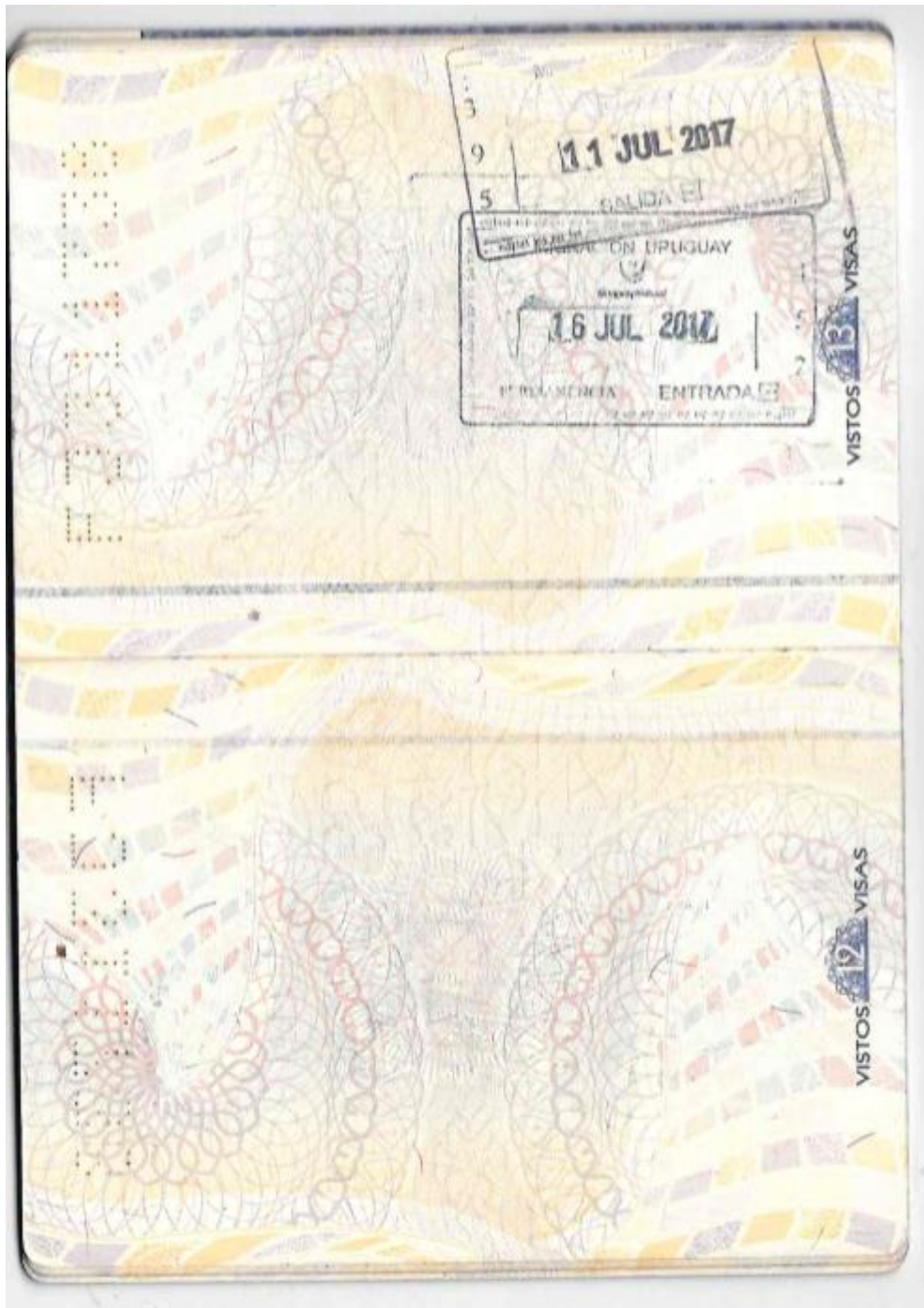
YOUTUBE. **Achyles Barcelos da Costa**. 1 fotografia. 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cCKzcWRT1F4>. Acesso em: 16 mar. 2018.











## Anexo II

### G – CAPITAL SOCIAL

➤ Neste bloco de perguntas são coletadas informações sobre a experiência associativa do entrevistado, incluindo a participação em atividades comunitárias, em associações e gestão de projetos coletivos.

#### Experiência associativa

68. O(A) Sr(a) alguma vez já participou de associação, sindicato, trabalho comunitário, movimento social, ONG, partido político ou trabalho de organização da comunidade? [.....]
- 1-Sim  
2-Não (siga para 70)

69. De que tipo de atividade associativa comunitária/organização social o(a) Sr(a) já participou ... ?	A. Atualmente:		B. Antes do projeto:	
	1-Sim	2-Não	1-Sim	2-Não
A – Associações comunitárias, de bairro, de produtor, cooperativa	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
B – Trabalho coletivo, comunitário, mútuo	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
C – Movimento social organizado e sindicatos (ONG, MST, MLT, Sindicato, FETAG, CONTAG etc.)	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
D – Movimentos vinculados às Igrejas	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
E – Outros (Clubs, agremiações esportivas e sociais etc.)	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]

#### Participação na associação responsável pelo projeto do Produzir

70. O(A) Sr(a) sabe em que ano a associação foi criada? [.....]
- 1-Sim  
2-Não (siga para 72)
71. Qual foi o ano de criação da associação? (aaaa) [.....]
72. Quando o(a) Sr(a) entrou para a associação? [.....]
- 1-Antes da implantação do projeto  
2-Na implantação do projeto  
3-Depois a implantação do projeto
73. O(A) Sr(a) participou de reunião para escolher o projeto? [.....]
- 1-Sim  
2-Não
74. A associação realizou reuniões em 2013? [.....]
- 1-Sim  
2-Não (siga para 76)  
3-Não sabe (siga para 76)

75. Em quantas reuniões da associação o(a) Sr(a) participou em 2013? [.....]
- 1-Nenhuma  
2-Algumas  
3-Todas

76. O(A) Sr(a) se considera bem informado sobre o que a associação faz (decisões sobre o projeto, prestação de contas, execução do projeto, outras iniciativas)? [.....]
- 1-Sim  
2-Não

77. Além do projeto de (MENCIONAR O PROJETO DO PRODUIR DO QUAL ELE(A) É BENEFICIÁRIO(A)) a associação trouxe outros benefícios para os sócios? [.....]
- 1-Sim  
2-Não (siga para 79)

78. Quais outros benefícios para os sócios?
- [.....]  
[.....]  
[.....]

79. Com o trabalho da associação, os problemas na comunidade diminuíram, ficaram como eram ou aumentaram? [.....]
- 1-Diminuíram  
2-Não mudaram  
3-Aumentaram